

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília, maio/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA  
DIRETORIA DE CONTROLADORIA  
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLES INTERNOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, e das orientações da CGU, contidas na Portaria nº 133, de 18.1.2013.

Brasília, maio/2013

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGM:	Avaliações Gerenciais Mensais
ANBIMA:	Associação Brasileira das Entidades dos Mercado Financeiro e de Capitais
BB:	Banco do Brasil S.A.
BB-DTVM:	BB Gestão de Recursos – DTVM S.A.
BPMN:	<i>Business Process Model and Notation</i>
BSC:	<i>Balanced Scorecard</i>
CAIXA:	Caixa Econômica Federal
CCFGTS:	Conselho Curador do FGTS
CCSS:	Comissão para Coleta Seletiva Solidária
CE:	Comissão de Ética
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU:	Controladoria Geral da União
CIPA:	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN:	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNJ:	Conselho Nacional de Justiça
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFI:	Danos Físicos do Imóvel
DOU:	Diário Oficial da União
FAHBRE:	Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda
FCVS:	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDC:	Fundação Dom Cabral
FDS:	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPE:	Fundo de Participação dos Estados
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
GPN:	Gestão de Processos de Negócio
ICMS:	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDkA:	Índice de Duração Constante ANBIMA
IFRS:	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IMA:	Índice de Mercado ANBIMA
IPCA-E:	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IRPJ:	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto de Renda Retido na Fonte
LFT:	Letras Financeiras do Tesouro
LTN:	Letras do Tesouro Nacional
MNPO:	Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS
NTN:	Notas do Tesouro Nacional
OCI:	Órgão de Controle Interno
PAEX:	Programa Parceiros para a Excelência da Fundação Dom Cabral
PAINT:	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDC:	Programa de Desenvolvimento de Competências
PDD:	Programa de Desenvolvimento de Dirigentes
PDG:	Programa de Dispêndios Globais

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDTI:	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PPA:	Plano Plurianual
PQVT:	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT:	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCV:	Relação de Contratos Validados
RFB:	Receita Federal do Brasil
SFC:	Secretaria Federal de Controle Interno
SFH:	Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI:	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICOM:	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal
SIOP:	Acompanhamento da Execução das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIORG:	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISNOR:	Sistema de Normativos da EMGEA
SPED:	Sistema Público de Escrituração Digital
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU:	Tribunal de Contas da União
TMS:	Taxa Média Selic
TRF:	Tribunais Federais Regionais

## LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	13
Gráfico 1 - Quantidade Anual de Contratos de Crédito junto a Pessoas Físicas e Jurídicas ...	14
Quadro 2 – Dados do Macroprocesso Finalístico 1 - Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas .....	24
Quadro 3 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 1 .....	24
Quadro 4 – Dados da Ação 2 –Macroprocesso Finalístico 1 .....	25
Gráfico 2- Quantidade de Contratos por Término de Prazo – Pessoa Física - 2013 a 2018.....	25
Gráfico 3- Quantidade Anual de Contratos Sub Judice – 2011 e 2012 .....	26
Quadro 5 - Dados da Ação 3 –Macroprocesso Finalístico 1 .....	26
Quadro 6 – Recolhimento de Prêmios de Seguro – 2012 .....	27
Quadro 7 – Indenizações Securitárias Ingressadas – 2012.....	28
Quadro 8 – Dados do Macroprocesso Finalístico 2- Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS .....	28
Quadro 9 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 2 .....	29
Quadro 10 - FCVS - Contratos Formalizados - 2012.....	29
Quadro 11 – FCVS - Contratos de Assunção de Dívidas – 2012.....	29
Quadro 12 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 2 .....	30
Quadro 13 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 2 .....	30
Quadro 14 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 2 .....	31
Quadro 15 – Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 2 .....	32
Quadro 16 – Créditos Homologados pelo FCVS – 2012 .....	32
Quadro 17 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 2 .....	32
Quadro 18 – Dados do Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso .....	33
Quadro 19 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 3 .....	33
Gráfico 4 – Recolhimento de Contribuições ao FCVS – 2011 e 2012 .....	33
Gráfico 5 – Quantidade de Imóveis não de Uso em Estoque.....	34
Gráfico 6 – Quantidade de Imóveis não de Uso Alienados.....	34
Gráfico 7 – Imóveis não de Uso – Arrecadação com a Venda – 2011 e 2012.....	35
Quadro 20 – Despesas com Manutenção de Imóveis não de Uso – 2012.....	35
Quadro 21 – Dados do Macroprocesso Finalístico 4– Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas .....	35
Quadro 22 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 4.....	36
Quadro 23 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 4 .....	36
Gráfico 8 – Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Privado - Arrecadação 2011 e 2012 .	36
Quadro 24 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 4 .....	37
Quadro 25 - Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 4.....	37
Quadro 26 - Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 4.....	38
Gráfico 9 – Arrecadação 2012 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2012 por Região Geográfica .....	38
Quadro 27 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 4 .....	39
Quadro 28 – Dados do Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA.....	40
Quadro 29 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 5 .....	41
Quadro 30 – Remuneração Paga à CAIXA – 2012 .....	41
Quadro 31 – Dados do Macroprocesso de Apoio 1- Gestão Financeira .....	42
Quadro 32 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso de Apoio 1.....	42
Gráfico 10 - Fluxo de Caixa – 2012.....	43
Gráfico 11 – Fluxo de Caixa – 2012 - Composição dos Ingressos .....	43
Quadro 33 – Movimentação Financeira – 2011 e 2012 .....	44

## LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 12 – Fluxo de Caixa 2012 - Composição das Saídas.....	44
Quadro 34 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso de Apoio 1- Gestão Financeira .....	45
Gráfico 13 – Saldo das Aplicações Financeiras - 2011 e 2012 .....	45
Quadro 35 – Rentabilidade das Aplicações Financeiras – 2010 e 2011.....	46
Quadro 36 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1.....	46
Quadro 37 – Dívidas Assumidas - Valores Pagos em 2012.....	46
Quadro 38 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1.....	47
Quadro 39 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso de Apoio 1.....	47
Gráfico 14 – Redução do Saldo das Dívidas de Longo Prazo - 2001 - 2012.....	47
Quadro 40 – Dados do Macroprocesso de Apoio 2 - Gestão Orçamentária .....	48
Quadro 41 - Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico – Realizado – 2012 .....	48
Quadro 42 - Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário – Anual – 2012.....	49
Quadro 43 – Mapa Estratégico da EMGEA - 2012.....	51
Quadro 44 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Equacionada” .....	52
Quadro 45 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Metas Fiscais Mantidas” .....	53
Quadro 46 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Imagem da Empresa Divulgada e Consolidada” .....	54
Quadro 47 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Controles Internos Aprimorados”.....	55
Quadro 48 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Informações Contábeis, Orçamentárias e Fiscais Aprimorados” .....	56
Quadro 49– Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Processo das Alçadas Administrativas Aprimorado” .....	56
Quadro 50 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Gestão de Processos de Negócios – GPN Implantada” .....	57
Quadro 51 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Governança de TI Aprimorada”.....	58
Quadro 52 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolvimento de Competências com Conhecimento Preservado na EMGEA” .....	58
Quadro 53 – Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”.....	59
Quadro 54 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Equacionada” .....	59
Quadro 55 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da EMGEA – Exercício de 2012....	62
Quadro 56 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho de Administração – 2012 .....	66
Quadro 57 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2012.....	66
Quadro 58 – Síntese da Remuneração Paga aos Administradores.....	67
Quadro 59 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração .....	67
Quadro 60 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal.....	68
Quadro 61 - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2012”.....	68
Quadro 62 - Despesas por Modalidade de Contratação - 2011 e 2012 .....	69
Quadro 63 – Força de Trabalho da EMGEA – 2012 .....	69
Quadro 64 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31 de dezembro de 2012.....	70
Quadro 65 – Quadro dos Recursos Humanos – Dotação em 2012 .....	70
Quadro 66 – Perfil Etário da EMGEA - 2012 .....	71
Quadro 67 – Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Lotação em 31.12.2012.....	71

## LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 68 – Despesas com Pessoal.....	71
Quadro 69 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Requisitado - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2010, 2011 e 2012 .....	72
Quadro 70 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Requisitado - Regime da CLT - Função Comissionada - 2010, 2011 e 2012 .....	72
Quadro 71 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado - 2012.....	72
Quadro 72 – Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados.....	74
Quadro 73 – Gestão da Tecnologia da Informação da EMGEA .....	74
Quadro 74 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - 2012 .....	77
Quadro 75 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	79
Quadro 76- Destaques dos Itens Patrimoniais e de Resultado.....	80
Gráfico 15 – Impostos e Contribuições - 2011 e 2012 .....	82
Quadro 77 – Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda - 2012.....	83

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>I. CONTEÚDO GERAL .....</b>	<b>13</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA .....</b>	<b>13</b>
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	13
1.2. Finalidade e competências institucionais da Unidade .....	14
1.3. Organograma Funcional .....	15
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	24
1.5. Macroprocessos de Apoio.....	42
1.6. Principais Parceiros .....	50
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANEJAMENTO DE METAS E AÇÕES ..</b>	<b>50</b>
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada .....	50
2.2 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos e Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	52
2.3 Indicadores .....	52
2.3.1 Indicadores Estratégicos.....	52
2.3.2 Indicadores Operacionais.....	59
<b>3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>62</b>
3.1. Estrutura de Governança .....	62
3.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	62
3.3. Remuneração paga aos Administradores .....	64
3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	64
3.3.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros de Conselho.....	66
3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	67
<b>4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>68</b>
4.1. PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio .....	68
4.2. Despesas por Modalidade de Contratação.....	69
<b>5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....</b>	<b>69</b>
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	69
5.1.1. Força de Trabalho à Disposição da EMGEA .....	69
5.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada .....	70
5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho .....	70
5.1.3. Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a idade.....	71
5.1.3.1. Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a escolaridade.....	71
5.1.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da EMGEA .....	71
5.1.5. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	72
5.1.6. Análise Crítica da Gestão dos Recursos Humanos .....	73
5.2. Contratos de Terceirização de Área-Fim.....	74
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	74
<b>6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>74</b>
6.1. Gestão da Tecnologia da Informação.....	74
<b>7. GESTÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>77</b>
7.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	77
7.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	79



## SUMÁRIO

<b>8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>79</b>
8.1. Deliberações do TCU e da CGU atendidas no exercício.....	79
8.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	79
8.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	80
8.1.3. Recomendações da CGU Atendidas no Exercício .....	80
8.1.4. Recomendações da CGU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	80
8.2. Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	80
8.3. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei n° 8.730/1993 .....	80
8.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei n° 8.730/1993 .....	80
<b>9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>80</b>
9.1. Principais destaques.....	80
9.2. Gestão Tributária.....	81
9.3. Composição acionária.....	82
9.3.1. Composição acionária do Capital Social como investida .....	82
9.3.2. Composição acionária da EMGEA como investidora .....	82
<b>II. CONTEÚDO ESPECÍFICO .....</b>	<b>83</b>
<b>10. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....</b>	<b>83</b>
<b>III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>84</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>90</b>
1. Contexto operacional .....	90
2. Apresentação das demonstrações contábeis .....	91
3. Principais práticas contábeis.....	92
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	98
5. Títulos e valores mobiliários .....	99
6. Recebíveis de mutuários .....	100
7. Recebíveis por cessão de créditos .....	102
8. Créditos adquiridos.....	102
9. Outros créditos a receber – Circulante .....	103
10. Ativos não circulantes mantidos para venda .....	103
11. Créditos vinculados – SFH .....	104
12. Outros créditos a receber – Não circulante .....	105
13. Impostos e contribuições a recuperar .....	106
14. Imobilizado .....	106
15. Passivos financeiros – Financiamentos .....	107
16. Obrigações com pessoal .....	107
17. Obrigações com fornecedores .....	107
18. Obrigações tributárias .....	107
19. Obrigações por repasses .....	108
20. Obrigações com mutuários.....	108
21. Provisão para riscos cíveis.....	108
22. Demais obrigações .....	109
23. Passivos relacionados a ativos mantidos para venda.....	109
24. Patrimônio líquido .....	110
25. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados .....	110
26. Ativos e passivos fiscais.....	114
27. Remuneração a colaboradores.....	115
28. Partes relacionadas .....	116
29. Gerenciamento de Riscos.....	117
<b>IV. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>122</b>

## SUMÁRIO

<b>V.</b>	<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>124</b>
<b>VI.</b>	<b>PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>125</b>

## **Apresentação**

Apresentamos o Relatório de Gestão desta Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, e das orientações da CGU, contidas na Portaria nº 133, de 18.1.2013, com o objetivo de prestar contas dos resultados do exercício de 2012.

Este Relatório está assim estruturado:

### **I. CONTEÚDO GERAL**

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA;
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANEJAMENTO DE METAS E AÇÕES;
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO;
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA;
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS;
6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;
7. GESTÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;
8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS;
9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

### **II. CONTEÚDO ESPECÍFICO**

10. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

### **III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **IV. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

### **V. PARECER DO CONSELHO FISCAL**

### **VI. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes itens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012:

- Item 3.4: Sistema de Correição;
- Item 3.5: Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU;
- Item 5: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira;
- Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;
- Item 10.4: Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV;
- Item 11.1: Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- Item 11.2: Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis;
- Item 11.3: Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964.

Não se aplicam ainda à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada as informações solicitadas na Parte B da DN 119/2012, que trata das Unidades Jurisdicionadas com Relatório de Gestão Customizado.

## I. CONTEÚDO GERAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 55962
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Empresa Gestora de Ativos		
Denominação abreviada: EMGEA		
Código SIORG: 55962	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UJ 179102
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal atividade: Empresa não financeira controlada		Código CNAE: 6462-0/00
Telefone: 61 3214-4909 e 61 3214-4910		Fax: 61 3214-4900
Endereço eletrônico: emgea@emgea.gov.br		
Página da Internet: <a href="http://www.emgea.gov.br">http://www.emgea.gov.br</a>		
Endereço postal: Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja – Edifício São Marcus – CEP 70070 902 - Brasília – DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:</b> A EMGEA foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 – atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001. O atual Estatuto Social da EMGEA foi aprovado na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122 de 3.3.2010, publicado no DOU de 4.3.2010.		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Jurisdicionada:</b> Regimento Interno da Empresa, aprovado em 15.7.2011.		
<b>Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada:</b> Não se aplica		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica	Não se aplica	

## 1.2. Finalidade e competências institucionais da Unidade

A EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Foi criada pelo Decreto nº 3.848/2001, com base em autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3/2001, da qual destacamos os seguintes artigos:

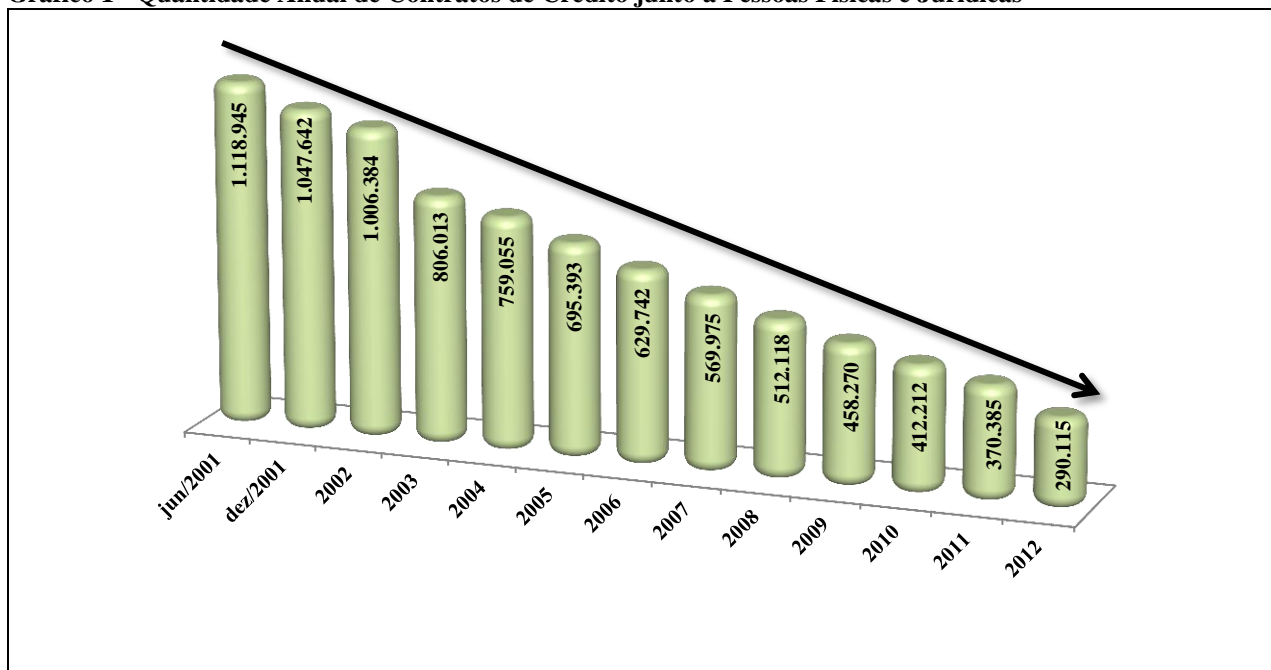
“Art. 7º - § 1º - A EMGEA terá por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações.

(...)

Art. 8º - Fica a União autorizada a transferir bens e direitos para a EMGEA, para constituição de seu patrimônio inicial ou aumentos de capital subsequentes”.

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH. Desde então, a EMGEA tem atuado para assegurar solidez na retomada do fluxo financeiro da carteira de contratos. No decorrer desse período, as ações da Empresa orientaram-se, inicialmente, por ratificar e dar continuidade aos programas já praticados pela CAIXA. Ao final de 2012, estavam registrados nos sistemas operacionais cerca de 290 mil contratos de financiamento, redução equivalente a 74,07% da carteira existente em 2001.

**Gráfico 1 - Quantidade Anual de Contratos de Crédito junto a Pessoas Físicas e Jurídicas**



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOI

A EMGEA tem implantado medidas negociais para incentivar a liquidação e a reestruturação das dívidas, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também o ingresso de recursos e a redução dos custos com a tarifa de administração paga ao Prestador de Serviços – CAIXA. A milhares de mutuários, sobretudo os de baixa renda, foram conferidos incentivos para obter a regularização dos débitos e a solução definitiva para o problema da moradia.

A EMGEA ratificou sua responsabilidade instituída legalmente ao definir, como missão, “Gerir ativos públicos por meio de soluções inovadoras” e, como visão, “Ser referência na gestão de ativos públicos”.

### 1.3. Organograma Funcional

A EMGEA é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122/2010, pelo seu Regimento Interno, de 15.7.2011, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Está constituída com a seguinte estrutura organizacional e respectivas competências e atribuições:

- 1) Conselho de Administração – COSAD
  - i. Auditoria Interna – AUDIT
- 2) Conselho Fiscal – COFIS
- 3) Presidência – PRESI
  - i. Gabinete da Presidência – GABIN
  - ii. Consultoria Jurídica – COJUR
    - a. Gerência de Consultivo Administrativo e Operacional – GECAD
    - b. Gerência de Processos Jurídicos Estratégicos – GEPRE
    - c. Gerência de Processos Jurídicos – GEJUT
  - iii. Assessoria Especial da Presidência – ASSES
  - iv. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
- 4) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF
  - i. Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF
    - a. Gerência de Controle e Gestão dos Contratos de Prestação de Serviços – GEAPS
    - b. Gerência de Manutenção de Contratos e Imóveis – GEMAC
    - c. Gerência de Negociação de Ativos – GENE A
    - d. Gerência de Fomento às Políticas Conciliatórias – GEPOC
    - e. Gerência de Ressarcimentos, Obrigações e Pagamentos – GEROP
- 5) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ
  - i. Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ
    - a. Gerência de Negócios de Créditos Prioritários – GEPRI
    - b. Gerência de Recuperação de Ativos – GERAT
    - c. Gerência de Apoio à Negociação – GERAP
  - ii. Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS – SUREF
    - a. Gerência de Realização de Créditos FCVS – GERE F
    - b. Gerência de Operações com o Setor Público – GESEP
- 6) Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG
  - i. Superintendência Financeira – SUFIN
    - a. Gerência de Planejamento e Administração Financeira – GEPAF
  - ii. Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL
    - a. Gerência de Licitação e Patrimônio – GELIC
    - b. Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES
  - iii. Superintendência de Tecnologia – SUTEC
    - a. Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – GEDES
    - b. Gerência de Redes e Suporte – GERED
- 7) Diretoria de Controladoria – DICON
  - i. Superintendência de Controles Internos – SUCOI
    - a. Gerência de Conformidade – GECOF
    - b. Gerência de Riscos Corporativos – GERIS
  - ii. Superintendência de Contabilidade e Orçamento – SUCOR
    - a. Gerência de Contabilidade – GECON
    - b. Gerência de Tributos – GETRI

O Diretor-Presidente e os Diretores da EMGEA compõem a Diretoria Executiva, conforme estabelece o Art. 8º do Estatuto Social.

As unidades que constituem a Presidência – GABIN, COJUR, ASSES e ASCOM – vinculam-se e subordinam-se administrativamente ao Diretor-Presidente.

As competências do Conselho de Administração – COSAD, composto na forma do Art. 5º do Estatuto Social da EMGEA, estão disciplinadas no Art. 6º do referido Normativo.

Compete à Auditoria Interna – AUDIT:

- 1) avaliar a execução dos programas da EMGEA e o cumprimento das normas e parâmetros fixados para as áreas internas;
- 2) elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, a serem encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria-Geral da União – CGU;
- 3) examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da EMGEA e a tomada de contas especial, quanto a sua composição, forma de apresentação e consistência dos dados informados em relação aos registros internos na empresa;
- 4) coordenar a implementação das recomendações dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – TCU;
- 5) comunicar, tempestivamente, aos órgãos superiores da EMGEA e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, provocados por ação de empregados da empresa, que causarem prejuízo ao Erário; e
- 6) elaborar, dentro dos padrões e normas técnicas estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, relatórios ou notas de auditoria a serem encaminhados ao Conselho de Administração da EMGEA e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.

As competências do Conselho Fiscal – COFIS, composto na forma do Art. 12 do Estatuto Social da EMGEA, estão disciplinadas no Art. 13 do referido Normativo.

As competências da Diretoria Executiva, composta na forma do Art. 8º do Estatuto Social da EMGEA, estão disciplinadas no Art. 9º do referido Normativo, cabendo-lhe, quando necessário ao cumprimento das atribuições estatutárias, disciplinar seu exercício por meio de regulamentos e delegações de atividades e de alçadas decisórias.

O desempenho dos membros da Diretoria Executiva será avaliado anualmente.

O processo de avaliação previsto no *caput* será efetuado conforme os procedimentos previamente aprovados pela Diretoria Executiva, com base em proposta elaborada pela Diretoria de Pessoas e Logística.

Ao Diretor-Presidente, além das competências e atribuições próprias e de membro da Diretoria Executiva, disciplinadas respectivamente no Art. 10 e no Art. 9º do Estatuto Social da EMGEA, compete coordenar e controlar as atividades do Gabinete da Presidência – GABIN, da Consultoria Jurídica – COJUR, da Assessoria Especial da Presidência – ASSES e da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.

Compete ao Gabinete da Presidência – GABIN o gerenciamento das atividades de assessoramento, tendo como atribuições:

- 1) assessorar o Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva;
- 2) coordenar e controlar as atividades constantes das agendas dos membros da Diretoria Executiva;



- 3) manter contatos de interesse da EMGEA com autoridades e representantes dos setores Público e Privado, apoiando a Diretoria Executiva no atendimento de sua pauta de compromissos;
- 4) coordenar e supervisionar os trabalhos de apoio técnico-administrativo aos Conselhos de Administração e Fiscal e à Diretoria Executiva, prestando-lhes o apoio logístico necessário ao seu funcionamento, inclusive a elaboração de atas de reunião e o controle de pendências;
- 5) coordenar os trabalhos relacionados com a recepção da Diretoria Executiva;
- 6) prestar apoio técnico-administrativo à ASCOM e à ASSES;
- 7) acompanhar a tramitação de documentos ou o andamento de providências, nos órgãos governamentais, referentes aos documentos recebidos e expedidos pela Diretoria Executiva; e
- 8) coordenar, executar e controlar as atividades relativas à utilização da verba de representação e de reuniões e eventos da Diretoria Executiva.

Compete à Consultoria Jurídica – COJUR exercer as atividades jurídicas de natureza consultiva e contenciosa, judicial ou extrajudicial, da EMGEA, bem como prestar assessoria jurídica à empresa, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Às Gerências subordinadas à COJUR compete:

- 1) Gerência de Consultivo Administrativo e Operacional – GECAD:
  - i. patrocinar, observadas as disposições do Estatuto Social da EMGEA, a defesa dos Dirigentes, Conselheiros e Prepostos, presentes e passados, em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa;
  - ii. atuar no contencioso administrativo; e
  - iii. patrocinar em juízo a defesa dos interesses da EMGEA, que envolvam matérias administrativas, tributárias, trabalhistas, e ações civis públicas.
- 2) Gerência de Processos Jurídicos Estratégicos – GEPRE:
  - i. assessorar as unidades sobre assuntos relacionados a operações com pessoas jurídicas; e
  - ii. patrocinar em juízo a defesa dos interesses da EMGEA, relativos a operações com pessoas jurídicas.
- 3) Gerência de Processos Jurídicos – GEJUT:
  - i. assessorar as unidades sobre assuntos relacionados a operações com pessoas jurídicas;
  - ii. gerenciar os serviços terceirizados de advocacia;
  - iii. patrocinar em juízo a defesa dos interesses da EMGEA, relativos a operações com pessoas físicas; e
  - iv. gerir os assuntos administrativos relacionados à unidade.

Compete à Assessoria Especial da Presidência – ASSES:

- 1) assessorar o Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva no exercício de suas atribuições;
- 2) coordenar planos e projetos cujo escopo envolva ou possa envolver a atuação de mais de uma unidade da EMGEA;
- 3) analisar, em conjunto com a ASCOM e as áreas de negócios, a conveniência e oportunidade de atender pleitos de patrocínios apresentados à EMGEA; e

- 4) promover a articulação entre a EMGEA e a assessoria parlamentar dos órgãos públicos nos assuntos de interesse da empresa.

Compete à Assessoria de Comunicação Social – ASCOM:

- 1) promover o relacionamento entre a EMGEA e a Imprensa mediante o atendimento à demanda dos profissionais de comunicação;
- 2) gerenciar as atividades inerentes à comunicação institucional e à identidade visual da EMGEA;
- 3) gerenciar a divulgação interna de assuntos de interesse geral e das unidades, adequando-a ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Comunicação da empresa;
- 4) coordenar as atividades referentes ao sítio da EMGEA na internet; e
- 5) analisar, em conjunto com a ASSES e as áreas de negócios, a conveniência e oportunidade de atender aos pleitos de patrocínios apresentados à EMGEA.

Compete à Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF gerir e recuperar os créditos contra pessoas físicas.

Compete à Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF, subordinada à DIREF, gerir e recuperar os créditos imobiliários da EMGEA contra pessoas físicas.

Às Gerências subordinadas à SUPEF compete:

- 1) Gerência de Controle e Gestão dos Contratos de Prestação de Serviços – GEAPS:
  - i. gerenciar e controlar a execução dos contratos de prestação de serviços; e
  - ii. gerenciar os processos de controles operacionais da Superintendência.
- 2) Gerência de Manutenção de Contratos e Imóveis – GEMAC:
  - iii. gerenciar as atividades relacionadas à manutenção da carteira de créditos originária de contratos habitacionais firmados com pessoas físicas;
  - iv. gerenciar as atividades relacionadas à administração de imóveis não de uso de propriedade da EMGEA;
  - v. promover a gestão das apólices do seguro habitacional; e
  - vi. gerir os sistemas de cobrança próprios da EMGEA.
- 3) Gerência de Negociação de Ativos – GENEÁ:
  - i. realizar estudos e propor à Superintendência políticas de atuação, normas e medidas negociais a serem aplicadas na recuperação dos créditos e no processo de cobrança e excussão das garantias;
  - ii. analisar as propostas de negociação que envolvam os créditos contra pessoas físicas ou imóveis não de uso de propriedade da EMGEA; e
  - iii. realizar estudos e propor à Superintendência modelos de negócio relacionados com a alienação dos imóveis não de uso de propriedade da EMGEA.
- 4) Gerência de Fomento às Políticas Conciliatórias – GEPOC:
  - i. gerenciar as atividades relacionadas à recuperação e manutenção da carteira de contratos habitacionais firmados com pessoas físicas, que estejam sub judice; e
  - ii. propor e gerenciar a participação da EMGEA em projetos de conciliação mantidos com a Justiça Federal.
- 5) Gerência de Ressarcimentos, Obrigações e Pagamentos – GEROP:

- i. gerir os ressarcimentos, obrigações e pagamentos decorrentes dos contratos de prestação de serviços.

Compete à Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ gerir e recuperar créditos contra pessoas jurídicas, bem como realizar créditos junto ao FCVS.

Compete à Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ, subordinada à DIREJ, gerir e recuperar créditos contra pessoas jurídicas do Setor Privado.

Às Gerências subordinadas à SUPEJ compete:

1) Gerência de Negócios de Créditos Prioritários – GEPRI:

- i. gerenciar e recuperar créditos vinculados a empresas liquidandas e repassadoras, empresas em regime falimentar e em recuperação judicial, mediante ações administrativas ou judiciais; e
- ii. propor normas para regulamentação da recuperação dos créditos sob sua gestão.

2) Gerência de Recuperação de Ativos – GERAT:

- i. gerenciar e recuperar créditos vinculados a pessoas jurídicas de direito privado, exceto liquidandas e repassadoras, empresas em regime falimentar e em recuperação judicial, mediante ações administrativas ou judiciais; e
- ii. propor normas para regulamentação da recuperação dos créditos sob sua gestão.

3) Gerência de Apoio à Negociação – GERAP:

- i. gerenciar as atividades de apoio aos negócios sob a responsabilidade da Superintendência; e
- ii. gerenciar os processos de controles internos da Superintendência.

Compete à Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS – SUREF, subordinada à DIREJ, realizar os créditos da EMGEA junto ao FCVS e gerir e recuperar créditos decorrentes de contratos firmados com pessoas jurídicas vinculadas ao Setor Público e instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial.

Às Gerências subordinadas à SUREF compete:

1) Gerência de Realização de Créditos FCVS – GEREF:

- i. propor normas e diretrizes para a realização de créditos junto ao FCVS;
- ii. conduzir o processo de realização dos créditos junto ao FCVS nas fases de habilitação, validação e novação; e
- iii. analisar propostas de negociações que envolvam o ingresso ou a disponibilidade de créditos FCVS.

2) Gerência de Operações com o Setor Público – GESEP:

- i. estruturar operações firmadas com pessoas jurídicas vinculadas ao Setor Público e instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial; e
- ii. administrar carteiras de créditos oriundos de entidades vinculadas ao Setor Público e de instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial.

Compete à Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG promover a gestão do fluxo de caixa, propor e coordenar a execução das políticas e estratégias de gestão de pessoas e de recursos logísticos, bem como garantir o alinhamento do processo de suporte da Tecnologia da Informação.

Compete à Superintendência Financeira – SUFIN, subordinada à DILOG, promover a gestão do fluxo de caixa da EMGEA, buscando a maximização do retorno dos recursos disponíveis.

À Gerência subordinada à SUFIN compete:

1) Gerência de Planejamento e Administração Financeira – GEPAF:

- i. gerenciar o fluxo de caixa, as atividades de tesouraria e as aplicações financeiras da EMGEA;
- ii. manifestar-se sobre a viabilidade financeira das propostas negociais;
- iii. gerenciar as operações passivas da EMGEA perante o FGTS, FDS e oriundas do extinto FAHBRE; e
- iv. gerenciar os haveres da EMGEA, oriundos de integralização de capital.

Compete à Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL, subordinada à DILOG, analisar, orientar, propor e coordenar a execução das políticas e estratégias de gestão de pessoas e de recursos logísticos.

Às Gerências subordinadas à SUPEL compete:

1) Gerência de Licitação e Patrimônio – GELIC:

- i. gerenciar e executar os processos e as atividades de aquisição e guarda de bens móveis e de material de consumo, bem como de manutenção e guarda de material permanente;
- ii. controlar e supervisionar os contratos de prestação de serviços terceirizados sob sua administração;
- iii. gerenciar e executar as atividades referentes aos processos licitatórios da EMGEA;
- iv. gerenciar as atividades relativas ao registro, trâmite e arquivamento de documentos; e
- v. gerenciar a utilização do espaço físico da EMGEA.

2) Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES:

- i. planejar, controlar, coordenar e executar processos e atividades relativas à gestão de pessoas.

Compete à Superintendência de Tecnologia – SUTEC, subordinada à DILOG, conduzir e garantir o alinhamento do processo de suporte “Tecnologia da Informação”, às expectativas estratégicas da EMGEA, valendo-se das referências, modelos e padrões mercadológicos.

Às Gerências subordinadas à SUTEC compete:

1) Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – GEDES:

- i. gerir o ciclo de vida de ferramentas de suporte ao negócio, inclusive aquelas fornecidas por terceiros, no que couber;
- ii. gerir o processo de aquisição de ferramentas de suporte ao negócio;
- iii. responder pela integridade, disponibilidade, universalidade, tempestividade, organização e fluxo dos dados que informam os processos negociais e de suporte da EMGEA; e
- iv. garantir a conformidade de seus processos aos instrumentos das Políticas de Governança e Segurança da Tecnologia da Informação da EMGEA.

2) Gerência de Redes e Suporte – GERED:

- i. gerir o ciclo de vida dos ativos de infraestrutura da Tecnologia da Informação;
- ii. responder pela disponibilidade e organização dos ativos de infraestrutura da Tecnologia da Informação;
- iii. executar e responder pelo processo de segurança e recuperação da informação;

- iv. executar e responder pelas políticas de continuidade de negócios; e
- v. garantir a conformidade de seus processos aos instrumentos das Políticas de Governança e Segurança da Tecnologia da Informação da EMGEA.

Compete à Diretoria de Controladoria – DICON coordenar as atividades relativas aos controles internos, e aos assuntos inerentes ao registro contábil, à tributação e ao Orçamento da EMGEA.

Compete à Superintendência de Controles Internos – SUCOI, subordinada à DICON, coordenar a execução das atividades relativas aos controles internos.

Às Gerências subordinadas à SUCOI compete:

- 1) Gerência de Conformidade – GECOF:
  - i. estabelecer instrumentos e técnicas para assegurar a conformidade dos processos e dos negócios da empresa; e
  - ii. coordenar a elaboração dos relatórios da Administração e de Gestão.
- 2) Gerência de Riscos Corporativos – GERIS:
  - i. instituir mecanismos para assegurar a gestão dos riscos operacionais; e
  - ii. garantir a exatidão das informações corporativas e dos indicadores de desempenho empresarial, mediante formulação de conceitos e coordenação de sua apuração.

Compete à Superintendência de Contabilidade e Orçamento – SUCOR, subordinada à DICON, gerenciar as atividades inerentes à escrituração contábil e fiscal, bem como coordenar a elaboração, acompanhamento da execução e reprogramação do Orçamento da EMGEA.

Às Gerências subordinadas à SUCOR compete:

- 1) Gerência de Contabilidade – GECON:
  - i. manter atualizado o Plano de Contas da EMGEA;
  - ii. gerenciar as atividades relativas ao registro dos atos e dos fatos administrativos;
  - iii. elaborar e analisar as demonstrações contábeis previstas na legislação, bem como aquelas de caráter gerencial;
  - iv. manifestar-se quanto ao impacto contábil das medidas negociais propostas;
  - v. coordenar as atividades desempenhadas pela auditoria contábil independente; e
  - vi. gerenciar a elaboração, o acompanhamento da execução e a reprogramação do Orçamento e do Programa de Despesas Globais – PDG da EMGEA.
- 2) Gerência de Tributos – GETRI:
  - i. gerenciar o controle e a manutenção da regularidade fiscal da EMGEA perante a Fazenda Pública;
  - ii. manifestar-se quanto ao impacto fiscal das medidas negociais propostas; e
  - iii. coordenar as atividades desempenhadas por empresas de consultoria tributária.

Compete também a cada Diretoria:

1. participar da elaboração do Planejamento Estratégico e zelar pelo cumprimento dos objetivos, metas e planos de ação estabelecidos;
2. propor e fazer cumprir normas, padrões e instruções de trabalho para as equipes sob sua responsabilidade, bem como acompanhar o cumprimento da legislação vigente;
3. propor a atualização da estrutura organizacional sob sua responsabilidade;
4. autorizar a realização de despesas de acordo com os limites e as condições fixadas;

5. controlar as despesas sob sua responsabilidade, estabelecendo e fazendo cumprir os orçamentos e promovendo a redução possível de custos;
6. determinar a participação e a realização, por comissionado ou empregado subordinado, de inspeções, auditorias, sindicâncias ou inquéritos, relacionados com as unidades sob sua responsabilidade;
7. autorizar a movimentação interna de pessoal lotado na sua área de atuação e propor ao Diretor-Presidente sua transferência para outras áreas;
8. autorizar o deslocamento de pessoal lotado em sua área de atuação, na forma do regulamento específico; e
9. executar outras atribuições que lhe forem designadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente.

Compete também a todas as Superintendências e demais unidades de mesmo nível hierárquico:

- 1) cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Diretoria Executiva;
- 2) participar do Planejamento Estratégico da EMGEA, na forma determinada por sua respectiva Diretoria;
- 3) participar da elaboração, acompanhamento e reprogramação do Orçamento da EMGEA, no tocante às estimativas de sua competência;
- 4) elaborar plano de ação para consecução das metas de sua competência, fixadas no Planejamento Estratégico da EMGEA, e acompanhar e mensurar sua implementação, propondo os ajustes cabíveis;
- 5) propor ao Diretor da área o programa anual de trabalho e a correspondente previsão orçamentária, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Superior Administração;
- 6) gerenciar o risco operacional e garantir a conformidade dos processos e negócios sob sua condução;
- 7) promover o aprimoramento das rotinas de serviço, utilizando metodologias específicas adotadas pela EMGEA;
- 8) elaborar e manter atualizados os regulamentos, normas e manuais relativos às atividades desenvolvidas na sua unidade;
- 9) atender às solicitações de informações afetas à respectiva unidade, advindas das auditorias interna e externa, bem como promover a regularização de eventuais apontamentos dessas auditorias;
- 10) atender às solicitações de informações e promover estudos sobre assuntos específicos solicitados pela Diretoria Executiva e por outros órgãos colegiados da EMGEA;
- 11) subsidiar a elaboração dos relatórios da Administração;
- 12) propor ao Diretor da área o estabelecimento de limites e alçadas de trabalho; e
- 13) executar outras atividades compatíveis com as atribuições e competências da unidade.

Compete também às Gerências:

- 1) assessorar a sua Superintendência nas matérias afetas à unidade, assim como acompanhar a elaboração e coordenação de outras atividades, por designação superior;
- 2) avaliar o comportamento dos ativos e passivos da EMGEA e os indicadores de desempenho visando subsidiar a tomada de decisões;
- 3) gerenciar a elaboração de plano de ação para consecução de metas, fixadas em plano de trabalho;

- 4) acompanhar a consolidação e a análise de dados relativos aos indicadores de desempenho;
- 5) elaborar, periodicamente, relatórios analíticos sobre sua atuação e o desenvolvimento dos assuntos sob sua responsabilidade;
- 6) elaborar estudos de viabilidade de propostas ou medidas apresentadas, submetendo-os à sua Superintendência;
- 7) implantar soluções otimizadas relacionadas a suas atividades;
- 8) responder pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação de suas atividades;
- 9) gerenciar o respectivo orçamento com vistas a subsidiar o Programa de Dispêndios Globais – PDG;
- 10) avaliar o desempenho de fornecedores com os quais a EMGEA tenha contratado o suprimento de materiais e serviços;
- 11) elaborar e acompanhar a confecção de documentos institucionais, tais como notas técnicas, ofícios, memorandos, pareceres e votos, para serem submetidos à respectiva Superintendência;
- 12) coletar e dispor a documentação necessária para a elaboração do Relatório de Atividades e de Gestão da EMGEA, bem como fornecer dados sobre os assuntos afetos à unidade;
- 13) promover a gestão dos processos de controles internos (risco operacional, conformidade e informações corporativas);
- 14) especificar, acompanhar e homologar os serviços para atendimento de manutenções corretivas, adaptativas e de melhoria nos sistemas de Tecnologia da Informação; e
- 15) gerir o desempenho dos colaboradores, orientando a sua atuação, tratando as competências individuais e da equipe, controlando a frequência e zelando pelo bom ambiente de trabalho.

#### 1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos da UJ encontram-se relacionados adiante:

##### Macroprocesso Finalístico 1 - Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas

**Quadro 2 – Dados do Macroprocesso Finalístico 1 - Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas**

<b>Objetivo geral</b>	Apresentar soluções e implementar medidas que resultem na retomada do fluxo financeiro e na melhoria da rentabilidade da carteira
<b>Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ</b>	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso</b>	Vide Item 2.3.1 - Indicadores Estratégicos
<b>Público-alvo</b>	Pessoas físicas devedoras de financiamentos habitacionais

Para melhorar a performance da arrecadação, a EMGEA adota medidas visando regularizar os contratos habitacionais, mediante incentivo à liquidação e à reestruturação de dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro, combater a inadimplência e realizar acordos nas esferas administrativa e judicial, contribuindo com o ingresso de recursos, a partir da retomada do fluxo de pagamento dos contratos. As ações estão traduzidas na meta estipulada para o período, que consiste em arrecadar no mínimo o montante de R\$ 982,25 milhões – Carteira de Pessoa Física.

A arrecadação alcançou o montante de R\$ 1.087,49 milhões, proveniente do recebimento de prestações mensais, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas, indenizações securitárias e de levantamento de depósitos judiciais.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício foram desenvolvidas as ações a seguir descritas.

##### Principais Ações do Macroprocesso

As ações pautaram-se pelo acompanhamento e controle das medidas negociais adotadas em exercícios anteriores, bem como pela otimização e ajuste das medidas de incentivo à liquidação e à reestruturação dos contratos, de sorte a incrementar o ingresso de recursos mediante a retomada do fluxo de pagamentos.

##### Ação 1 – Arrecadação da carteira de crédito imobiliário Pessoa Física

**Quadro 3 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 1**

<b>Finalidade</b>	Liquidação e reestruturação de dívidas
<b>Descrição</b>	Incrementar a arrecadação da carteira por intermédio de incentivos à liquidação e reestruturação de dívidas dos contratos de crédito imobiliário

Essa ação tem o objetivo de conferir o ingresso de recursos e a retomada do fluxo de pagamentos dos contratos, por intermédio do incentivo à liquidação antecipada, amortizações extraordinárias, indenizações securitárias, regularização do pagamento das prestações e a reestruturação das dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro dessas operações.

**Resultados e Conclusões** – Em 2012 foi arrecadado o montante de R\$ 1.087,49 milhões, superando em R\$ 105,24 milhões a meta estipulada.

Em que pese a progressiva redução das operações imobiliárias ativas, associada ao fato de o estoque remanescente ser composto de créditos com maior dificuldade de recuperação, a meta de arrecadação negociada com a CAIXA para o exercício de 2012 foi superada em 10,97%. Atribui-se este desempenho, precipuamente, ao incremento das negociações de contratos inadimplentes, quer

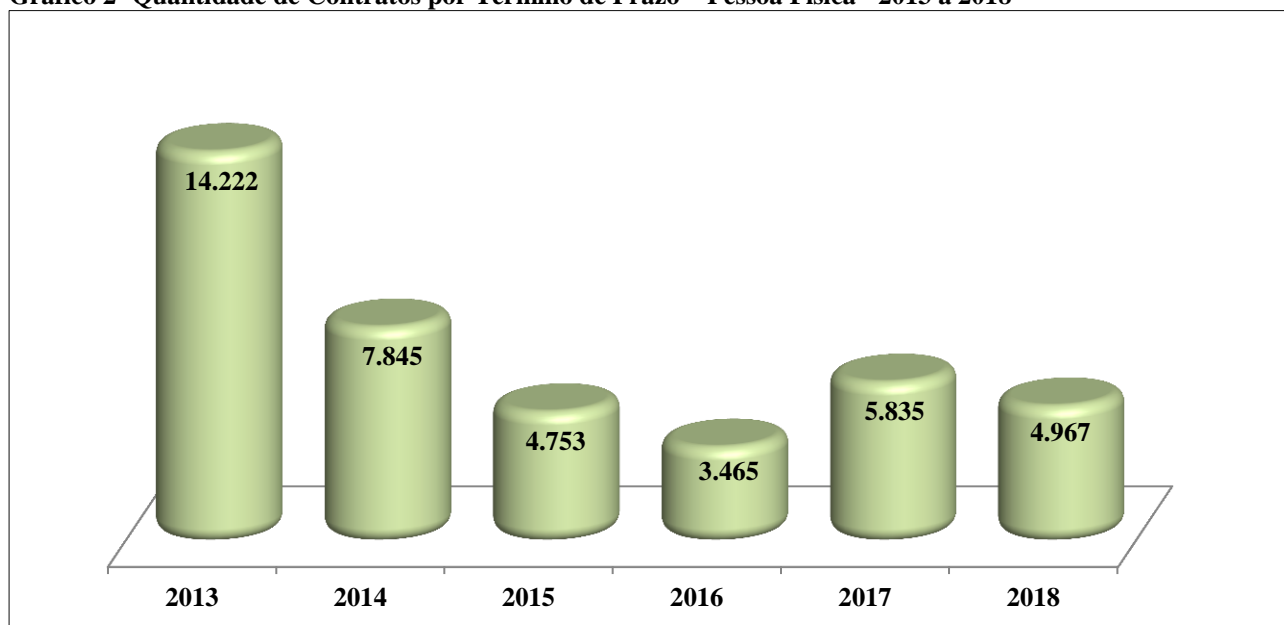


pela via administrativa, quer através de mutirões voltados para a conciliação, no âmbito do Poder Judiciário.

No ano de 2012 foi implementada uma campanha de adimplência dos contratos carta de crédito, que resultou na regularização de 11.538 contratos, bem como foram liquidados outros 9.664 contratos inadimplentes do Programa “Ô de casa”.

Registre-se que as medidas de incentivo à liquidação e à reestruturação das dívidas destinam-se também aos contratos cujos prazos originais vencerão nos próximos anos, indicando boas possibilidades de renegociação para solução do problema. As quantidades de contratos com término de prazo projetadas para os próximos anos figuram no gráfico a seguir.

**Gráfico 2- Quantidade de Contratos por Término de Prazo – Pessoa Física - 2013 a 2018**



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Ação 2 – Recuperação e arrecadação de valores do conjunto de contratos inadimplentes

**Quadro 4 – Dados da Ação 2 –Macroprocesso Finalístico 1**

Finalidade	Recuperar e restabelecer o fluxo financeiro dos créditos
Descrição	Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos com mais de 90 dias de atraso, caracterizados como inadimplentes

Com a redução das operações e o aumento do inadimplimento percentual, foi necessário estabelecer meta direcionada à regularização dos contratos inadimplentes ou desequilibrados, como forma de concentrar o foco nos créditos com maior dificuldade de recuperação.

No início de 2012, existiam 161.225 contratos inadimplentes do crédito imobiliário de pessoas físicas, cuja dívida total, não deduzidas as respectivas provisões, alcançava o montante de R\$ 19,63 bilhões, sendo R\$ 14,26 bilhões correspondentes a dívida vencida e R\$ 5,30 bilhões relativos a dívida vincenda.

**Resultados e Conclusões** – Os esforços empreendidos para a regularização do conjunto de contratos inadimplentes proporcionaram a arrecadação de R\$ 619,83 milhões, superando em R\$ 219,83 milhões a meta de R\$ 400,00 milhões estabelecida para essa ação em 2012, e resultaram no restabelecimento do fluxo financeiro de 62.048 contratos, assim distribuídos:

<b>Tipo de regularização</b>	<b>Quantidade de contratos</b>
Liquidações antecipadas	53.740
Parcelamentos	2.465
Reestruturações	5.625
Transferências	218

### Ação 3 – Contratos *sub judice*

#### Quadro 5 - Dados da Ação 3 –Macroprocesso Finalístico 1

Finalidade	Recuperar créditos
Descrição	Conceder incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas para os contratos <i>sub judice</i> , por meio de ações voltadas ao incentivo da conciliação nos tribunais

A Justiça Federal tem incentivado desde 2002 a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do SFH, para solucionar de maneira definitiva tais conflitos. Desde então, foram agendadas 117.832 audiências de conciliação, com a realização de acordos em 53% das 105.392 audiências finalizadas.

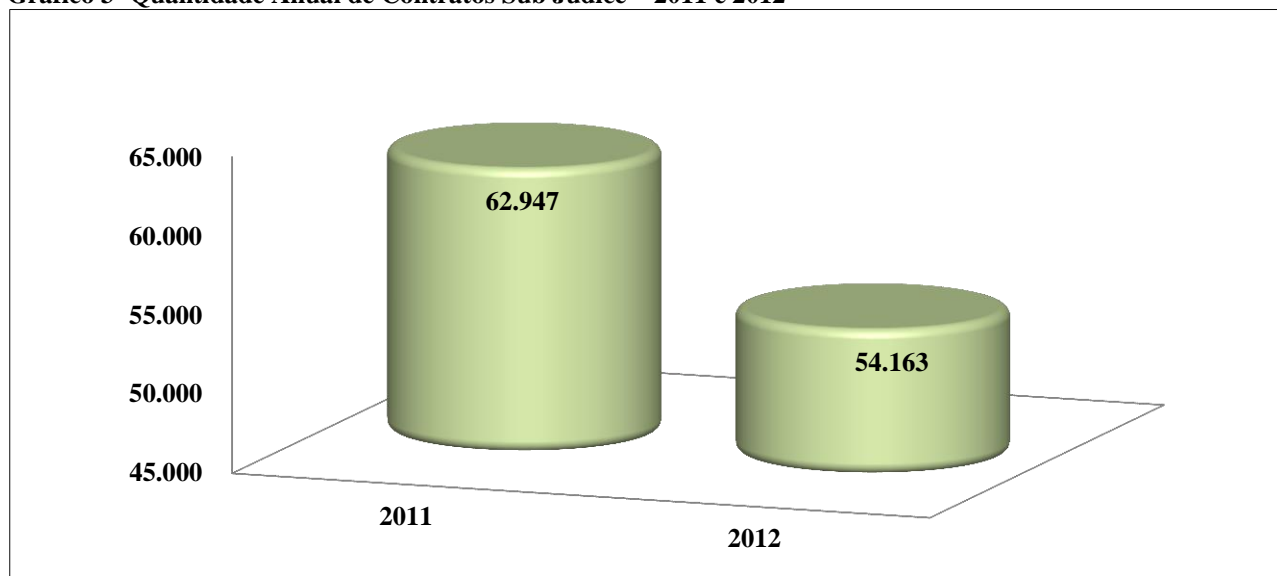
Com os resultados positivos observados nos mutirões, o CNJ estabeleceu meta para a Justiça Federal de realização de 10.707 audiências de conciliação em 2012, relativamente aos processos envolvendo contratos da EMGEA.

Por seu turno, a Empresa adotou medidas de incentivo à liquidação desses contratos, as quais propiciaram condições de encerramento de milhares de demandas.

Foram designadas ao longo do exercício 15.675 audiências, tendo sido finalizadas 10.140 delas, resultando 5.312 acordos em todo o País, com a recuperação de R\$ 297,89 milhões.

**Resultados e Conclusões** - Não obstante os ajuizamentos de 2.253 novos contratos, as audiências de conciliação e os acordos administrativos fizeram com que a quantidade de contratos *sub judice* fosse reduzida em 8.784 unidades, passando de 62.947 em 2011 para 54.163 em 2012, representando uma redução de 13,95%.

**Gráfico 3- Quantidade Anual de Contratos Sub Judice – 2011 e 2012**



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Além das ações voltadas à arrecadação descritas anteriormente, o Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas abrange outras atividades, dentre as quais destacam-se aquelas relacionadas aos seguintes assuntos.

#### Seguro Habitacional

Consiste em assegurar o direito a indenizações securitárias pela ocorrência de sinistros, previstos nas apólices contratadas, mediante pagamento dos prêmios de seguros correspondentes.

Em 2012, a EMGEA pagou à seguradora contratada e ao FCVS, o montante líquido de R\$ 95,82 milhões a título de prêmios de seguro das operações de crédito imobiliário junto a pessoas físicas. Esse valor é 9,26% menor em relação ao ano de 2011 (R\$ 105,60 milhões), sobretudo em razão de liquidações antecipadas das dívidas e decurso de prazo dos contratos que contam com essas coberturas.

Do total de prêmios emitidos, foram deduzidos cerca de R\$ 1,43 milhão, referente à remuneração recebida pela EMGEA na condição de estipulante de apólice, conforme quadro a seguir. Essa remuneração está instituída na apólice do SFH e corresponde a 1,6% dos prêmios emitidos.

**Quadro 6 – Recolhimento de Prêmios de Seguro – 2012**

<i>Valores em R\$ 1,00</i>		
<b>Prêmios Emitidos</b>	<b>Remuneração do Estipulante</b>	<b>Prêmios Recolhidos</b>
97.259.285,48	1.434.051,24	95.825.234,24

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Em dezembro de 2011 a carteira de créditos perante pessoas físicas da EMGEA somava 187.753 contratos averbados. Esse montante caiu para 161.085 contratos ao final de 2012, o que corresponde a um decréscimo de 14,20%.

Confrontando-se a redução de 9,26% observada nos prêmios de seguros pagos, com a diminuição de 14,20% no estoque de contratos averbados, conclui-se que a maior parte das liquidações ocorreu nos contratos com saldos devedores de menor valor.

Tal fato sinaliza maior ocorrência de liquidações nos contratos mais antigos, nos quais, normalmente, observa-se maior risco de indenizações por morte e por invalidez permanente. Esses contratos geralmente são titulados por segurados mais idosos ou, ainda, são relativos a imóveis de baixo valor de avaliação, para os quais se verifica maior risco de incidência de danos físicos.

As indenizações correspondem ao reconhecimento, pela seguradora e pelo FCVS, de sinistros de natureza pessoal ou material. Para os sinistros de natureza pessoal morte ou invalidez permanente do mutuário - MIP, o valor da indenização é repassado à EMGEA para amortizar (sinistro parcial) ou quitar (sinistro total) o saldo devedor remanescente do contrato. No sinistro de natureza material, danos físicos do imóvel – DFI, a seguradora e o FCVS promovem o ressarcimento aos mutuários dos custos com a recuperação do bem.

Em 2012, ingressou no caixa da EMGEA o montante de R\$ 36,25 milhões, o que representou o equivalente a 37,83% do total de prêmios pagos. Esse valor é inferior em relação ao recebido durante o ano de 2011 (R\$ 58,98 milhões) em 38,54%.

#### Quadro 7 – Indenizações Securitárias Ingressadas – 2012

Valores em R\$ 1,00

Quantidade de Indenizações	Valor
2.033	36.251.266,70

Fonte: Cubo Arrecadação SUTEC

#### Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Para garantir a continuidade e conclusão dos procedimentos de execução de dívidas e demandas judiciais envolvendo os contratos de crédito imobiliário junto a pessoas físicas, a CAIXA, na condição de prestadora de serviços, efetua o pagamento de despesas relativas a esses procedimentos e é posteriormente ressarcida pela EMGEA.

No decorrer de 2012, esses ressarcimentos à CAIXA alcançaram o valor de R\$ 20,60 milhões, inferior em 24,00% em relação ao montante de R\$ 27,11 milhões observado em 2011.

Parte das despesas com procedimentos de execução judicial ou extrajudicial é recuperada em razão da prerrogativa do devedor de suspender a execução da dívida para resgatar os direitos contratuais relativos a seu crédito imobiliário, por meio do reembolso à EMGEA dos montantes por ela incorridos.

O montante de R\$ 8,72 milhões foi recuperado junto a pessoas físicas em 2012, as quais pagaram os débitos sob execução, caracterizando a purga de suas moras mediante o ressarcimento de despesas à EMGEA. O valor recuperado em 2012 foi inferior em 10,79% ao observado em 2011 da ordem de R\$ 9,77 milhões.

#### Depósitos Judiciais e/ou Recursais

Em determinados tipos de ações judiciais, ocorrendo decisões em seu desfavor, passíveis de recurso, a EMGEA deve efetuar depósitos à ordem do juízo.

O desembolso com depósitos judiciais e/ou recursais referentes a contratos com pessoas físicas alcançou em 2012 o montante de R\$ 3,15 milhões. Essas saídas de recursos foram 16,43% superiores às observadas no ano de 2011, quando perfizeram R\$ 2,70 milhões.

Em contrapartida, no último exercício a EMGEA recuperou R\$ 2,20 milhões, correspondentes a depósitos e respectivas receitas financeiras, montante superior em 193,33% ao observado em 2011 (R\$ 752,26 mil).

## Macroprocesso Finalístico 2- Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS

### Quadro 8 – Dados do Macroprocesso Finalístico 2- Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS

Objetivo geral	Obter o reconhecimento da certeza e da liquidez dos créditos da EMGEA contra o FCVS e Títulos CVS de emissão do Tesouro Nacional
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Interno

A gestão dos créditos com evento FCVS tem como finalidade obter o ressarcimento dos saldos devedores remanescentes ou residuais dos contratos de financiamentos habitacionais firmados com os mutuários finais do SFH com cobertura desse Fundo, mediante a novação de dívidas de que trata a Lei nº 10.150/2000, com o consequente recebimento de títulos de emissão do Tesouro Nacional - CVS, ou tornar possível a utilização dos créditos como ativos negociáveis.

A realização dos créditos perante o FCVS compreende as etapas de habilitação, reversão de negativa de cobertura, validação, formalização de processos com vistas à novação e a efetivação da novação em si.

A carteira de créditos perante o FCVS encerrou o exercício de 2012 com saldo contábil, antes da constituição de provisões, de R\$ 14.719,29 milhões, sendo que R\$ 13.406,58 milhões desses créditos estavam habilitados junto ao Fundo. Dos contratos habilitados, R\$ 12.901,76 milhões encontravam-se homologados, e R\$ 504,82 milhões ainda não haviam sido homologados pelo FCVS.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir elencadas.

### Principais Ações do Macroprocesso

#### Ação 1 - Novação de dívidas do FCVS pela União

##### Quadro 9 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Novar com a União dívidas do FCVS perante a EMGEA
Descrição	Consiste na conversão dos valores a receber do FCVS em títulos CVS, recebendo títulos de emissão do Tesouro Nacional e valores deles decorrentes

A novação consiste na contratação de nova dívida para extinguir a anterior. No caso das dívidas do FCVS, a União, mediante contrato, assume os débitos do Fundo com os Agentes Financeiros do SFH, sob novas condições de pagamento, remuneração e prazo, entregando ao credor, no ato da assinatura do contrato, títulos de emissão do Tesouro Nacional – títulos CVS.

A EMGEA assinou em 2012, com a União, um contrato de novação de dívidas do FCVS, o que possibilitou à Empresa a obtenção de ativos equivalentes a R\$ 66,63 milhões, conforme a seguir.

##### Quadro 10 - FCVS - Contratos Formalizados - 2012

Contrato de Novação		22ª Novação de Dívida Contrato Nº 741
<b>Créditos na Posição de Novação</b>		58.362.324,50
<b>Débito Compensado na Posição de Novação</b>		38,74
<b>Valor Líquido</b>		<b>58.362.285,77</b>
<b>Títulos CVS Emitidos</b>	<b>A</b>	9.137
	<b>B</b>	11.189
	<b>C</b>	154
	<b>D</b>	172
	<b>Total</b>	<b>20.652</b>
<b>Valores Recebidos</b>		<b>66.635.485,35</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Na qualidade de Interviente, a EMGEA assinou com a União e com o FGTS um Contrato de Assunção de Dívidas do FCVS relativo a créditos originados do disposto no art. 15 da Lei nº 10.150/2000 (VAF3) e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45/2001 (VAF4), conforme a seguir.

##### Quadro 11 – FCVS - Contratos de Assunção de Dívidas – 2012

			<i>Valores em R\$ 1,00</i>
Contrato de Assunção de Dívidas	Créditos na Posição de Novação	Títulos CVS Emitidos	Valores Recebidos
10ª Assunção – Contrato Nº 745	10.388.283,75	4.219	10.832.662,21

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Nesses casos, quando da assunção de dívida pela União, são emitidos títulos CVSB970101 em favor do FGTS, como também são creditados ao Fundo amortizações e juros retroativos, tendo sido os recursos posteriormente liberados para a EMGEA.

Assim, no exercício, a EMGEA assinou com a União contratos de novação e de assunção de dívidas do FCVS que proporcionaram o ingresso de recursos no caixa da Empresa no montante de R\$ 77,46 milhões, os quais representam cumprimento de 24,35% do valor previsto para realização de novação no Programa de Dispêndios Global – PDG do exercício de 2012, no montante de R\$ 318,15 milhões.

O resultado de 24,35% do valor previsto de novação ocorreu em razão de as entidades gestoras do FCVS terem suspenso a finalização dos processos de novação que estavam no âmbito do Ministério da Fazenda, para adequação dos procedimentos operacionais relativos ao pagamento/compensação dos débitos das instituições financeiras junto ao FCVS. O assunto encontra-se em discussão naquele Ministério e na CGU. Em decorrência de tal fato, os processos de novação da EMGEA foram devolvidos à Administradora do FCVS.

#### Ação 2 - Habilitação de créditos perante o FCVS

##### **Quadro 12 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 2**

Finalidade	Propiciar a apuração dos valores de responsabilidade do FCVS
Descrição	Consiste no encaminhamento ao FCVS das informações relativas aos contratos, para análise e homologação dos valores de responsabilidade do Fundo

O processo de habilitação consiste na apresentação de informações iniciais e da documentação básica e complementar do contrato de financiamento habitacional firmado com cobertura do FCVS, para fins de apuração dos valores de responsabilidade do Fundo.

**Resultados e Conclusões** - As ações desenvolvidas para habilitação de créditos resultaram em 8.301 contratos habilitados, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 602,68 milhões, sendo:

- habilitação de créditos com eventos de FCVS de exercícios anteriores, que resultou em 6.766 contratos habilitados, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 529,40 milhões, atingindo 105,88% da meta analítica estabelecida de R\$ 500 milhões; e
- habilitação de 1.535 créditos que tiveram eventos do FCVS no decorrer do exercício, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 73,28 milhões.

#### Ação 3 – Reversão de negativa de cobertura pelo FCVS

##### **Quadro 13 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 2**

Finalidade	Recuperar créditos com negativa de cobertura procedida pelo FCVS
Descrição	Consiste na análise e na descaracterização da negativa de cobertura procedida pelo FCVS, para reversão dos valores do crédito à EMGEA

A reversão consiste na descaracterização das negativas de cobertura procedidas pelo FCVS para os contratos de financiamento habitacional da carteira imobiliária da EMGEA com evento de participação ocorrido, de forma a recuperar créditos com potencial a ser revisto, por intermédio de fundamentação de análise e elaboração de recurso administrativo ao Fundo.

**Resultados e Conclusões** – As ações desenvolvidas resultaram na reversão de negativa para 7.233 contratos, no total de R\$ 482,59 milhões, conforme adiante.

Dos 43.037 contratos com valor potencial a recuperar de R\$ 1.259,91 milhões, foi estabelecida meta de recuperação de créditos de R\$ 500 milhões. Dos contratos selecionados foram

analisados 7.025, no montante de R\$ 472,53 milhões, atingindo o percentual de realização de 94,51% da meta analítica estabelecida, sendo:

- realização de reversão de negativa de cobertura para 498 contratos, no montante de R\$ 36,47 milhões;
- expectativa de reversão por recurso administrativo apresentado ao FCVS para 5.766 contratos, no montante de R\$ 395,48 milhões; e
- conclusão de que não cabe recurso administrativo ao FCVS para 761 contratos, que totalizam R\$ 40,57 milhões.

Dos contratos negativados no exercício de 2012, 208 deles no montante de R\$ 10,06 milhões, foram objeto de ações para reversão de negativa, as quais resultaram na apresentação de recursos administrativos ao FCVS, na conclusão de que não cabe recurso ao Fundo ou na reversão da negativa.

#### Ação 4 – Validação de créditos homologados pelo FCVS

##### **Quadro 14 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 2**

Finalidade	Aceitar o valor homologado pelo FCVS, dando condições de novação aos créditos
Descrição	Consiste na informação analítica dos contratos com saldos anuídos por meio da emissão da RCV

A validação de créditos homologados consiste na análise e confirmação do valor atribuído pelo FCVS, mediante emissão de RCV ou, se for o caso, na definição operacional de que não cabe recurso àquele Fundo para melhoria de créditos com valor homologado diferente daquele apresentado pela EMGEA, como também para os não contemplados pelas medidas de validação estabelecidas pela Empresa.

A validação com RCV é um dos requisitos para a novação de que trata a Lei nº 10.150/2000. Os demais requisitos estão ligados à inexistência de impedimentos operacionais e negociais apropriados na cadeia de matrículas dos Agentes Cedentes dos créditos ou na matrícula do credor atual, se for o caso.

Resultados e Conclusões - As ações para validação dos créditos homologados pelo FCVS obtiveram um resultado de R\$ 977,26 milhões, correspondente a 13.774 contratos, para os quais houve a análise de que não cabe recurso ao Fundo ou ocorreu a concordância com o valor apresentado pelo Fundo mediante a sua inclusão na Relação de Contratos Validados – RCV, conforme adiante.

As ações para cumprimento da meta de validação dos créditos homologados pelo FCVS com valores divergentes daqueles apresentados pela EMGEA e não contemplados pelas medidas de validação da Empresa resultaram na validação de R\$ 498,23 milhões, relativo a 6.710 contratos, atingindo 99,65% da meta estabelecida para o exercício de R\$ 500 milhões, sendo:

- na emissão de RCV para 334 contratos, com valor a receber do Fundo de R\$ 9,09 milhões;
- na análise de 3.582 contratos, no montante de R\$ 260,22 milhões, para os quais foi concluído que não cabe recurso administrativo ao FCVS para melhoria do crédito; e
- na análise de 2.794 contratos, no montante de R\$ 228,92 milhões, com recurso administrativo apresentado ao FCVS.

A validação dos créditos com valores homologados no âmbito das medidas autorizadas pela Empresa resultaram na emissão de RCV para 6.033 créditos, no montante de R\$ 414,87 milhões, atingindo 60,13% da meta analítica estabelecida de R\$ 690 milhões.

A meta não foi atingida em sua totalidade em razão de o FCVS ter reprocessado, em 31.12.2012, o saldo de contratos para cumprir decisão referente à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Mato Grosso. Dentre esses contratos encontram-se 1.667 créditos da EMGEA, no montante de R\$ 242,01 milhões, incluídos na meta estabelecida, para os quais deverá haver nova análise de validação.

Dos contratos homologados pelo FCVS no ano, foram ainda objeto de ações de validação a quantidade de 1.031 contratos, no montante de R\$ 64,16 milhões, para os quais foi feita a análise de que não cabe recurso ao FCVS ou ocorrida a validação do valor apresentado pelo Fundo.

#### Ação 5 – Formalização de processos de novação de créditos perante o FCVS

##### Quadro 15 – Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Obter a certeza e a liquidez da dívida do FCVS para emissão de títulos CVS
Descrição	Consiste nos procedimentos operacionais para certificar o cumprimento de todos os requisitos necessários à novação, com a União, dos créditos perante o FCVS

Resultados e Conclusões - Ao final do exercício, os créditos homologados pelo FCVS que se encontravam em análise alcançavam o montante de R\$ 7.678,28 milhões, e aqueles em processo de novação perfaziam o montante de R\$ 1.022,30 milhões, conforme quadro a seguir.

##### Quadro 16 – Créditos Homologados pelo FCVS – 2012

Homologados por Situação	Valor Expectativa	Valores em R\$ 1,00
		Valor Homologado
Em Análise	11.826.104.273,72	7.678.285.130,83
Em Processo de Novação	1.022.908.443,89	1.022.303.455,51
<b>Totais</b>	<b>12.849.012.717,61</b>	<b>8.700.588.586,34</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

No exercício, foi formalizado processo de novação de dívidas cujos créditos homologados na posição 31.12.2012 perfaziam o montante de R\$ 29,80 milhões, os quais, acrescidos aos R\$ 992,49 milhões formalizados em anos anteriores, totalizaram R\$ 1.022,30 milhões. Os processos estão sendo submetidos à aprovação dos órgãos responsáveis pela novação.

#### Ação 6 - Recolhimento das contribuições mensais devidas ao FCVS pelos mutuários da EMGEA

##### Quadro 17 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Garantir o reconhecimento pelo FCVS dos saldos devedores residuais dos contratos habitacionais
Descrição	Consiste na contribuição ao FCVS da parcela mensal devida pelo mutuário, na ordem de 3% sobre o valor da prestação de amortização e juros do contrato de financiamento

A contribuição mensal ao FCVS obedece às disposições legais contidas no MNPO e é calculada mensalmente, com base no somatório dos encargos mensais devidos pelos mutuários que contrataram financiamentos com cobertura do Fundo.

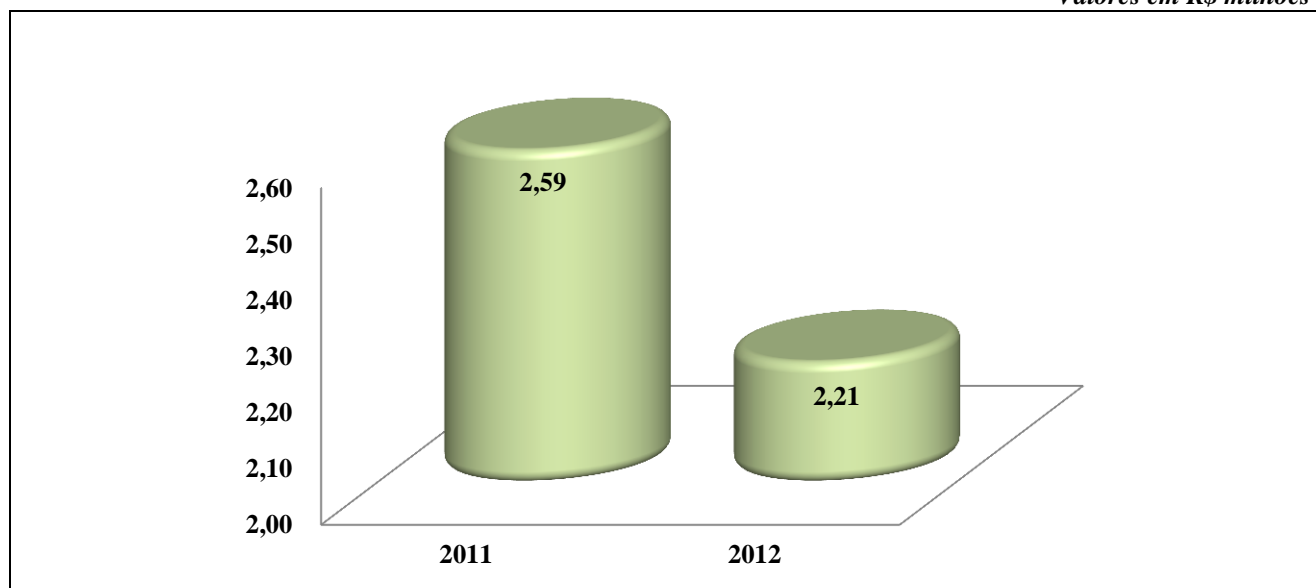
O gerenciamento dessa ação objetiva certificar que a contribuição está sendo calculada dentro dos parâmetros definidos na legislação pertinente e, sobretudo, garantir que o recolhimento alcance apenas os contratos com cobertura do FCVS.

Resultados e Conclusões - No exercício de 2012 a EMGEA recolheu o montante de R\$ 2,21 milhões. Essas contribuições foram 14,56% inferiores quando comparadas com as realizadas no ano de 2011, no montante de R\$ 2,59 milhões, em decorrência da redução de contratos de crédito que contam com cobertura do FCVS, conforme demonstra o gráfico a seguir.



**Gráfico 4 – Recolhimento de Contribuições ao FCVS – 2011 e 2012**

*Valores em R\$ milhões*



Fonte: SISCONP - Sistema de Controle de Pagamentos – SUPEF

### **Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso**

**Quadro 18 – Dados do Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso**

<b>Objetivo geral</b>	Realizar as garantias mediante alienação de imóveis
<b>Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ</b>	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso</b>	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
<b>Público-alvo</b>	Interessados em aquisição de imóveis

Em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento no curso de execuções de natureza judicial ou extrajudicial, a EMGEA detém a propriedade de imóveis, denominados imóveis não de uso. A incorporação desses ativos a seu patrimônio ocorre acompanhada de obrigações que se vinculam à propriedade imobiliária e oneram a Empresa. Parte dos imóveis não de uso é objeto de pendências que inibem ou até impedem sua venda.

Para alcançar a meta de arrecadação estabelecida para o exercício de R\$ 140 milhões com a alienação de imóveis não de uso, foi definida a ação a seguir descrita.

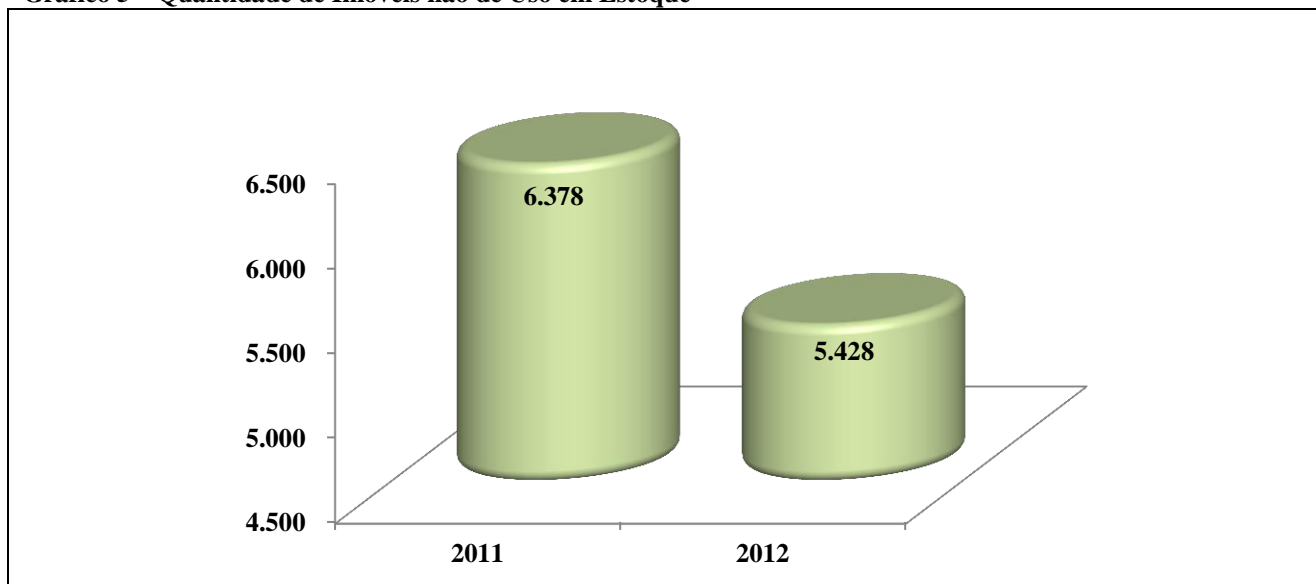
#### **Ação 1 – Alienar Imóveis não de Uso**

**Quadro 19 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 3**

<b>Finalidade</b>	Desmobilizar, via alienação, imóveis não de uso
<b>Descrição</b>	Conceder incentivos e promover a alienação de imóveis não de uso, em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento, por meio de licitação pública ou de venda direta

**Resultados e Conclusões** - Ao adotar a política de concessão de descontos, a EMGEA conseguiu aumentar a venda desses imóveis. O estoque de 5.428 unidades no fim de 2012 mostra uma redução de 950 unidades em relação aos 6.378 observados em 2011, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 5 – Quantidade de Imóveis não de Uso em Estoque**



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

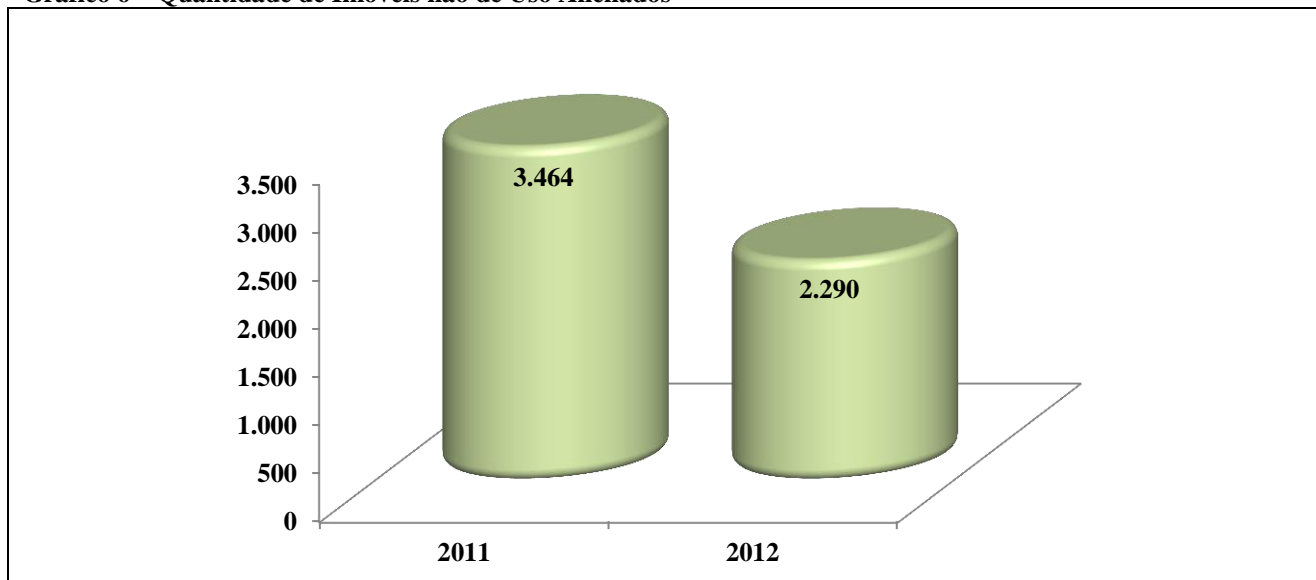
No período, observa-se a redução do número de imóveis alienados, decorrente tanto de fatores externos, como pela oferta de imóveis baixa renda verificada no mercado e característica da carteira remanescente, cujos 55,58% dos imóveis encontram-se com pendências judiciais impeditivas à venda.

Assim, foram alienados 2.290 imóveis, com uma redução de 33,89% em relação à quantidade de 3.464 unidades, observada em 2011, conforme gráfico a seguir.

Em função disto, no ano de 2012, foi estabelecida pela primeira vez a meta de redução de imóveis não de uso com pendências impeditivas de venda.

A meta de 672 imóveis atingiu 342 unidades, correspondente a 50,89% do total, evidenciando a necessidade de melhorar o diagnóstico da carteira e incrementar a realização de audiências de conciliação, da mesma forma que vem ocorrendo com os contratos, uma vez que a forma mais célere de se resolver as ações judiciais é através da conciliação.

**Gráfico 6 – Quantidade de Imóveis não de Uso Alienados**

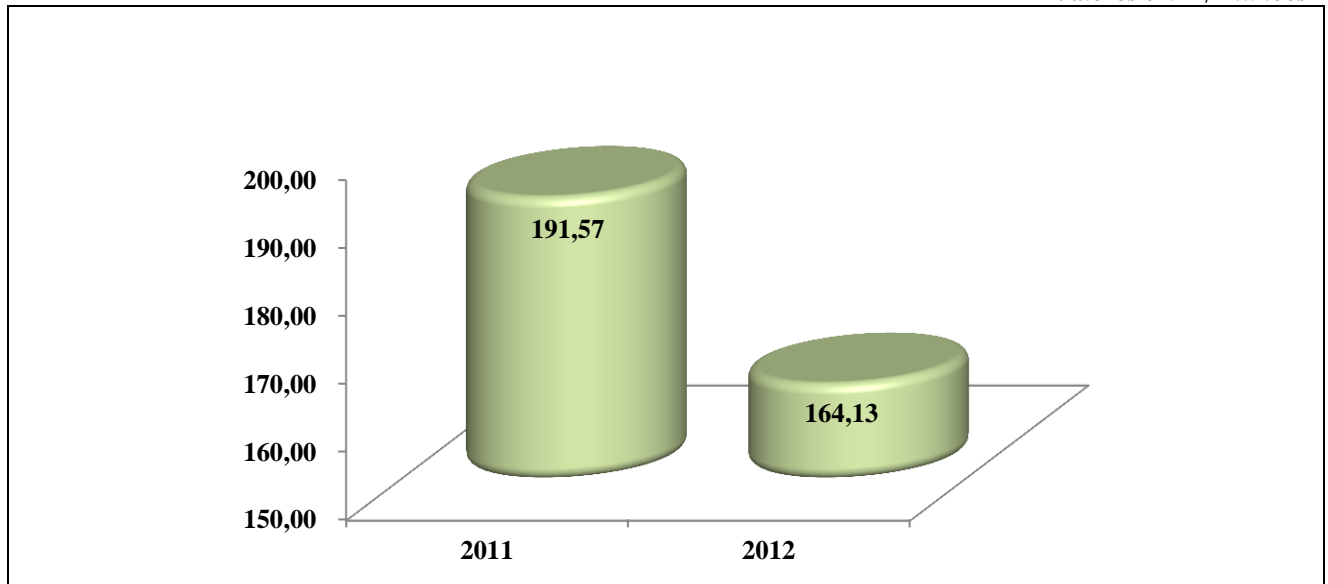


Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

A arrecadação proveniente da venda desses imóveis alcançou o montante de R\$ 163,72 milhões. Houve ainda a recuperação de R\$ 406 mil com despesas de manutenção, totalizando a arrecadação de R\$ 164,13 milhões, nos quais está incluída a remuneração paga pela CAIXA em razão de repasse da arrecadação em prazo superior ao contratualmente previsto. Esse valor representa uma redução de 14,33% em relação ao realizado em 2011, da ordem de R\$ 191,57 milhões.

**Gráfico 7 – Imóveis não de Uso – Arrecadação com a Venda – 2011 e 2012**

*Valores em R\$ milhões*



Fonte: Cubo Arrecadação SUTEC

As despesas vinculadas à propriedade dos imóveis adicionadas das despesas decorrentes da administração e venda desses ativos equivaleram a 22,72% dos valores arrecadados, conforme quadro a seguir.

**Quadro 20 – Despesas com Manutenção de Imóveis não de Uso – 2012**

*Valores em R\$ 1,00*

Tipo de Despesa	Valores
Obrigações e manutenção – condomínios, tributos, concessionárias de serviços públicos, reparos,	21.881.246,36
Despesas com laudos de avaliação	2.597.600,00
Remuneração paga à CAIXA pelos serviços de administração e venda dos imóveis	12.809.380,13
<b>Total</b>	<b>37.288.226,49</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

## Macroprocesso Finalístico 4 - Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas

**Quadro 21 – Dados do Macroprocesso Finalístico 4– Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas**

<b>Objetivo geral</b>	Buscar soluções que resultem na retomada do fluxo financeiro com conseqüente melhoria da rentabilidade da carteira
<b>Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ</b>	Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso</b>	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
<b>Público-alvo</b>	Pessoas jurídicas de direito público e privado

A EMGEA detém créditos originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, vinculados à área habitacional e à área comercial, cujos devedores são pessoas jurídicas de direito privado.

Relativamente às pessoas jurídicas de direito público, a Empresa possui créditos representados por contratos de aquisição de carteiras imobiliárias e de financiamentos junto a entes da Federação, formalizados no âmbito de programas públicos federais voltados ao saneamento de instituições financeiras e ao desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, deu-se continuidade às ações definidas em exercícios anteriores, a seguir descritas.

#### Principais Ações do Macroprocesso

Ação 1 – Priorizar negócios financeiramente viáveis com grandes devedoras, com perspectivas de negociação

##### Quadro 22 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 4

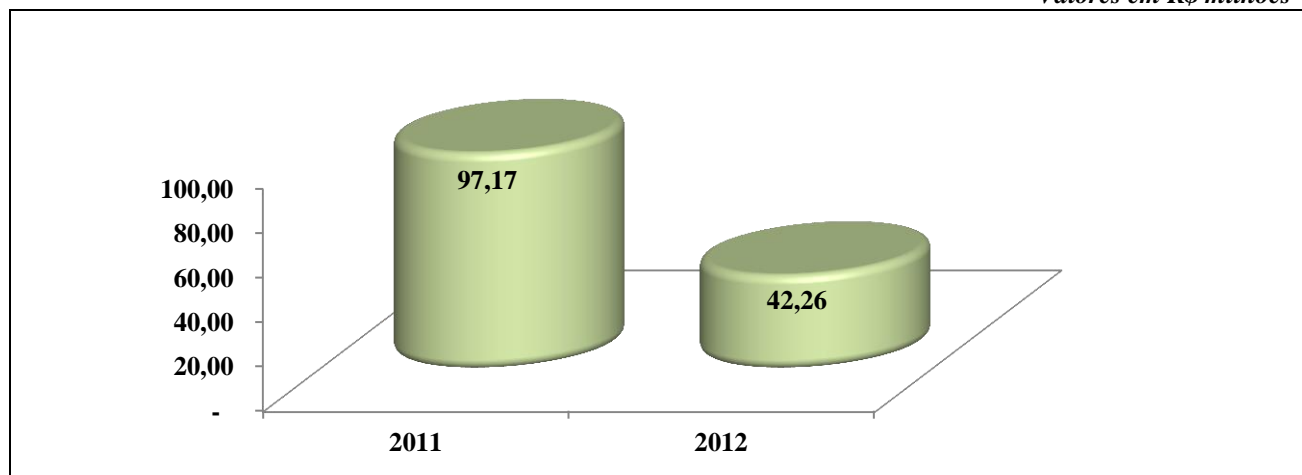
Finalidade	Viabilizar a recuperação dos créditos junto a entidades com contratos de maior retorno em arrecadação
Descrição	Negociar por via administrativa ou judicial

Essa ação objetiva buscar soluções negociadas para recuperar créditos que compõem a carteira da EMGEA, de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado.

Resultados e Conclusões - A arrecadação total no exercício de 2012 foi de R\$ 42,26 milhões, provenientes de acordos celebrados à vista ou parcelados. A meta de R\$ 149,52 milhões não foi totalmente atingida, tendo em vista que, embora finalizadas, algumas negociações não tiveram a internalização dos recursos viabilizados no exercício. Isso ocorreu em face da dependência de liberações judiciais (R\$ 79,00 milhões), bem como pela não formalização de acordos aprovados (R\$ 6,00 milhões). Esses valores serão adicionados à meta prevista para o exercício de 2013.

Gráfico 8 – Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Privado - Arrecadação 2011 e 2012

Valores em R\$ milhões



Observação: Inclui arrecadação de Liquidandas e Repassadoras

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEJ

Ação 2 – Negociar as operações vinculadas às empresas Liquidandas e Repassadoras

##### Quadro 23 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 4

Finalidade	Viabilizar a recuperação dos créditos, em especial com medidas no campo judicial, por intermédio de ajuizamento de execuções e avaliação das ações em curso
Descrição	Buscar soluções junto à área jurídica da EMGEA e da CAIXA para a cobrança dessas dívidas

Resultados e Conclusões - No ano de 2012 foram adotadas as seguintes providências:

- após realizada a análise jurídica da carteira de liquidandas, foi determinada a cobrança judicial das dívidas ilíquidas – *pro solvendo*, efetivada em 19.12.2012;
- notificação administrativa de todos os agentes em junho/2012, para abertura de negociações administrativas com a EMGEA;
- iniciadas tratativas negociais com sete devedores da carteira; e
- recebimento de R\$ 11,26 milhões, em dezembro de 2012, de dívida corrente anteriormente renegociada.

Ação 3 – Desenvolver projeto objetivando a alienação de unidades habitacionais e comerciais, vinculadas como garantia hipotecária, situadas no Estado do Rio de Janeiro

**Quadro 24 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 4**

Finalidade	Reduzir e/ou zerar o estoque de unidades habitacionais e comerciais vinculadas a empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro
Descrição	Buscar acordos junto às devedoras visando a venda das unidades aos próprios ocupantes, pela via amigável, por meio de leilão judicial, ou ainda com a participação de possíveis investidores

Objetiva a regularização de unidades habitacionais e comerciais, ainda em estoque, pendentes de solução, vinculadas às cooperativas, construtoras, incorporadoras e demais segmentos no Estado do Rio de Janeiro.

Resultados e Conclusões - As ações implementadas no ano de 2012 resultaram na aprovação de medidas para regularização 1.315 unidades. As ações continuarão no ano de 2013, sendo que estão em andamento negociações com algumas cooperativas, com expectativa de aprovação de medidas para regularização de aproximadamente 2.000 unidades habitacionais no exercício de 2013.

Ação 4 – Operações vinculadas ao Setor Público - Arrecadação de recursos oriundos da carteira de financiamento a entes da Federação

**Quadro 25 - Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 4**

Finalidade	Contribuir para o equilíbrio financeiro da EMGEA
Descrição	Recebimento de recursos provenientes de contratos firmados com entes da Federação

A EMGEA detém carteira de créditos perante entes da Federação composta por 1.081 contratos, oriundos de operações celebradas no âmbito de programas de governo, destinadas às áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

O saldo devedor das operações ao final do exercício alcançou o montante de R\$ 175,49 milhões, sendo R\$ 64,80 milhões relativos a 433 contratos firmados com 9 Estados e o Distrito Federal e R\$ 110,69 milhões referentes a 648 contratações assinadas com 386 Municípios. Essas operações de financiamento contam com garantias oriundas da arrecadação do ICMS e, principalmente, das receitas originárias das quotas-parte do FPE ou do FPM.

A EMGEA definiu para o exercício a meta de arrecadação da carteira de financiamentos aos entes da Federação no montante de R\$ 100 milhões. Para cumprimento dessa meta, deu-se sequência a atividades de acompanhamento sistêmico das operações, avaliação do desempenho dos pagamentos mensais e adoção de ações corretivas, com vistas a assegurar o nível de recebimento compatível com a meta estabelecida.

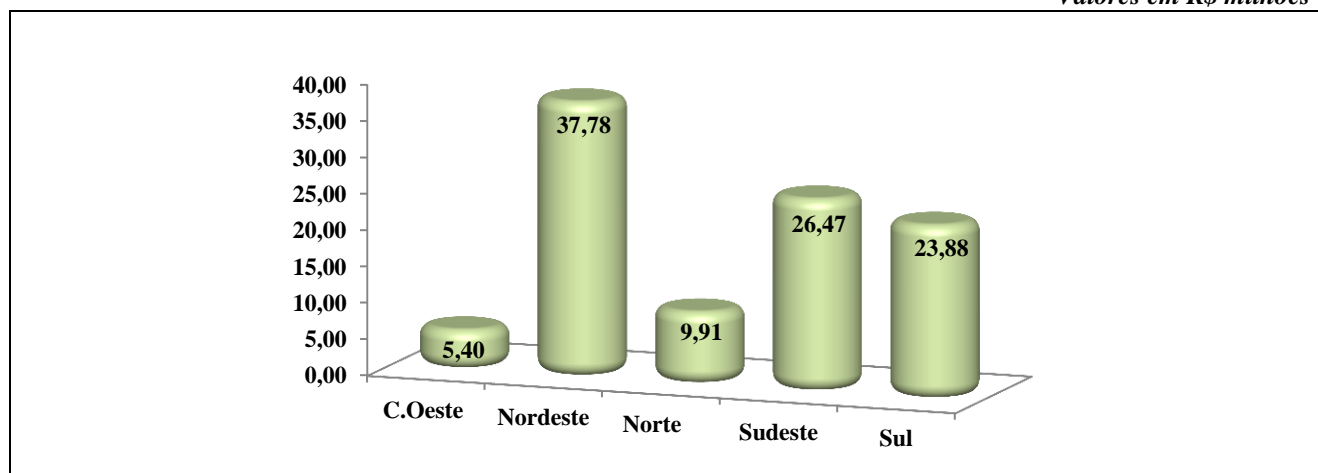
Resultados e Conclusões – De janeiro a dezembro de 2012, a arrecadação referente a créditos junto a entes da Federação alcançou o valor de R\$ 103,46 milhões, equivalente a 103,47% da meta definida para o exercício, sendo que do total arrecadado, R\$ 43,60 milhões referem-se a operações firmadas com Estados e com o Distrito Federal e R\$ 59,86 milhões relativos às operações realizadas com Municípios.

Das operações firmadas com Estados e o Distrito Federal, a região nordeste contribuiu com a maior parte da arrecadação, registrando 20,74% da totalidade de recursos arrecadados no ano. Quanto às contratações relativas aos Municípios, a região sudeste foi responsável pela arrecadação mais expressiva, correspondente a 24,12% do total ingressado na EMGEA. Considerando todos os contratos firmados com entes da Federação, a região nordeste registrou o ingresso de R\$ 37,78 milhões, correspondentes a 36,52% dos recursos arrecadados.

Encontra-se a seguir a representação gráfica dos valores arrecadados junto a entes da Federação, por região geográfica.

**Gráfico 9 – Arrecadação 2012 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2012 por Região Geográfica**

Valores em R\$ milhões



Fonte: SISCAR - Sistema de Controle de Arrecadação

Vale registrar que desde a cessão dos créditos à EMGEA (junho de 2001) até dezembro de 2012, a carteira de créditos junto a entes da Federação gerou o ingresso expressivo de R\$ 1.220,15 milhões, sendo R\$ 553,71 milhões provenientes de operações firmadas com Estados/Distrito Federal e R\$ 666,43 milhões oriundos de contratações formalizadas com Municípios.

Ação 5 – Operações vinculadas ao Setor Público – Negociação de créditos originários de contratos com cláusula *pro solvendo*

**Quadro 26 - Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 4**

Finalidade	Promover o ingresso de recursos financeiros
Descrição	Realizar acordos para quitação das obrigações consignadas contratualmente

A EMGEA detém 16 operações de aquisição de carteiras imobiliárias, firmadas originalmente pela CAIXA com governos estaduais e empresas em regime de liquidação extrajudicial.

A negociação dessas operações compreende:

- a obtenção do reconhecimento, por parte dos Agentes Cedentes, da dívida de *pro solvendo* estabelecida contratualmente;
- a renegociação de dívidas e obrigações pactuadas em instrumento contratual; e
- a formalização de acordos visando ao recebimento das respectivas dívidas.

Por se tratar de dívidas oriundas de aquisição de carteiras imobiliárias formalizadas na condição de *pro solvendo*, a apuração definitiva do valor é efetuada mediante análise financeira e

documental de cada crédito imobiliário. Dessa forma, o montante envolvido nas negociações somente é confirmado após a finalização da depuração das carteiras.

No exercício de 2012, a carteira registrava uma dívida de *pro solvendo* estimada de R\$ 668,71 milhões. A meta de arrecadação estabelecida para o exercício foi de R\$ 50 milhões.

**Resultados e Conclusões** – A arrecadação auferida foi de R\$ 4,60 milhões, representando 9,21% do objetivo estabelecido para o exercício.

A meta não foi atingida devido à ocorrência apenas de arrecadação parcial, em vez do recebimento integral da dívida, previsto em acordo negociado com o Agente Cedente. O pagamento da dívida foi inviabilizado em função de dificuldades operacionais enfrentadas pelo Agente Cedente no processo de novação de seus créditos junto ao FCVS, que resultaram no insucesso na obtenção dos títulos CVS necessários à quitação integral de sua obrigação junto à EMGEA.

Ação 6 – Operações vinculadas ao Setor Público – Qualificação das carteiras imobiliárias adquiridas

**Quadro 27 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 4**

Finalidade	Melhorar o resultado financeiro das carteiras
Descrição	Estabelecimento e acompanhamento de procedimentos operacionais destinados à regularização de pendências e melhoria da qualidade dos ativos adquiridos

Os créditos cedidos por meio das aquisições de carteiras imobiliárias foram adquiridos na condição de *pro solvendo*. Assim, os respectivos instrumentos de aquisição estabeleceram a necessidade de submetê-los ao processo de validação, efetuada mediante a análise documental e financeira dos créditos, com o objetivo de reconhecer a validade, homologar seu valor e confirmar ou não a cessão.

O processo de validação das carteiras envolve as seguintes etapas:

- depuração dos créditos para determinar os saldos de cessão e as diferenças dos valores negociados;
- apresentação do resultado da validação ao Agente Cedente;
- manifestação do Agente quanto ao resultado da validação; e
- elaboração de recursos pelo Agente, quando há discordância do resultado apresentado, com conseqüente análise de recursos pela CAIXA.

Frequentemente os Agentes manifestam divergências em relação ao resultado da depuração, alegando que os valores apurados não condizem com a realidade financeira dos ativos cedidos, fato que acarreta dificuldades nas negociações que visam à concretização dos acordos para conclusão dos processos de aquisição de carteiras.

Considerando os inúmeros questionamentos dos Agentes quanto ao resultado da depuração e com o objetivo de viabilizar a conclusão dos processos de aquisição de carteiras imobiliárias, a EMGEA estabeleceu planos de trabalho específicos visando à qualificação de 10.000 créditos originários de 12 carteiras, mediante revisão da análise de créditos classificados inicialmente na situação de rejeição total e reapresentação de novo resultado financeiro aos Agentes.

**Resultados e Conclusões** – Ao final de 2012 foi registrada qualificação de 10.011 créditos, correspondente a 100% do objetivo estabelecido para o exercício. A qualificação gerou efeito financeiro positivo na apuração das dívidas das carteiras, tendo em vista que proporcionou a diminuição das obrigações de *pro solvendo* de responsabilidade dos Agentes no montante aproximado de R\$ 143,47 milhões.

Além das ações voltadas à arrecadação descritas anteriormente, o Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas abrange outras atividades, dentre as quais destacam-se aquelas relacionadas aos seguintes assuntos.

#### Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Com o objetivo de recuperar seus créditos, a EMGEA adota medidas judiciais e extrajudiciais em face de pessoas jurídicas inadimplentes, incorrendo em despesas relacionadas a esses procedimentos. Tais despesas atingiram o valor de R\$ 4,06 milhões no ano de 2012, dos quais R\$ 3,93 milhões são referentes a ação de honorários advocatícios anterior ao ano de 2008.

Em 2012, houve recuperação do montante de R\$ 9,39 mil, relativo a despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial incorridas em exercícios anteriores.

#### Depósitos Judiciais e/ou Recursais

Em face da existência de ações judiciais interpostas contra a EMGEA, podem ocorrer decisões que lhe sejam desfavoráveis. Nesses casos, há necessidade de se efetuar depósitos à ordem do juízo, com vistas a permitir a adoção de medidas visando à reversão dessas decisões contrárias.

Em 2012, diante dessas ocorrências, a EMGEA desembolsou o montante de R\$ 11,91 mil com depósitos judiciais e/ou recursais, relativo a contratos mantidos com pessoas jurídicas, com redução de 99,69% em relação a 2011 (R\$ 3,93 milhões).

#### Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à pesquisa de bens, à emissão de certidões, à avaliação de imóveis, à elaboração de laudos de vistoria, à utilização de serviços de cadastros restritivos, a custas judiciais e outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de crédito mantidos com pessoas jurídicas. No exercício de 2012, essas despesas totalizaram R\$ 77,13 mil, representando redução de 85,82% em relação a 2011.

### Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA

#### Quadro 28 – Dados do Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA

<b>Objetivo geral</b>	Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras decorrentes dos contratos de prestação de serviços firmados com a Caixa Econômica Federal
<b>Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ</b>	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso</b>	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
<b>Público-alvo</b>	Caixa Econômica Federal

Conforme autorização legislativa contida no Art. 11 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, é facultado à EMGEA “...contratar diretamente instituições financeiras federais para gerir seus bens, direitos e obrigações e representá-la judicialmente, nas questões a eles relativas.”

Assim, desde a sua criação, a Empresa terceiriza as atividades relacionadas à execução da gestão operacional desses itens, mediante contratação da CAIXA na condição de prestadora de serviços, tendo em vista que a quase totalidade dos bens, direitos e obrigações da EMGEA provêm



daquela Instituição, que possui reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e tem presença em todo o território nacional.

São os seguintes os serviços prestados pela CAIXA:

- Administração dos contratos de crédito;
- Registro contábil das operações de crédito;
- Administração e venda dos imóveis não de uso;
- Serviços jurídicos; e
- Cobrança bancária.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

#### Principal Ação do Macroprocesso

#### Ação 1 – Gerenciar os pagamentos das remunerações devidas à CAIXA

##### Quadro 29 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 5

Finalidade	Assegurar conformidade e cumprir os pagamentos das remunerações devidas à Prestadora de Serviços
Descrição	Atestar a pertinência das prestações de contas apresentadas pela CAIXA e propor os pagamentos correspondentes

Com o novo contrato de prestação de serviços celebrado em 27.12.2011 entre a EMGEA e a CAIXA, com vigência a partir de 1º.1.2012, foi modificada a forma de remuneração pela prestação dos serviços relativos à administração, registro contábil e serviços jurídicos dos contratos de crédito, até então praticada.

Pela administração, contabilização, serviços jurídicos e de engenharia dos contratos de crédito imobiliário, a CAIXA passou a ser remunerada mediante o pagamento de tarifa fixa mensal, acrescida de taxa de performance calculada sobre os recursos que arrecadar e repassar à EMGEA.

Pelos serviços de administração e venda de imóveis, a CAIXA é remunerada mediante tarifa por imóvel administrado e comissão sobre o valor de venda, conforme instrumento contratual firmado em 13.3.2009.

Resultados e Conclusões - A remuneração bruta paga à CAIXA foi de R\$ 209,68 milhões, assim distribuída.

##### Quadro 30 – Remuneração Paga à CAIXA – 2012

Serviços Contratados	Valores em R\$ 1,00		
	Remuneração Bruta (A)	Tributos Retidos (B)	Remuneração Líquida (A) – (B)
Administração de Crédito Imobiliário e Serviços Jurídicos	196.144.761,25	13.828.205,66	182.316.555,59
Administração e Venda de Imóveis	12.809.380,12	903.061,30	11.906.318,82
Registro Contábil	722.989,18	50.970,74	672.018,44
Cobrança Bancária	3.321,40	0,00	3.321,40
<b>Totais</b>	<b>209.680.451,95</b>	<b>14.782.237,70</b>	<b>194.898.214,25</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Comparando-se a remuneração paga no exercício anterior e no atual, observa-se queda de 6,80%, influenciada pela alteração na forma de remuneração dos serviços relativos aos contratos do crédito imobiliário, pela diminuição da quantidade de imóveis não de uso e pela arrecadação total em 2012.

## 1.5. Macroprocessos de Apoio

### Macroprocesso de Apoio 1- Gestão Financeira

#### Quadro 31 – Dados do Macroprocesso de Apoio 1- Gestão Financeira

<b>Objetivo geral</b>	Assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Empresa, mediante a previsão dos ingressos e desembolsos, da verificação da exatidão dos recebimentos, do pagamento das obrigações em seus prazos e da aplicação das disponibilidades
<b>Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ</b>	Superintendência Financeira - SUFIN
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso</b>	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
<b>Público-alvo</b>	Interno e externo

#### Principais Ações do Macroprocesso

##### Ação 1 – Gestão do fluxo de caixa

#### Quadro 32 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso de Apoio 1

<b>Finalidade</b>	Assegurar conformidade e movimentação adequada dos recursos da EMGEA
<b>Descrição</b>	Análise dos volumes de ingressos recursos e saídas de caixa e gerenciamento do saldo de disponibilidades

Em 2012, a EMGEA movimentou R\$ 2.262,33 milhões em ingressos de recursos e R\$ 2.730,48 milhões em saídas de caixa. Comparativamente ao volume de ingressos do ano anterior, houve redução de 39,40% (R\$ 1.470,89 milhões), associada principalmente às quedas observadas nos seguintes itens:

- operações de monetização de títulos públicos federais, obtidos a partir da permuta de títulos CVS de titularidade da EMGEA com o Tesouro Nacional, menores em 89,69% (R\$ 823,10 milhões);
- receitas financeiras, menores em 84,24% (R\$ 540,65 milhões);
- arrecadação da Carteira Habitacional, menor em 15,13% (R\$ 216,15 milhões); e
- recursos provenientes da Alienação de Imóveis não de Uso, inferiores em 14,25% (R\$ 27,06 milhões).

Por outro lado, registrou-se aumento nos volumes de recebimentos da União e da Itaipu Binacional, decorrentes do Contrato de Cessão de Créditos, maiores em 22,54% (R\$ 122,74 milhões).

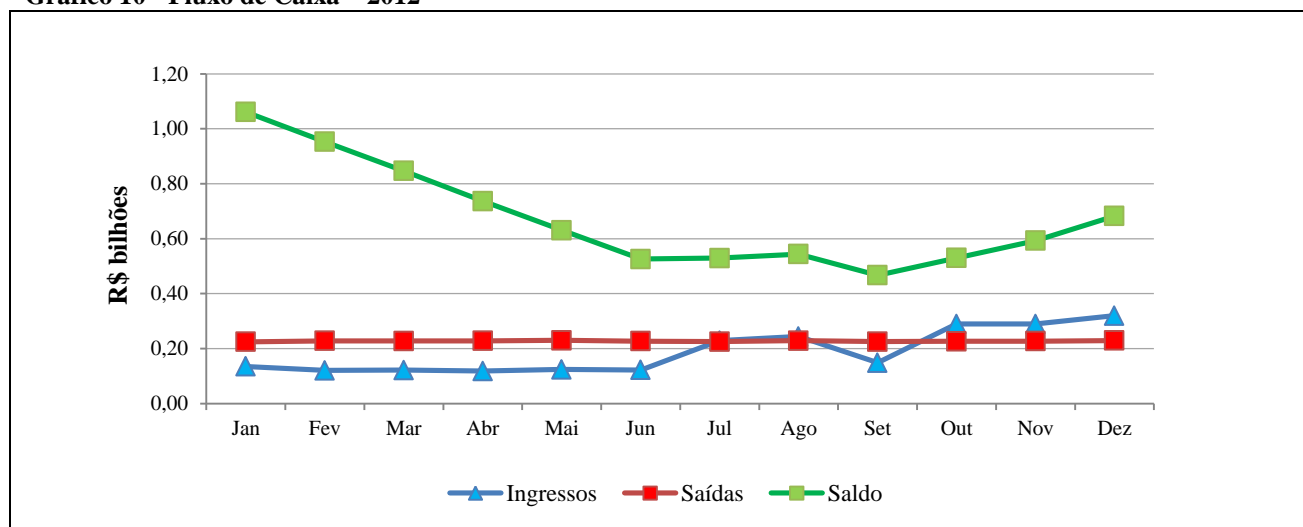
Quanto à saída de caixa, o resultado apresentou queda de 1,06% (R\$ 29,26 milhões), decorrente principalmente da redução nos itens:

- Serviços de Terceiros, em 6,85% (R\$ 15,64 milhões);
- Prêmio de Seguros, em 9,26% (R\$ 9,78 milhões); e
- Outros Dispendios (Ressarcimentos à CAIXA), em 18,87% (R\$ 12,34 milhões).

O saldo de disponibilidades verificado em 31.12.2012 alcançou o montante de R\$ 682,97 milhões, 40,67% (R\$ 468,15 milhões) inferior ao saldo final de 2011. Os recursos foram quase integralmente alocados em aplicações financeiras.

A dinâmica do fluxo de caixa observada ao longo de 2012 apresenta-se no gráfico a seguir.

**Gráfico 10 - Fluxo de Caixa – 2012**



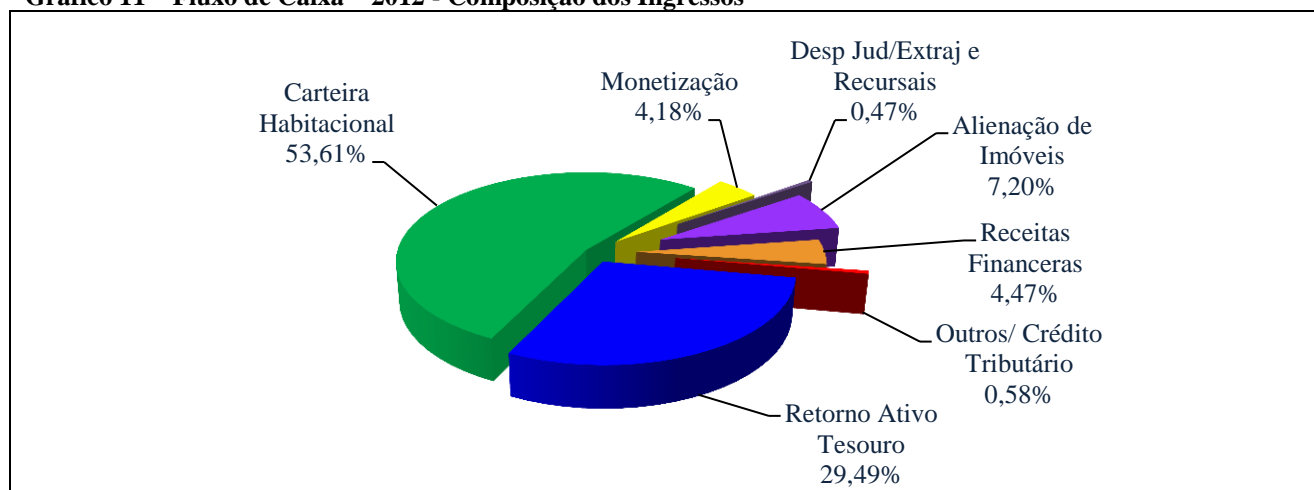
Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

**Resultados e Conclusões** - A elevação do saldo observada entre agosto e dezembro reflete as entradas de recursos oriundos dos pagamentos efetuados pela União e pela Itaipu Binacional.

No tocante à composição dos ingressos de recursos, observamos a maior participação advinda das Arrecadações da Carteira Habitacional – R\$ 1.212,74 milhões (53,61%), seguida de Recebimentos da União e da Itaipu Binacional, decorrentes do Contrato de Cessão de Créditos – R\$ 667,23 milhões (29,49%), Retorno da Alienação de Imóveis não de Uso – R\$ 162,80 milhões (7,20%), Receitas Financeiras – R\$ 101,12 milhões (4,47%), Monetização de Títulos – R\$ 94,61 milhões (4,18%) e Crédito Tributário – R\$ 13,17 milhões (0,58%). A Recuperação de Despesas Judiciais/Extrajudiciais (purga de mora e depósitos recursais) representou a menor parcela – R\$ 10,66 milhões (0,47%) do total de ingressos.

A composição dos ingressos apresenta-se no gráfico a seguir.

**Gráfico 11 – Fluxo de Caixa – 2012 - Composição dos Ingressos**



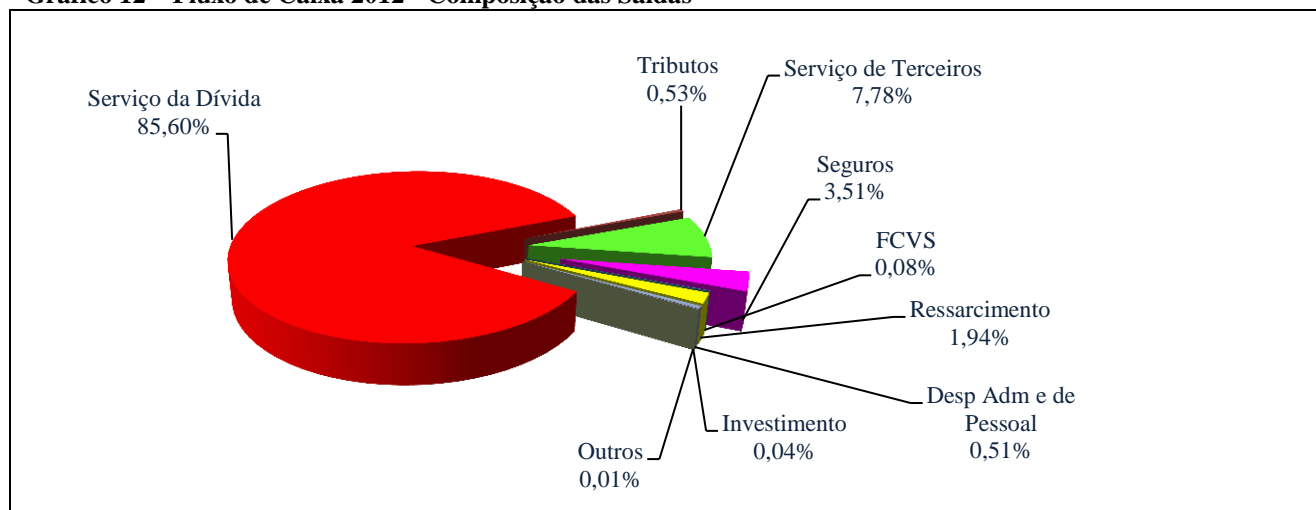
Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Na composição das saídas de caixa (dispêndios), observa-se maior participação relacionada aos pagamentos do Serviço da Dívida da EMGEA com o FGTS e o FDS, que alcançaram o montante de R\$ 2.337,26 milhões (85,60% do total).

Merecem destaque os gastos com Serviços de Terceiros – R\$ 212,54 milhões (7,78%), Seguro Habitacional – R\$ 95,83 milhões (3,51%) e Outros Dispendios Correntes – R\$ 53,04 milhões (1,94%). Os desembolsos com Tributos e Encargos, Despesas Administrativas, Investimentos e outras saídas (FCVS e adiantamentos) representaram 1,17% do total de saídas (R\$ 31,82 milhões).

A composição das saídas apresenta-se no gráfico a seguir.

**Gráfico 12 – Fluxo de Caixa 2012 - Composição das Saídas**



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

O resumo da movimentação financeira da EMGEA está apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 33 – Movimentação Financeira – 2011 e 2012**

		<i>Valores em R\$ 1,00</i>		
Item	2012	2011	Variação %	
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.151.127.451,04</b>	<b>177.654.623,98</b>	<b>547,96%</b>	
<b>Ingressos</b>	<b>2.262.326.017,56</b>	<b>3.733.215.243,59</b>	<b>-39,40%</b>	
1. Retorno Ativo Tesouro (Itaipu)	667.230.422,12	544.493.435,45	22,54%	
2. Carteira Habitacional	1.212.735.741,08	1.428.886.676,67	-15,13%	
3. Monetização de Títulos	94.612.681,42	917.716.606,94	-89,69%	
4. Rec. Desp. Judic. e Extrajudiciais e Dep. Recursais	10.658.425,45	10.480.372,89	1,70%	
5. Alienação Imóveis Não de Uso	162.802.139,66	189.866.821,81	-14,25%	
6. Receitas Financeiras	101.118.086,04	641.771.329,83	-84,24%	
7. Outros / Crédito Tributário	13.168.521,79	0,00	-	
<b>Saídas</b>	<b>2.730.479.490,46</b>	<b>2.759.742.416,54</b>	<b>-1,06%</b>	
1. Serviço Dívida	2.337.255.557,05	2.331.816.734,60	0,23%	
2. Tributos/Encargos	14.428.380,27	11.825.784,38	22,01%	
3. Serviços de Terceiros	212.537.132,97	228.175.105,55	-6,85%	
4. Prêmios de Seguros	95.825.234,24	105.603.727,42	-9,26%	
5. FCVS	2.215.333,52	2.668.791,92	-16,99%	
6. Outros Disp. Correntes - Ressarcimentos	53.041.811,19	65.382.106,13	-18,87%	
7. Desp. Administrativas e de Pessoal	13.906.977,64	13.538.655,82	2,72%	
8. Investimentos	1.053.557,98	632.257,96	66,63%	
9. Adiantamentos/Outros	215.505,60	99.252,76	117,13%	
<b>Saldo Final</b>	<b>682.973.978,14</b>	<b>1.151.127.451,04</b>	<b>-40,67%</b>	
<b>Indicadores</b>	<b>Saldo final</b>	<b>(1.344.283.184,27)</b>	<b>(1.130.508.545,17)</b>	<b>18,91%</b>
	<b>(*) Resultado Financeiro (+2+4+5-Saídas)</b>	<b>(112.023.598,69)</b>	<b>(94.209.045,43)</b>	<b>18,91%</b>
	<b>Resultado Financeiro (média mensal)</b>	<b>1.008.454.311,03</b>	<b>1.213.766.231,77</b>	<b>-16,92%</b>
	<b>Indicador de Gestão: Cobertura de Dispendios Correntes - Nominal</b>	<b>366,97%</b>	<b>392,14%</b>	<b>-6,42%</b>

\*Saldos brutos, incluídos os valores bloqueados judicialmente nos fundos de investimentos (R\$ 0,13 milhões).

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

## Ação 2 – Gestão das aplicações financeiras – Fundos Extramercado

### Quadro 34 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso de Apoio 1- Gestão Financeira

Finalidade	Assegurar conformidade e rentabilidade para os recursos da Empresa
Descrição	Aplicação dos recursos disponíveis e acompanhamento da performance dos fundos de investimento

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.034/2011, alterando parte da Resolução CMN nº 3.284/2005, foi aberta a possibilidade de aplicação dos recursos próprios das empresas públicas em fundos de investimento extramercado administrados pela CAIXA, antes exclusividade do Banco do Brasil.

A mencionada Resolução alterou ainda o § 4º do artigo 4º, quanto à política de investimento dos referidos fundos, que passou a ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado ANBIMA (IMA) ou do Índice de Duração Constante ANBIMA (IDkA), com exceção de qualquer subíndice que tenha em sua composição títulos atrelados à taxa de juros de um dia (LFT).

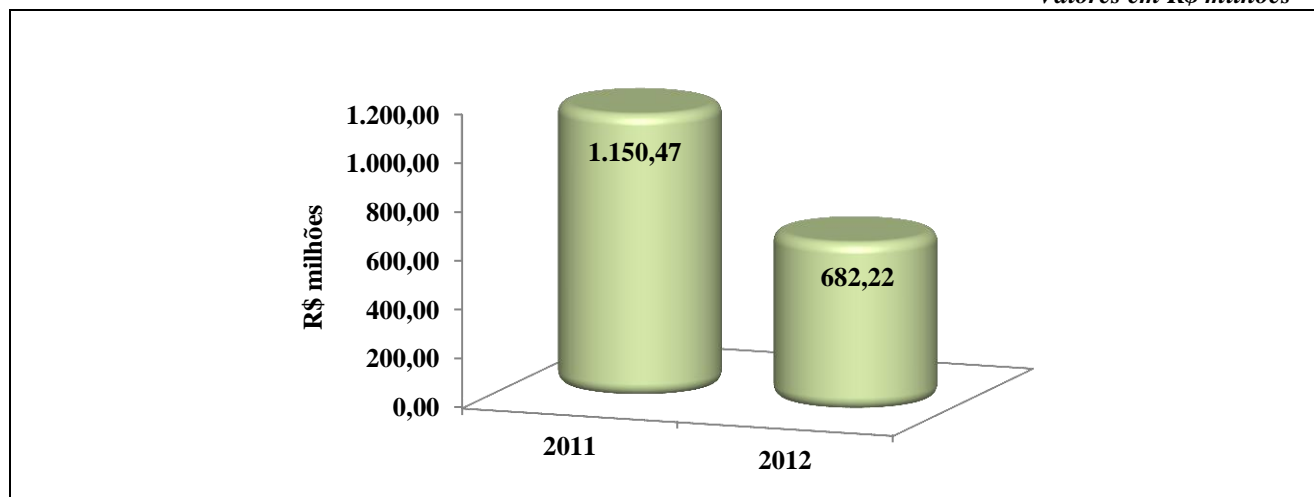
Assim, em 6.7.2012, foi criado o Fundo Extramercado Exclusivo XXI na CAIXA, para acolhimento exclusivo de disponibilidades da EMGEA, representadas preferencialmente por títulos públicos federais recebidos pela EMGEA em permutas por títulos CVS detidos pela Empresa, realizadas com o Tesouro Nacional.

Atualmente, a EMGEA destina recursos a quatro fundos de investimento: BB Extramercado FAE, BB Extramercado FAE 2, BB Extramercado Exclusivo 31 e CAIXA Extramercado Exclusivo XXI, todos eles com política de investimentos devidamente adequada à Resolução CMN nº 4.034/2011.

Comparando-se os exercícios de 2011 e 2012, o saldo das aplicações reduziu-se em 40,70% (R\$ 468,25 milhões), conforme gráfico a seguir. Tal redução deveu-se ao menor ingresso de recursos originários das operações realizadas entre a EMGEA e o Tesouro Nacional (permutas de títulos, pagamentos da União e da Itaipu Binacional e recuperação de crédito tributário). Esses recursos não foram suficientes para a cobertura dos déficits estruturais de caixa da Empresa em 2012, que alcançaram o montante de R\$ 1.344,28 milhões (Indicador - Resultado Financeiro do quadro anterior).

Gráfico 13 – Saldo das Aplicações Financeiras - 2011 e 2012

Valores em R\$ milhões



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

**Resultados e Conclusões** - A partir de fevereiro de 2012, para adequação à Resolução CMN nº 4.034/2011, os referenciais de rentabilidade, antes atrelados à TMS, passaram a acompanhar a variação dos subíndices ANBIMA IRF-M e IRFM-1, cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais, prefixados (LTN e NTN), de curto e longo prazos.

Assim, quanto à rentabilidade dos fundos de investimento, medida em termos nominais e em percentuais dos novos referenciais, observou-se o seguinte:

**Quadro 35 – Rentabilidade das Aplicações Financeiras – 2010 e 2011**

Ano	Rentabilidade acumulada nominal média	Rentabilidade acumulada média (em relação à TMS)
		(em relação aos índices AMBIMA)
2011	11,87	102,11
2012	9,43	95,74

*Em %*

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Em 2012, a performance média dos fundos apresentou-se superior ao *benchmark* de rentabilidade estabelecido. Esse resultado está associado basicamente aos títulos públicos prefixados, que compõem as carteiras dos fundos, e à consistente redução dos juros básicos da economia (Selic) promovida pelo Governo Federal.

Em razão dos elevados custos de manutenção de um fundo exclusivo e da criação do fundo exclusivo CAIXA Extramercado XXI RF, foi preparada para ser efetivada em janeiro de 2013 a incorporação do patrimônio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 ao novo Fundo BB Extramercado FAE 2, criado pela BB-DTVM em 28.12.2012, com a aplicação inicial da EMGEA de R\$ 100,00.

A incorporação possibilitará melhor aderência do *benchmark* do Fundo às condições de liquidez da EMGEA, que passara de IRF-M (carteira de títulos de curto e longo prazo) para IRF-M 1 (carteira composta com títulos com prazo inferior a um ano). Vale registrar, que com a incorporação do patrimônio do Fundo BB Exclusivo 31 ao do novo Fundo BB Extramercado FAE 2, ficam mantidos os prazos de aplicação realizados e as condições tributárias já existentes.

**Ação 3 – Administrar as dívidas de longo prazo**

Quando de sua criação, a Empresa assumiu dívidas de longo prazo junto ao FGTS, FDS e instituições financeiras credoras do extinto FAHBRE.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foi definida a ação a seguir descrita.

**Quadro 36 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1**

Finalidade	Administrar as dívidas assumidas
Descrição	Gerir as dívidas assumidas pela Empresa, quando de sua criação, efetuando os pagamentos em seus vencimentos, acompanhando os saldos devedores e promovendo análises

**Resultados e Conclusões** - A EMGEA pagou aos respectivos credores o montante de R\$ 2.337,26 milhões, conforme a seguir.

**Quadro 37 – Dívidas Assumidas - Valores Pagos em 2012**

Tipo de Desembolso	Valores em R\$ 1,00		
	FGTS	FDS	Total
Juros	615.240.765,41	70.343,13	615.311.108,54
Amortizações	1.718.282.025,16	3.662.423,35	1.721.944.448,51
<b>Totais</b>	<b>2.333.522.790,57</b>	<b>3.732.766,48</b>	<b>2.337.255.557,05</b>

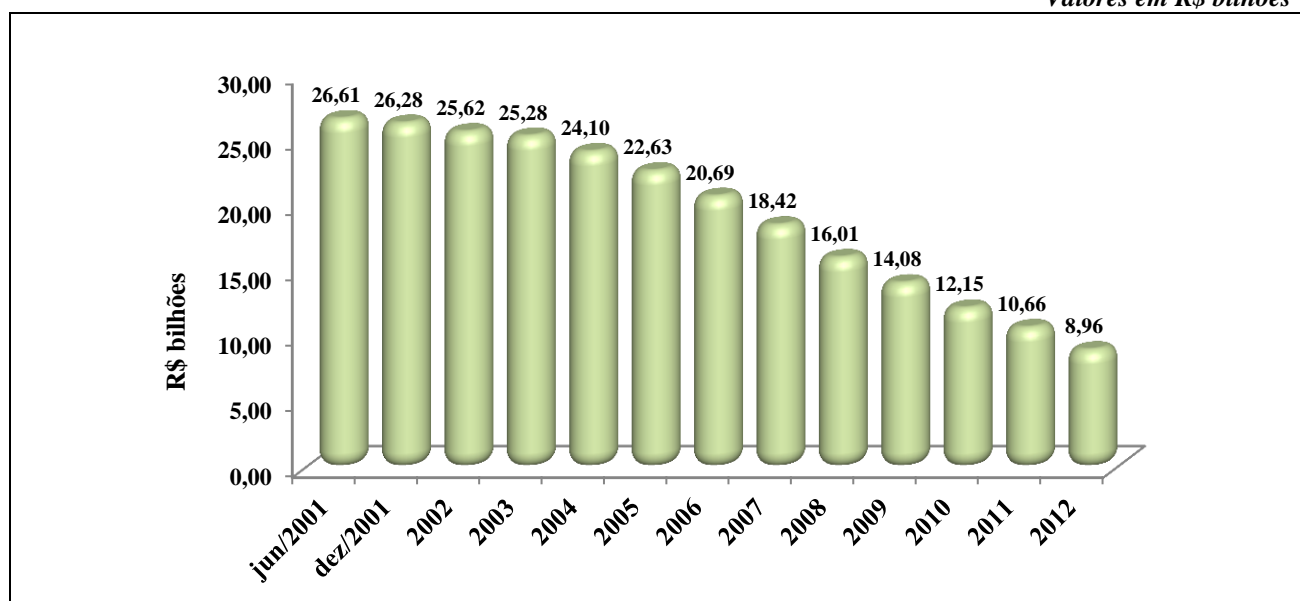
\*Valores arredondados

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Em razão dos pagamentos realizados, as dívidas tiveram seus saldos reduzidos em 15,92%, caindo de R\$ 10.667,57 milhões ao final do exercício de 2011 para R\$ 8.968,89 milhões ao término de 2012. O gráfico a seguir demonstra a redução do saldo das dívidas assumidas pela EMGEA, desde a criação da Empresa até 31.12.2012.

**Gráfico 14 – Redução do Saldo das Dívidas de Longo Prazo - 2001 - 2012**

Valores em R\$ bilhões



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

### Ação 3 – Gestão dos créditos junto à União e à Itaipu Binacional

#### Quadro 38 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1

Finalidade	Realização dos créditos junto à Itaipu e União
Descrição	Acompanhamento, atualização e recebimento dos créditos a receber das referidas instituições

Em 2005 foi celebrado o Contrato de Cessão de Créditos nº 235, por meio do qual a União transferiu à EMGEA, para aumento de capital, parte dos direitos de crédito, junto à Itaipu Binacional, no montante de R\$ 6.450,28 milhões, equivalentes a US\$ 2.479,82 milhões.

O referido crédito é atualizado anualmente pela taxa de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação dessa taxa, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União e são liquidados até agosto de cada ano, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Contrato.

Em junho de 2009, foi firmado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato, o qual possibilitou à EMGEA a utilização dos montantes recebidos no pagamento do fluxo das prestações mensais do passivo da Empresa junto ao FGTS, antes destinados exclusivamente para amortizações extraordinárias do estoque.

**Resultados e Conclusões** - Em 2012, foram recebidos da União e da Itaipu Binacional R\$ 667,23 milhões, equivalentes a US\$ 324,64 milhões.

### Ação 4 – Gestão dos títulos CVS

#### Quadro 39 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso de Apoio 1

Finalidade	Gerir os títulos CVS detidos pela Empresa
Descrição	Efetuar permutas desses títulos com a União

Os CVS são títulos públicos federais, emitidos em decorrência da novação de dívidas do FCVS pela União. O estoque de títulos CVS da EMGEA provém do recebimento desses ativos em negociações, mas principalmente, das novações de dívidas do referido Fundo. Desde julho de 2008, com base na Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a Empresa vem realizando permutas de títulos CVS com a União por outros títulos públicos federais, os quais são integralizados ao patrimônio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 e CAIXA Extramercado XXI RF.

**Resultados e Conclusões** – Em 2012 foi realizada apenas uma operação de permuta dos títulos CVS no montante de R\$ 94,61 milhões. Ao final do exercício, a Empresa detinha em estoque o montante de R\$ 17,95 milhões desses títulos, oriundos da liberação de garantias pelo FGTS e negociações com devedores, passíveis de permuta com o Tesouro Nacional.

## Macroprocesso de Apoio 2 - Gestão Orçamentária

**Quadro 40 – Dados do Macroprocesso de Apoio 2 - Gestão Orçamentária**

<b>Objetivo geral</b>	Elaborar e executar o Programa de Dispêndios Globais – PDG da Empresa
<b>Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ</b>	Superintendência de Contabilidade e Orçamento - SUCOR
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso</b>	Não se aplica
<b>Público-alvo</b>	Interno e externo

A gestão orçamentária da EMGEA é realizada por meio da execução do Programa de Dispêndios Globais – PDG, aprovado pelo Decreto nº 7.628/2011.

No decorrer do exercício, foi efetuada e aprovada pelo Decreto nº 7.883/2012 a reprogramação do PDG 2012 visando a melhor adequação do orçamento frente a eventos não previstos quando da programação original.

O resumo da execução orçamentária da EMGEA e a composição dos Ingressos (Receitas) e Saídas (Despesas) constam do seguinte quadro.

**Quadro 41 - Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico – Realizado – 2012**

Itens	Aprovado (a)	Realizado (b)	Valores em R\$ 1,00	
			% Realizado Δ b/a-1	% Realizado Vertical
<b>RECEITAS</b>	<b>3.451.659.072,41</b>	<b>3.181.345.912,65</b>	<b>-7,83%</b>	<b>100,00%</b>
<b>1. CARTEIRA HABITACIONAL e OUTROS</b>	<b>2.744.496.786,05</b>	<b>2.722.076.430,42</b>	<b>-0,82%</b>	<b>85,56%</b>
1.1 Carteira Habitacional	1.776.348.520,28	1.658.030.965,09	-6,66%	52,12%
1.2 Recebíveis de Itaipu/União	895.214.121,48	992.869.885,21	10,91%	31,21%
1.3 Créditos Tributários e Outros	72.934.144,30	71.175.580,12	-2,41%	2,24%
<b>2. ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>367.112.688,30</b>	<b>94.612.681,42</b>	<b>-74,23%</b>	<b>2,97%</b>
<b>3. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.399.248,85</b>	<b>1.419.181,68</b>	<b>1,42%</b>	<b>0,04%</b>
<b>4. RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS</b>	<b>75.400.208,79</b>	<b>77.700.553,50</b>	<b>3,05%</b>	<b>2,44%</b>
<b>5. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS – DEMAIS</b>	<b>263.250.140,41</b>	<b>285.537.065,63</b>	<b>8,47%</b>	<b>8,98%</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>3.251.260.940,73</b>	<b>3.018.525.765,71</b>	<b>-7,16%</b>	<b>100,00%</b>
<b>1. SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL</b>	<b>2.450.721.704,05</b>	<b>2.376.428.427,46</b>	<b>-3,03%</b>	<b>78,73%</b>
1.1 Amortização/Atualização (FGTS,FDS)	2.434.576.782,77	2.360.519.179,02	-3,04%	74,20%
1.2 Encargos Financeiros - Outros	16.144.921,28	15.909.248,44	-1,46%	0,50%
<b>2. INVESTIMENTOS EM ATIVOS IMOBILIZADO</b>	<b>1.168.000,00</b>	<b>994.400,28</b>	<b>-14,86%</b>	<b>0,03%</b>
<b>3. OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>97.792.454,95</b>	<b>96.184.003,14</b>	<b>-1,64%</b>	<b>3,19%</b>
<b>4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>13.445.401,49</b>	<b>13.266.328,52</b>	<b>-1,33%</b>	<b>0,44%</b>
<b>5. OUTROS CUSTEIOS</b>	<b>688.133.380,24</b>	<b>531.652.606,31</b>	<b>-22,74%</b>	<b>17,61%</b>
5.1 Serviços de Terceiros	235.797.054,64	225.989.837,17	-4,16%	7,49%
5.2 Tributos e Encargos Parafiscais	44.153.710,81	23.765.454,84	-46,18%	0,79%
5.3 Outros Dispêndios Correntes	407.509.451,09	281.299.049,29	-30,97%	9,32%
5.4 Demais	673.163,69	598.265,01	-11,13%	0,02%

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR



Resultados e Conclusões - Relativamente às Receitas, a execução das rubricas de Fontes/Ingressos apresentou realização de R\$ 3.181,35 milhões, 7,83% abaixo do PDG aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais relevantes foram as receitas associadas à Carteira Habitacional e à Alienação de Valores Mobiliários, cujas realizações se mostraram respectivamente 6,66% e 74,23% inferiores ao previsto para o exercício, compensadas com a variação nas receitas com recebíveis da Itaipu Binacional/União, justificadas pela desvalorização do real frente ao dólar (US\$) e nas Receitas não Operacionais - Demais, com realizações de 10,91% e 8,47%, respectivamente, superiores ao aprovado.

No que diz respeito às Despesas, a execução das rubricas de Usos/Dispêndios realizou o montante de R\$ 3.018,53 milhões, 7,16% abaixo do aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais significativas referem-se às despesas com o Serviço da Dívida Total, relativo à amortização/atualização dos fundos FGTS e FDS, e Outros Custeios, com serviços de terceiros, tributos e encargos parafiscais e outros dispêndios correntes, com execução inferior respectivamente em 3,04%, 4,16%, 46,18% e 30,97% aos montantes aprovados para o exercício.

**Quadro 42 - Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário – Anual – 2012**

*Valores em R\$ 1,00*

ITEM	Aprovado (a)	Realizado (b)	Variação % b/a-1
<b>Fontes</b>			
<b>RECEITAS</b>	<b>665.222.958</b>	<b>427.027.594</b>	<b>-35,81%</b>
Receitas Operacionais	1.414.994	1.434.051	1,35%
Monetização de títulos (c)	367.112.688	94.612.681	-74,23%
Outras Receitas não operacionais	296.695.276	330.980.861	11,56%
<b>Total dos Recursos (d)</b>	<b>665.222.958</b>	<b>427.027.594</b>	<b>-35,81%</b>
<b>Usos</b>			
<b>Dispêndios de Capital</b>	<b>100.479.443</b>	<b>100.592.260</b>	<b>0,11%</b>
Investimentos em Ativos Imobilizados	1.488.967	1.117.641	-24,94%
Demais Dispêndios de Capital	98.990.476	99.474.619	0,49%
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>345.228.254</b>	<b>326.552.049</b>	<b>-5,41%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.931.755	13.200.241	-5,25%
Material e Produtos	47.436	36.791	-22,44%
Serviços de Terceiros	228.090.950	227.769.946	-0,14%
Utilidade e Serviços	588.394	480.358	-18,36%
Tributos e Encargos Parafiscais	33.403.320	30.137.439	-9,78%
Demais Dispêndios Correntes	69.166.399	54.927.274	-20,59%
<b>Total dos Usos (e)</b>	<b>445.707.697</b>	<b>427.144.310</b>	<b>-4,16%</b>
<b>1. Resultado Primário - acima da linha f= (d - e - c) *</b>	<b>(147.597.428)</b>	<b>(94.729.397)</b>	<b>-35,82%</b>
Conceito Abaixo da Linha			
2. Novas Provisões	-	(59.241.554)	-
3 Reversão de Provisões	1.686.555.761	1.168.702.741	-30,70%
4. Descontos Concedidos	(1.733.046.536)	(1.102.977.007)	-36,36%
5. Descontos Concedidos com Impacto das reversões = (3+4)	(46.490.776)	65.725.734	-241,37%
<b>6. Impacto Total = (2+5)</b>	<b>(46.490.776)</b>	<b>6.484.179</b>	<b>-113,95%</b>
<b>7. Resultado Primário abaixo da linha = (1+6)</b>	<b>(194.088.203)</b>	<b>(88.245.218)</b>	

\* Não considerados no cálculo do resultado primário os efeitos da monetização de títulos advindos das operações

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR

O resultado fiscal da Empresa, medido em termos de resultado primário (critério caixa) “Acima da Linha”, apresentou déficit de R\$ 94,73 milhões em 2012, 35,82% inferior ao montante aprovado para o exercício.

Essa redução pode ser atribuída, principalmente, ao incremento de 11,56% acima do previsto nas Receitas não Operacionais, decorrente da realização a maior da arrecadação oriunda de alienação dos imóveis não de uso e com retorno de seguros em relação ao anteriormente previsto. Além disso, registrou-se queda de 5,41% nas Despesas Primárias, notadamente com Serviços de Terceiros, Demais Dispendios Correntes e Tributos e Encargos Parafiscais, em função da política de compensação dos impostos e contribuições devidos com créditos tributários da Empresa.

Pelo critério "Abaixo da Linha", que considera os efeitos das despesas econômicas (Novas Provisões, Descontos Concedidos e Reversão de Provisões), o déficit primário no exercício foi de R\$ 88,25 milhões, com realização de 54,53% abaixo do previsto para o ano devido, sobretudo, aos efeitos positivos da reversão das provisões dos contratos habitacionais liquidados e reestruturados em decorrência das medidas de incentivo implementadas. O resultado da EMGEA em 2012, por esse critério, foi o melhor da Empresa desde sua criação.

## **1.6. Principais Parceiros**

Os principais parceiros que contribuem para consecução dos objetivos da EMGEA são:

- a Justiça Federal, conforme detalhado na Ação 3 do Macroprocesso Finalístico 1 - Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas; e
- a CAIXA, conforme descrito anteriormente no Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA.

## **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANEJAMENTO DE METAS E AÇÕES**

### **2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada**

Em 2012 a EMGEA manteve sua adesão ao Programa Parceiros para a Excelência – PAEX, instituído pela Fundação Dom Cabral – FDC. Nesse contexto, a Empresa elabora anualmente seu Mapa Estratégico, baseado na metodologia *Balanced Scorecard - BSC*, no qual são definidos os objetivos estratégicos e respectivas estratégias, planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

Em consequência, foi definido o Mapa Estratégico da Empresa, referente ao exercício de 2012, a seguir apresentado.

**Quadro 43 – Mapa Estratégico da EMGEA - 2012**

<b>Perspectivas Empresariais</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Estratégias</b>
Financeira	Necessidade financeira equacionada	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Arrecadar recursos (espécie e títulos CVS): R\$ 1.421,77 milhões</li> <li>✓ Novar FCVS: R\$ 318,15 milhões</li> </ul>
	Metas fiscais mantidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Priorizar medidas que minimizem impactos negativos no resultado primário</li> </ul>
Clientes	Imagem da Empresa divulgada e consolidada	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Divulgar números, ações e posicionamento da Empresa para os públicos de interesse</li> <li>✓ Consolidar a estratégia de padronização de contato com a marca da Empresa</li> </ul>
Processos Internos	Processos de controles internos aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar o Sistema Normativo da EMGEA</li> <li>✓ Implantar o Monitoramento do Ambiente Regulatório</li> <li>✓ Implantar a Matriz de riscos Operacionais</li> </ul>
	Processos de informações contábeis, orçamentárias e fiscais aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar um sistema de orçamento</li> <li>✓ Implantar um novo modelo de informação contábil (gerencial, analítica, diária, produto)</li> </ul>
	Processo das alçadas administrativas aprimorado	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar o regime de "Delegação de Alçadas Decisórias"</li> </ul>
	Gestão de Processos de Negócios - GPN implantada	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Finalizar a implantação da Unidade de Processos</li> <li>✓ Estabelecer e implantar política para a Gestão de Processos de Negócios (GPN)</li> <li>✓ Estabelecer e implantar normas para a GPN</li> <li>✓ Contratar serviços de consultoria para a modelagem de processos de negócios</li> <li>✓ Otimizar processos de negócios previamente definidos</li> </ul>
	Governança de TI aprimorada	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaborar e implantar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)</li> <li>✓ Implantar Comitê Gestor de TI para analisar prioridades de ações e investimentos</li> <li>✓ Realizar investimentos em TI</li> </ul>
Aprendizado e Conhecimento	Desenvolvimento de Competências com conhecimento preservado na EMGEA	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Priorizar o desenvolvimento das competências estratégicas (competências técnicas específicas vinculadas aos objetivos estratégicos da empresa)</li> <li>✓ Avaliar a utilização da verba alocada para a realização do desenvolvimento</li> <li>✓ Transformar e disseminar o conhecimento tácito em conhecimento explícito</li> </ul>
Pessoas	Bom ambiente de trabalho preservado	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Manter e implementar novos projetos e ações do PQVT</li> <li>✓ Avaliar os projetos e ações do PQVT implantados</li> </ul>

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

No decorrer do exercício de 2012, foram realizadas reuniões mensais de acompanhamento de resultados – Avaliações Gerenciais Mensais - AGM, com o propósito de controlar, acompanhar e redirecionar, se necessário, o Contrato de Resultados, suas metas e indicadores de desempenho estabelecidos para cada Estratégia identificada.

Como resultado das AGM, destaca-se a revisão, definição e apuração dos indicadores de desempenho estratégico concernentes ao exercício de 2012, com a aprovação dos indicadores, para acompanhamento das estratégias adotadas pela Empresa no ano, relacionadas no Quadro 43 anterior.

Os indicadores de desempenho mencionados anteriormente são abordados em detalhes no Item 2.3 deste Relatório.

## 2.2 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos e Execução do Plano de Metas ou de Ações

Foram adotados e apurados mensalmente pelas Unidades de Negócio, 6 indicadores de desempenho operacional, para acompanhamento das metas estabelecidas da arrecadação oriunda de contratos de pessoas físicas e jurídicas, venda de imóveis não de uso e novação de dívidas do FCVS, todas vinculadas ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Equacionada”. Relacionamos adiante as metas e os respectivos resultados obtidos.

1. “Arrecadar no mínimo o montante de R\$ 982,25 milhões – Créditos Habitacionais de Pessoa Física”. O volume arrecadado foi de R\$ 1.074,31 milhões;
2. “Arrecadar no mínimo R\$ 400 milhões de contratos que se encontravam inadimplentes desequilibrados ou decursados”. O volume arrecadado foi de R\$ 619,83 milhões;
3. “Arrecadar no mínimo o montante de R\$ 140,00 milhões - Venda de imóveis”. (Esta meta está contida na meta 1 anterior). O volume arrecadado foi de R\$ 162,80 milhões;
4. “Reduzir no mínimo 672 imóveis com pendências.” A quantidade alcançada foi de 342 unidades;
5. “Arrecadar o montante equivalente a R\$ 149,52 milhões – Carteira de Contratos Pessoa Jurídica oriundos do Setor Privado.” O volume arrecadado foi de R\$ 41,67 milhões;
6. “Arrecadar o montante equivalente a R\$ 150,00 milhões, provenientes das Carteiras de Operações de Pessoas Jurídicas oriundas do Setor Público.” O volume arrecadado foi de R\$ 108,06 milhões; e
7. “Concluir processos de novação de créditos perante o FCVS no montante de R\$ 318,15 milhões.” O volume novado alcançou R\$ 77,46 milhões.

## 2.3 Indicadores

### 2.3.1 Indicadores Estratégicos

Quadro 44 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Equacionada”

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
A1 - Resultado Financeiro Global	Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa	Quanto maior, melhor	88%	84%
A2 - Resultado Financeiro Estrutural	Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa a partir dos ingressos operacionais, excluídos os recursos oriundos da novação de FCVS	Quanto maior, melhor	50%	51%
A3 – Realização dos Desembolsos	Medir o desempenho dos desembolsos da Empresa	Quanto menor, melhor	R\$ 2.852,19 milhões	R\$ 2.765,38 milhões
A4 - Realização das Arrecadações	Medir o desempenho da arrecadação da Empresa	Quanto maior, melhor	R\$ 2.500,32 milhões	R\$ 2.315,30 milhões

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

### Comentários:

**Indicador A1:** O indicador representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros foi absorvido pelos desembolsos realizados no período. Para 2012 foi estipulado o percentual de 88% e alcançado 84%, em decorrência de pior desempenho nos

ingressos, que atingiu 93% do previsto, nada obstante a redução nos desembolsos, que atingiu 97% em relação ao esperado.

**Indicador A2:** O indicador representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros operacionais, que neste caso não consideram os recursos das novações de dívidas do FCVS, foi absorvido pelos desembolsos realizados no período. Em 2012, esse indicador alcançou 51%, resultado melhor do que o projetado de 50%, em função dos desembolsos que atingiram 97% em relação ao esperado, nada obstante a realização de 98% do previsto para os ingressos operacionais.

**Indicador A3:** O indicador demonstra que os desembolsos realizados foram compatíveis com os previstos. O desembolso acumulado do ano foi R\$ 2.765,38 milhões, enquanto o previsto foi de R\$ 2.852,19 milhões, representando variação negativa de 3,04% frente ao esperado.

**Indicador A4:** O indicador demonstra que os ingressos operacionais, que neste item estão acrescidos dos recursos das novações de dívidas do FCVS, ficaram distantes do previsto. Em 2012 esses ingressos atingiram R\$ 2.315,30 milhões, representando variação negativa de 23,53%, frente ao previsto de R\$ 2.500,32 milhões, devido principalmente a novação de dívidas do FCVS, que atingiu R\$ 77,47 milhões, representando variação negativa de 75,65%, frente ao previsto de R\$ 318,15 milhões.

**Quadro 45 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Metas Fiscais Mantidas”**

<b>Indicador</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Interpretação</b>	<b>Meta Estabelecida</b>	<b>Meta Realizada</b>
B1 - Resultado Primário	Demonstrar e acompanhar a realização do Resultado Primário da Empresa	Quanto menor o déficit, melhor	Déficit de até 90% do orçamento de R\$ 311,27 milhões = R\$ 280,14 milhões	Déficit de R\$ 88,25 milhões
B2 - Realização de Receitas	Demonstrar e acompanhar a realização das receitas projetadas	Quanto maior, melhor	110% do orçamento de R\$ 2.994,86 milhões = R\$ 3.294,35 milhões	R\$ 3.173,11 milhões
B3 - Realização de Despesas	Demonstrar e acompanhar a realização das despesas projetadas	Quanto menor, melhor	90% do orçamento de R\$ 3.791,43 milhões = R\$ 3.412,29 milhões	(R\$ 3.018,17 milhões)

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

### **Comentários:**

**Indicador B1:** O déficit primário atingiu R\$ 88,25 milhões, que corresponde a 168,50% da meta estabelecida. No critério “Acima da Linha” que apresentou déficit de R\$ 94,72 milhões (52% abaixo do previsto no valor de R\$ 183,75 milhões) houve maior ingresso de receitas primárias em relação ao previsto (17,72%), notadamente em alienação de imóveis não de uso (R\$ 22,80 milhões) e retorno de prêmio de seguro habitacional (R\$ 24,27 milhões), bem como menor realização de despesas primárias em relação ao previsto (-11,07%), notadamente em reembolso de despesas com imóveis não de uso (R\$ 18,19 milhões), tributos (R\$ 28,42 milhões) e tarifas pagas ao Prestador de Serviços (R\$ 11,27 milhões).

No critério “Abaixo de Linha”, foi apurado superávit no período de R\$ 6,48 milhões, contra um déficit projetado de R\$ 127,51 milhões, onde as receitas de reversão de provisão (R\$ 1.168,70 milhões) foram superiores às

despesas econômicas de novas provisões e descontos concedidos nas liquidações e reestruturações de contratos habitacionais (R\$ 1.162,21 milhões).

**Indicador B2:** A execução das rubricas de receitas econômicas apresentou realização de R\$ 3.173,11 milhões, 96,32% da meta estabelecida. Destacam-se as receitas com realização superior ao previsto referente à variação cambial sobre os recebíveis de Itaipu e União (R\$ 441,46 milhões), prêmios de seguro habitacional (R\$ 16,74 milhões) e alienação de imóveis não de uso (R\$ 22,80 milhões), bem como as receitas com realização inferior ao previsto relativas às alienações de valores mobiliários que decorre principalmente das novações de dívidas do FCVS (R\$ 272,50 milhões), e carteira imobiliária (R\$ 35,78 milhões).

**Indicador B3:** A execução das rubricas de despesas econômicas apresentou realização do montante de R\$ 3.018,17 milhões, 111,55% da meta estabelecida. Os itens que apresentaram variações mais significativas com realização inferior ao previsto referem-se às despesas com variação cambial sobre os recebíveis de Itaipu e União (R\$ 533,57 milhões), Serviço da Dívida (R\$ 162,50 milhões) e tributos e encargos parafiscais (R\$ 54,36 milhões).

**Quadro 46 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Imagem da Empresa Divulgada e Consolidada”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
C1 - Eventos Institucionais Cobertos	Quantidade de eventos institucionais de que a EMGEA participa	Quanto maior melhor	20	20
C2 - Eventos Patrocinados Cobertos	Quantidade de eventos patrocinados pela EMGEA	Quanto maior melhor	3	4
C3 – Mutirões de Conciliação Cobertos	Quantidade de mutirões de conciliação de que a EMGEA participa	Quanto maior melhor	20	20
C4 – Releases Jornalísticos Enviados	Quantidade de releases jornalísticos enviados por iniciativa da EMGEA	Quanto maior melhor	24	24
C5 – Padronização de Atendimento	Quantidade de colaboradores EMGEA treinados	Quanto maior melhor	40	41

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

### Comentários:

- Indicador C1:** A Empresa esteve presente em 20 eventos institucionais (encontros da Comissão de Ética; da Comissão de Coleta Seletiva Solidária; reuniões com membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, além de outros grupos intervenientes), oportunidades em que foram distribuídos materiais informativos institucionais (*folders* e cartilhas) para sensibilização destes públicos. A meta estabelecida foi alcançada.
- Indicador C2:** A Empresa patrocinou 4 eventos relativos ao seu público de interesse. Nesses eventos foram distribuídos materiais informativos institucionais para sensibilização de formadores de opinião, jornalistas e magistrados. A meta estabelecida foi alcançada e superada.
- Indicador C3:** A Empresa esteve presente em 20 Mutirões de Audiências de Conciliação – eventos promovidos em todo o País, por meio de parcerias entre os TRF e o CNJ, em que foram distribuídos materiais informativos institucionais para sensibilização de formadores de opinião, jornalistas, magistrados e mutuários. A meta estabelecida foi alcançada.
- Indicador C4:** A área de Comunicação Social da EMGEA produziu e distribuiu 24 releases destinados aos cadastrados no banco de dados da imprensa. Estes releases foram inicialmente publicados no portal da Empresa. A meta estabelecida foi alcançada.
- Indicador C5:** A Empresa aprovou modelo de “Identidade de Atendimento” externo e interno, que pressupõe padrão de contato com públicos de interesse da EMGEA (atendimento telefônico, eletrônico e presencial) e treinou 41 colaboradores. A meta estabelecida foi alcançada e superada.

**Quadro 47 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Controles Internos Aprimorados”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
D1 – Sistema Normativo Implantado	Índice que avalia o percentual de cumprimento do plano de ação	Quanto maior melhor	100%	100%
D2 – Monitoramento do Ambiente Regulatório Implantado	Índice que avalia o percentual de cumprimento do plano de ação	Quanto maior melhor	100%	100%
D3 – Matriz de Riscos Operacionais Implantado	Índice que avalia o percentual de cumprimento do plano de ação	Quanto maior melhor	100%	100%

Fonte: Painel de Bordo – PAEX e Relatórios Gerenciais da SUCOI

### Comentários:

- Indicador D1:** O Sistema de Normativos da EMGEA (SISNOR) foi implantado em julho de 2012 e caracteriza-se por estabelecer normas e procedimentos para padronização, confecção, publicação, gerenciamento e controle dos manuais normativos referentes aos processos, produtos e serviços, constituindo-se em ferramenta de controle e de apoio à gestão, para utilização pelas unidades da Empresa.
- Indicador D2:** A nova rotina de Monitoramento do Ambiente Regulatório passou a vigorar em novembro de 2012, ratificando a atuação das unidades gestoras como primeira camada de monitoramento e estabelecendo uma segunda camada de controle, a

cargo da Unidade de Controles Internos, com vistas a auxiliar as unidades no cumprimento das normas e legislação vigentes.

**Indicador D3:** A versão inicial da Matriz de Riscos Operacionais foi implantada em junho de 2012, com a finalidade de identificar formalmente os riscos operacionais aos quais a Empresa está exposta, e a partir daí adotar medidas em conjunto com as demais unidades para gestão sistematizada desses riscos.

**Quadro 48 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Informações Contábeis, Orçamentárias e Fiscais Aprimorados”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
E1 - Processo de Gestão Orçamentária	Índice que apura o cumprimento das ações	Quanto maior, melhor	100%	100%
E2 - Modelo de Informações Contábeis	Índice que apura o cumprimento das ações	Quanto maior, melhor	100%	100%

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

#### Comentários:

**Indicador E1:** As ações previstas para o ano foram executadas integralmente: modelagem do processo como executado atualmente; identificação das rupturas e oportunidades de melhorias; modelagem do processo contemplando as melhorias identificadas; início da transferência das informações do processo à TI para o desenvolvimento do sistema. O trabalho conjunto da TI (processo) e a área contábil e orçamentária produziu um relatório com a descrição detalhada do processo, suas limitações e perspectivas, a ser apreciado pela Diretoria Executiva.

**Indicador E2:** As ações previstas para o ano foram executadas integralmente. Foi realizada a especificação do novo modelo contábil, com a implantação a partir de 2.1.2012 de informações contábeis analíticas por contrato, na periodicidade diária, o que propiciará a implantação de uma base única de dados disponível para todos os segmentos da Empresa, tempestiva, e em conformidade com as demonstrações contábeis e o SPED.

**Quadro 49– Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Processo das Alçadas Administrativas Aprimorado”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
F1 - Delegação de Alçadas Decisórias	Acompanhar as ações para implantar o Regime de Alçadas	Quanto maior, melhor	100%	100%

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

#### Comentários:

**Indicador F1:** Foram estabelecidas as competências e os parâmetros para a aplicação das alçadas decisórias operacionais na gestão e recuperação dos créditos imobiliários contra pessoas físicas, pessoas jurídicas do Setor Privado e do Setor Público e Instituições Financeiras em regime de liquidação extrajudicial. As alçadas decisórias operacionais, na forma delegada pela Diretoria Executiva, devem ser observadas pelos ocupantes dos cargos de Superintendente-Executivo e Gerente-Executivo ou ainda colaboradores na condição de prepostos da EMGEA em audiências de conciliação.

As operações que se vinculam à delegação de alçadas decisórias operacionais estabelecidas pela Diretoria Executiva estão agrupadas na seguinte forma: Concessão de Descontos; Devolução de Valores, Recuperação e Realização de



Despesas; Outras identificadas, não abrangidas nas situações anteriores.

A meta estabelecida foi alcançada no exercício e os respectivos normativos estão em vigor desde outubro de 2012.

**Quadro 50 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Gestão de Processos de Negócios – GPN Implantada”**

<b>Indicador</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Interpretação</b>	<b>Meta Estabelecida</b>	<b>Meta Realizada</b>
G1 - Implantação da Unidade de Processos	Implantar a Unidade de processos na EMGEA	Quanto maior, melhor	100%	100%
G2 - Política de Gestão de Processos	Implantar a política de Gestão de Processos de Negócios – GPN	Quanto maior, melhor	100%	100%
G3 - Implantação das normas para a GPN	Implantação dos normativos para a GPN	Quanto maior, melhor	100%	100%
G4 - Contratação de Consultoria	Contratação de consultoria em modelagem de processos	Quanto maior, melhor	100%	90%
G5 - Melhoria dos Processos Implantados	Propor melhorias nos processos elencados pela Empresa	Quanto maior, melhor	100%	100%

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

#### **Comentários:**

**Indicador G1:** A unidade de processos está operando desde março de 2012, mas ainda carece de formalização na estrutura funcional da Empresa.

**Indicador G2:** A política de gestão dos processos de negócios foi aprovada pela Diretoria Executiva.

**Indicador G3:** As normas para a gestão dos processos de negócios foram aprovadas pela Diretoria Executiva.

**Indicador G4:** Apesar de o certame licitatório ter sido realizado ainda no ano de 2012, o processo ainda tramita em sua fase final de recursos até a assinatura do contrato.

**Indicador G5:** Ao longo do ano, alguns trabalhos envolvendo processos foram demandados pela Diretoria Executiva, o que mudou o escopo inicial do objetivo estratégico em relação à lista inicial de processos a serem trabalhados.

O escopo inicial previa a remodelagem dos processos “Gerir FCVS”, “Gerir Créditos vinculados a Carteiras Adquiridas”, “Gerir Créditos vinculados à Pessoa Jurídica de Direito Público” segundo a notação BPMN 2.0 e também o tratamento de disfunções e projeção de novos processos.

Desse escopo inicial foi realizada a modelagem dos processos atuais segundo a notação BPMN 2.0.

Foram acrescentados ao escopo (i) a modelagem completa do processo “Gerir Folha de Pagamento”, (ii) a “Modelagem da Superintendência de Pessoa Física”, incluindo a proposta para uma nova estrutura funcional da Unidade, e (iii) a “Modelagem das unidades de apoio a Presidência”, incluindo seus processos e proposta para uma nova estrutura funcional das unidades envolvidas.

Os trabalhos não realizados em 2012 deverão ser reanalisados em relação ao escopo definido para 2013.

**Quadro 51 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Governança de TI Aprimorada”**

H1 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Preparação para a criação do Plano Diretor de TI	Quanto maior, melhor	100%	100%
H2 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	Implantação do CGTI	Quanto maior, melhor	100%	100%
H3 - Investimentos orçados em TI	Otimizar os investimentos em TI	Quanto maior, melhor	100%	93%

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

**Indicador H1:** Os trabalhos de pesquisa para definição das especificações de um futuro PDTI para a EMGEA foram feitos; ao longo de 2013, com a contratação de consultoria (indicador H4), o PDTI deverá ser criado e sua implantação devidamente planejada.

**Indicador H2:** O CGTI foi implantado em julho de 2012 com sucesso; realizou 3 reuniões ao longo deste ano; foi constituída uma matriz de prioridades para o ano de 2013 das demandas por projetos e manutenções evolutivas de sistemas corporativos da EMGEA.

**Indicador H3:** O percentual de atingimento ficou abaixo de 100% em função da queda dos preços unitários previstos em alguns itens licitados como consequência da concorrência entre fornecedores que participaram dos certames licitatórios.

**Quadro 52 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolvimento de Competências com Conhecimento Preservado na EMGEA”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
I1 - Desenvolvimento de Competências Específicas	Medir a quantidade de competências específicas vinculadas aos objetivos estratégicos que são priorizadas para capacitação	Quanto maior, melhor	Desenvolver no ano de 2012 pelo menos 80% (32) das 40 competências específicas mapeadas, sendo 60% (19) no 1º semestre e 40% (13) no 2º semestre	Desenvolvidas 32 competências específicas em 2012, equivalentes ao cumprimento de 100% da meta estabelecida
I2 - Utilização de Verba de Treinamento	Medir o nível de utilização da verba alocada para realização de treinamentos	Quanto maior, melhor	Aplicar 95% do orçamento aprovado até o final do exercício	Aplicados 77,6% do orçamento aprovado, equivalente ao cumprimento de 81,6% da meta estabelecida
I3 - Disseminação de conhecimento	Medir a quantidade de reuniões de alinhamento de conhecimento realizadas	Quanto maior, melhor	Realizar, no mínimo, 1 reunião Trimestral por área	Realizadas 4 reuniões em 2012, equivalente ao cumprimento de 100% da meta estabelecida

Fonte: Painel de Bordo – PAEX e Relatórios Gerenciais da SUPEL

### Comentários:

**Indicador I1:** Das 40 competências específicas definidas pela Empresa estabeleceu-se como meta para 2012 o desenvolvimento das 32 competências específicas vinculadas aos objetivos estratégicos e consideradas essenciais ao alcance das metas empresariais.

**Indicador I2:** O montante de recursos fixado no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Competências – PDC para o ano de 2012 não foi

totalmente despendido, em face da ausência de demandas das unidades, motivo pelo qual está sendo alterada a metodologia de oferta de treinamento, para melhor aplicação dos recursos disponíveis para 2013.

**Indicador I3:** Estabeleceu-se como meta a realização de 4 reuniões com todos os colaboradores da Empresa com o objetivo de alinhar conhecimentos entre as áreas. Foram priorizadas as atividades desenvolvidas pelas seguintes unidades: financeira, jurídica, controles internos e de tecnologia da informação.

**Quadro 53 – Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
J1 - Nível de satisfação - projetos e ações do PQVT	Medir a qualidade dos projetos e ações do PQVT implantados	Quanto maior, melhor	Somatório dos percentuais resultantes de “Muito Bom” e “Bom” igual ou superior a 80%	O indicador atingiu 87%, equivalente ao cumprimento de 108,75% da meta estabelecida

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

### Comentários:

**Indicador J1:** Foi estabelecido um indicador qualitativo que avaliasse a satisfação dos colaboradores da EMGEA com os projetos e ações do PQVT. Além da avaliação pelo método de reação em determinados eventos, foi aplicada uma pesquisa de satisfação individual, cujo resultado apontou um nível de satisfação de 87% entre “muito bom” e “bom”.

### 2.3.2 Indicadores Operacionais

**Quadro 54 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Equacionada”**

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
1. Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar no mínimo R\$ 982,25 milhões - Créditos Habitacionais de Pessoa Física"	Acompanhar a evolução da arrecadação de contratos de Pessoas Físicas frente à meta estabelecida	Quanto maior, melhor	R\$ 982,25 milhões	R\$ 1.074,31 milhões
2. Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar no mínimo R\$ 400,00 milhões de contratos que se encontravam inadimplentes, desequilibrados ou decursados"	Acompanhar a evolução da arrecadação de contratos de Pessoas Físicas que se encontravam inadimplentes, desequilibrados ou decursados	Quanto maior, melhor	R\$ 400 milhões	R\$ 619,83 milhões Obs.: Este valor está incluído no montante de R\$ 1.074 milhões de que trata o Indicador nº 1 deste Quadro
3. Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar no mínimo R\$ 140 milhões - Venda de Imóveis"	Acompanhar a arrecadação com a venda de imóveis não de uso frente à meta estabelecida	Quanto maior, melhor	R\$ 140 milhões	R\$ 162,80 milhões

Indicador	Finalidade	Interpretação	Meta Estabelecida	Meta Realizada
4. Percentual de cumprimento da meta "Reduzir no mínimo 672 imóveis com pendências"	Acompanhar a redução de imóveis não de uso com pendências impeditivas à venda	Quanto maior, melhor	672	342
5. Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar o montante equivalente a R\$ 149,52 milhões - Carteira Pessoa Jurídica Setor Privado"	Acompanhar a realização da arrecadação dos contratos de Pessoas Jurídicas Setor Privado frente à meta estabelecida	Quanto maior, melhor	R\$ 149,52 milhões	R\$ 41,67 milhões
6. Percentual de Cumprimento da Meta "Arrecadar o montante equivalente a R\$ 150 milhões - Carteira Pessoa Jurídica Setor Público"	Acompanhar a realização da arrecadação dos contratos de Pessoas Jurídicas Setor Público frente à meta estabelecida	Quanto maior, melhor	R\$ 150 milhões	R\$ 108,0 milhões
7. Percentual de Cumprimento da Meta "Concluir processos de novação de créditos perante o FCVS no montante de R\$ 318,15 milhões"	Acompanhar a realização da novação dos créditos junto ao FCVS frente à meta estabelecida	Quanto maior, melhor	R\$ 318,15 milhões	R\$ 77,47 milhões

Fonte: Painel de Bordo – PAEX

### Comentários:

**Indicador 1:** Em que pese a progressiva redução das operações imobiliárias ativas, associada ao fato de o estoque remanescente ser composto de créditos com maior dificuldade de recuperação, a meta de arrecadação negociada com a CAIXA para o exercício de 2012 foi superada em 10,97%, atribuindo-se o desempenho desse indicador, sobretudo, ao incremento das negociações de contratos inadimplentes, quer na via administrativa, quer através de mutirões voltados para a conciliação. No ano de 2012 foi implementada uma campanha de adimplência dos contratos carta de crédito, que resultou na regularização de 11.538 contratos e foram liquidados outros 9.664 contratos inadimplentes do Programa "Ô de casa". Além disto, a meta estabelecida pelo CNJ de realização pela Justiça Federal de 10,7 mil audiências, teve como resultado 5,3 mil acordos.

**Indicador 2:** Com a redução das operações e o aumento do inadimplemento percentual, foi necessário estabelecer meta direcionada à regularização dos contratos inadimplentes ou desequilibrados, como forma de concentrar o foco nos créditos com maior dificuldade de recuperação. A meta foi superada em 54,96% em função de ações específicas como a realização de mutirões administrativos e judiciais.

**Indicador 3:** O resultado desse indicador, com a meta de arrecadação oriunda da venda de imóveis não de uso sendo superada em 24,35%, reflete principalmente o crescimento do mercado imobiliário, com reflexos na valorização dos imóveis e, de forma subsidiária a grande oferta de crédito imobiliário pelas instituições

financeiras, resultando na alienação de 2.290 imóveis em 2012.

**Indicador 4:** Da mesma forma que nas operações imobiliárias, a carteira de imóveis vem sendo gradativamente reduzida e o estoque remanescente é composto, em sua maioria, de imóveis com ações judiciais, muitas delas impedindo a alienação dos imóveis. No ano de 2012, foi estabelecida pela primeira vez a meta de redução de imóveis não de uso com pendências impeditivas de venda. A meta foi cumprida em 50,89%, o que evidenciou a necessidade de melhorar o diagnóstico da carteira e incrementar a realização de audiências de conciliação, da mesma forma que vem ocorrendo com os contratos, uma vez que a forma mais célere de se resolver as ações judiciais é através da conciliação.

**Indicador 5:** No ano 2012, as medidas negociais adotadas pela EMGEA permitiram o ingresso de R\$ 41,67 milhões, sendo (i) R\$ 30,43 milhões, em espécie; (ii) R\$ 11,24 milhões em títulos CVS. A meta definida, de R\$ 149,52 milhões para o período, não foi atingida em razão da não liberação dos depósitos judiciais no montante de (R\$ 79,00 milhões), bem como pela não formalização de acordos aprovados (R\$ 6 milhões). Esses valores serão acrescidos à meta de 2013.

**Indicador 6:** Este indicador é dividido em duas partes, quais sejam: Recebimento de recursos provenientes de contratos firmados com entes da Federação e Recebimento de dívidas oriundas de aquisição de carteiras imobiliárias formalizadas na condição de *pro solvendo*.

De janeiro a dezembro de 2012, a arrecadação referente a créditos junto a entes da Federação alcançou o valor de R\$ 103,46 milhões, equivalente a 103,46% da meta de R\$ 100 milhões definida para o exercício.

A arrecadação auferida em 2012 referente a recebimentos de dívidas oriundas de aquisição de carteiras foi de R\$ 4,60 milhões, representando 9,21% do objetivo de R\$ 50 milhões estabelecido para o exercício.

Assim, de maneira geral, no exercício de 2012 o valor arrecadado representou o percentual de 72,05% da meta. A meta não foi atingida devido à ocorrência apenas de arrecadação parcial ao invés do recebimento integral da dívida prevista em acordo negociado com Agente Cedente. O pagamento da dívida foi inviabilizado em função de dificuldades operacionais enfrentadas pelo Agente Cedente no processo de novação de seus créditos junto ao FCVS, que resultaram no insucesso na obtenção dos títulos CVS necessários à quitação integral de sua obrigação junto à EMGEA.

**Indicador 7:** No exercício, a EMGEA assinou com a União contratos de novação e de assunção de dívidas do FCVS que proporcionaram o ingresso de recursos no caixa da Empresa no montante de R\$ 77,46 milhões, os quais representam cumprimento de 24,35% do valor previsto para realização de novação no PDG do exercício de 2012, no montante de R\$ 318,15 milhões.

O resultado de somente 17,12% do valor previsto de novação ocorreu em razão de as entidades gestoras do FCVS terem suspenso a finalização dos processos de novação que estavam no âmbito do Ministério da Fazenda, para adequação dos procedimentos operacionais relativos ao pagamento/compensação dos débitos das instituições financeiras junto ao FCVS, os quais, segundo novo entendimento da CGU, devem ocorrer por instituição financiadora/entidade credora nos termos da

Lei nº 10.150/2000 e da Portaria MF nº 250/2000, do que resultou a devolução à Administradora do FCVS dos processos da EMGEA que estavam no âmbito daquele Ministério.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. Estrutura de Governança

Da estrutura de governança corporativa da EMGEA fazem parte o Conselho de Administração, assessorado pela Auditoria Interna, a Diretoria Executiva, composta por um Diretor-Presidente e quatro Diretores, e o Conselho Fiscal. Adicionalmente, a Empresa submete-se a procedimentos anuais de avaliação por Auditores Independentes.

As decisões da Empresa são tomadas de forma colegiada, com base em alçadas definidas e em regulamentos internos, envolvendo os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas dos negócios e das atividades, conferindo agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Para a garantia da boa governança, a EMGEA dispõe de instrumentos de gestão como o Código de Ética, elaborado em consonância com os princípios de transparência, equidade e conformidade.

Além disso, a Empresa conta com Sistema de Controles Internos da EMGEA, o qual consiste em um conjunto de elementos composto por políticas, normas, padrões de conduta e valores adotados pela Empresa para o alcance de sua missão e objetivos, em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis.

#### 3.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos

**Quadro 55 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da EMGEA – Exercício de 2012**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Na avaliação foi considerada a implementação das seguintes medidas relacionadas aos controles internos administrativos em 2012:

- Rotina para o monitoramento do ambiente regulatório, com a criação de uma segunda camada de controle, para auxiliar os gestores no cumprimento das leis, normas e regulamentos externos aos quais estão submetidos os seus processos, produtos e serviços;
- Sistema Normativo da Empresa, para padronização, confecção, publicação e gerenciamento dos manuais normativos dos procedimentos, produtos e serviços da EMGEA;
- Matriz de Riscos Operacionais da Empresa, com o objetivo de permitir aos gestores e à alta administração identificar quais riscos, considerado seu potencial de perda, necessitam de melhoria de controle, quais possuem controles adequados e quais contam com controles em excesso; e
- Normas para delegação de alçadas decisórias operacionais na gestão e recuperação dos créditos imobiliários perante pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Na análise das assertivas foram consideradas a atuação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e da Unidade de Controles Internos administrativos, bem como os relatórios e pareceres da Auditoria Interna, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

As respostas finais refletem a percepção consolidada da Diretoria Executiva, a qual representa todas as Unidades da Empresa.

#### **Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Informações Gerencias SUCOI

### **3.3. Remuneração paga aos Administradores**

#### **3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal**

A remuneração da Diretoria Executiva da EMGEA não se sujeita ao teto constitucional, em razão de a Empresa não receber repasses do Tesouro Nacional para custeio de despesas com pessoal. Dessa forma, os honorários ou remuneração dos dirigentes da EMGEA não são fixados por Decreto do Poder Executivo. A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva são fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor e é composta dos seguintes elementos:

- Gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.
- Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

Relativamente à legislação, de acordo com o contido no artigo 21 do Estatuto Social da Empresa, aplicar-se-ão à EMGEA subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei nº 6.404/1976. Ademais são observadas as disposições da Resolução nº 9/1996 do então Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, atual Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST que resolveu em seu Artigo 1º:

“Estabelecer que os dirigentes das empresas públicas, sociedade de economia mista e suas controladas e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, promovam alterações nos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários, ressalvados os direitos adquiridos na forma da legislação vigente, com vistas a:



I - limitar, ao mínimo legal estabelecido na Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos vigentes, a concessão das seguintes vantagens:

- a) adicional de férias;
- b) remuneração da hora-extra;
- c) remuneração de Adicional de sobreaviso;
- d) remuneração de Adicional Noturno;
- e) remuneração de Adicional de Periculosidade;
- f) remuneração de Adicional de Insalubridade;
- g) remuneração de Aviso Prévio;
- h) antecipação da gratificação natalina.”

Posteriormente, com aprovação do Estatuto da EMGEA, por intermédio do Decreto nº 7.122/2010 (Decreto nº 3.848/2001, revogado pelo Decreto nº 5.434/2005), fez-se constar a composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Fiscal e da Diretoria Executiva, ficando assim definido:

#### **“(…) CAPÍTULO III- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 5º

(…)

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

#### **CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Art. 8º

(…)

§ 3º - É assegurado aos membros da Diretoria Executiva gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva farão jus à Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

§ 5º - A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva serão fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

#### **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL**

Art. 12

(…)

§ 9º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da EMGEA, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.(…)”

### 3.3.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros de Conselho

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações mensais pagas aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

**Quadro 56 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho de Administração – 2012**

Nome do Conselheiro	Bath, S. E. R.	Assis, J. M.	Munck, R. C. V.	Valleta, M	Vieira, A. P. L.
<b>Início Mandato</b>	-	-	-	-	-
<b>Fim Mandato</b>	-	-	-	-	-
<b>Janeiro</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Fevereiro</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Março</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Abril</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Mai</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Junho</b>	3.327,70	3.327,70	3.327,70	3.327,70	3.327,70
<b>Julho</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Agosto</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Setembro</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Outubro</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47	2.218,47
<b>Novembro</b>	9.578,95	9.578,95	9.578,95	9.578,95	9.578,95
<b>Dezembro</b>	5.167,83	5.167,83	5.167,83	5.167,83	5.167,83
<b>Totais</b>	<b>38.040,71</b>	<b>38.040,71</b>	<b>38.040,71</b>	<b>38.040,71</b>	<b>38.040,71</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: Todos os Conselheiros listados são titulares

**Quadro 57 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2012**

*Valores em R\$ 1,00*

Nome do Conselheiro	Almeida, V. S. (T)	Castro, P. S. C. (T)	Lima, K. A. Z. (T)	Rodrigues, L.A. (T)
<b>Início Mandato</b>	-	-	-	21.05.2012
<b>Fim Mandato</b>	-	21.05.2012	-	-
<b>Janeiro</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	-
<b>Fevereiro</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	-
<b>Março</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	-
<b>Abril</b>	2.218,47	2.218,47	2.218,47	-
<b>Mai</b>	2.218,47	1.552,93	2.218,47	739,49
<b>Junho</b>	3.327,70	-	3.327,70	2.865,00
<b>Julho</b>	2.218,47	-	2.218,47	2.218,47
<b>Agosto</b>	2.218,47	-	2.218,47	2.218,47
<b>Setembro</b>	2.218,47	-	2.218,47	2.218,47
<b>Outubro</b>	2.218,47	-	2.218,47	2.218,47
<b>Novembro</b>	9.578,95	1.564,12	9.578,95	8.045,52
<b>Dezembro</b>	5.167,83	0,00	5.167,83	4.322,29
<b>Totais</b>	<b>38.040,71</b>	<b>11.990,93</b>	<b>38.040,71</b>	<b>24.846,18</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: (T) = Titular (S) = Suplente

### 3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações totais pagas nos últimos três exercícios, aos membros da Administração e Conselhos de Administração e Fiscal.

**Quadro 58 – Síntese da Remuneração Paga aos Administradores**

*Valores em R\$ 1,00*

Item	2012	2011	2010
Número de membros:	5	5	5
<b>I- Remuneração Fixa (a + b + c + d)</b>	<b>966.536,37</b>	<b>878.458,44</b>	<b>743.941,67</b>
a) Salário ou pró-labore	966.536,37	878.458,44	743.941,67
b) Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) Remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) Outros	-	-	-
<b>II- Remuneração variável (e + f + g + h + i)</b>	-	-	-
e) Bônus	-	-	-
f) Participação nos resultados	-	-	-
g) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) Comissões	-	-	-
i) Outros	-	-	-
<b>III- Total da remuneração (I + II)</b>	<b>966.536,37</b>	<b>878.458,44</b>	<b>743.941,67</b>
<b>IV- Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI- Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

**Quadro 59 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração**

*Valores em R\$ 1,00*

Item	2012	2011	2010
Número de membros:	5	5	5
<b>I- Remuneração Fixa (a + b + c + d)</b>	<b>190.203,55</b>	<b>142.056,38</b>	<b>132.798,20</b>
a) Salário ou pró-labore	190.203,55	142.056,38	132.798,20
b) Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) Remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) Outros	-	-	-
<b>II- Remuneração variável (e + f + g + h + i)</b>	-	-	-
e) Bônus	-	-	-
f) Participação nos resultados	-	-	-
g) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) Comissões	-	-	-
i) Outros	-	-	-
<b>III- Total da remuneração (I + II)</b>	<b>200.350,05</b>	<b>142.056,38</b>	<b>132.798,20</b>
<b>IV- Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI- Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

**Quadro 60 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal***Valores em R\$ 1,00*

Item	2012	2011	2010
Número de membros:	3	3	3
<b>I- Remuneração Fixa (a + b + c + d)</b>	<b>112.919,05</b>	<b>84.970,68</b>	<b>81.280,15</b>
a) Salário ou pró-labore	112.919,05	84.970,68	81.280,15
b) Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) Remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) Outros	-	-	-
<b>II- Remuneração variável (e + f + g + h + i)</b>	-	-	-
e) Bônus	-	-	-
f) Participação nos resultados	-	-	-
g) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) Comissões	-	-	-
i) Outros	-	-	-
<b>III- Total da remuneração (I + II)</b>	<b>112.919,05</b>	<b>84.970,68</b>	<b>81.280,15</b>
<b>IV- Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI- Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

**4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA****4.1. PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio**

Na forma da Lei nº 12.593/2012 que aprovou o PPA para o triênio 2012/2015, a estrutura orçamentária da EMGEA, registrada sob o nº 25.276 no Sistema SIOP, contempla somente Ações para o Programa nº 0807 – “Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”.

A seguir, apresentamos demonstrativo da execução orçamentária de investimento em 2012, segregado por Ação. Os referidos dados estão inseridos no Sistema SIOP.

**Quadro 61 - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2012”***Valores em R\$ 1,00*

Código	Ação	Aprovado	Realizado	%
4101	Manutenção de Bens Imóveis	50.000,00	-	-
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	290.000,00	199.654	68,85
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	828.000,00	794.746	95,98
<b>Totais</b>		<b>1.168.000,00</b>	<b>994.400</b>	<b>85,14</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR

Em termos gerais, verifica-se a realização de 85,14% nas rubricas de Investimento, justificada, sobretudo em razão de as aquisições terem sido realizadas pela forma de pregão eletrônico, de modo que obteve substancial redução nos preços dos bens adquiridos, bem como, por aquisição licitada não concluída, que foi transferida para o exercício seguinte. A seguir temos as seguintes considerações:

Ação 4101 – Manutenção de Bens Imóveis: o montante aprovado para a atividade constitui dotação para gastos eventuais em imóvel de terceiros, visando realização de obras necessárias à segurança e à manutenção do prédio sede da Empresa, bem como as obras que fossem exigidas pelas autoridades públicas, fatos que não ocorreram.

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realização de 68,85% do previsto, justificado pela modalidade de licitação na forma

de pregão eletrônico para as aquisições de mobiliários, o que representou substancial diminuição nos gastos dos bens adquiridos, bem como por licitação efetuada e não concluída no exercício.

Ação 4103 – Manutenção e adequação de Ativos de Informática, Informação de Teleprocessamento: realização de 95,98% do montante aprovado, principalmente pela modalidade de licitação na forma de pregão eletrônico para as aquisições de equipamentos de TI, o que permitiu que os fornecedores ofertassem preços abaixo dos valores cotados para os bens adquiridos para o exercício.

#### 4.2. Despesas por Modalidade de Contratação

Ao amparo da Lei nº 8.666/1993, a EMGEA realizou 86 procedimentos licitatórios em 2012, contra 74 em 2011, para a aquisição de terceiriza mão de obra para a área-fim. No entanto, realiza esses procedimentos licitatórios, incluindo serviços de apoio administrativo, para as atividades-meio.

**Quadro 62 - Despesas por Modalidade de Contratação - 2011 e 2012**

*Valores em R\$ 1,00*

Modalidade de Contratação	Despesa Paga		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>Licitação</b>				
Convite	-	-	-	18.256,09
Tomada de Preços	-	-	603.809,59	646.310,23
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.728.580,43	924.135,16	6.357.853,19	5.098.805,27
Ata Registro de Preços	187.815,56	271.724,00	224.407,97	124.301,40
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	1.638.283,59	348.009,97	1.577.599,93	1.286.642,53
Inexigibilidade	264.500,00	111.472,50	417.089,67	186.068,88
<b>Outras</b>				
Outras	-	-	90.597,97	202.303,22
<b>Total</b>	<b>3.819.179,58</b>	<b>1.655.341,63</b>	<b>9.271.358,32</b>	<b>7.562.687,62</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

## 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1. Força de Trabalho à Disposição da EMGEA

A Diretoria Executiva da Empresa é constituída por cinco Diretores, sendo um Diretor-Presidente. A Empresa não possui quadro de pessoal próprio e os cargos comissionados são ocupados, em sua maior parte, por empregados originários da Administração Pública Federal.

A estrutura atual foi aprovada pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2008 e apresenta a seguinte distribuição, que conta com dotação para 115 colaboradores.

**Quadro 63 – Força de Trabalho da EMGEA – 2012**

*Em quantidades*

Descrição	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>Cargos de Direção</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	-	-
Diretor-Presidente	1	1	-	-
Diretor	4	4	-	-
<b>Com Cargo Comissionado</b>	<b>102</b>	<b>98</b>	<b>18</b>	<b>16</b>
Chefe de Gabinete	1	1	-	-

Assessor Especial da Presidência	2	2	1	1
Assessor da Presidência	2	2	-	-
Chefe da Auditoria	1	1	-	-
Consultor Jurídico	1	-	-	1
Chefe de Contabilidade	1	1	-	-
Superintendente-Executivo	8	7	-	-
Gerente	22	22	5	3
Assessor de Comunicação Social	1	1	-	-
Auditor	3	3	-	-
Assessor-Sênior	29	29	5	4
Assessor	31	29	7	7
<b>Sem Cargo Comissionado</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
Requisitados sem Cargo Comissionado	8	4	3	3
<b>Total Geral</b>	<b>115</b>	<b>107</b>	<b>21</b>	<b>19</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

### 5.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

#### Quadro 64 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31 de dezembro de 2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	-

### 5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

O quadro dos recursos humanos da EMGEA apresenta a seguinte configuração.

#### Quadro 65 – Quadro dos Recursos Humanos – Dotação em 2012

Regime do Ocupante do Cargo	Dotação	Lotação Ideal (*)
Diretoria Executiva	5	-
Cargos Comissionados	102	-
Requisitados sem Cargo Comissionado	8	-

Postos de Serviços Terceirizados (**)	62	-
Total	177	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observações:

(\*) A Empresa não dispõe de quadro de pessoal próprio nem de estudo de lotação necessária de pessoal (Ideal) autorizados pelo DEST e Ministério da Fazenda;

(\*\*) Inclui os serviços de vigilância, limpeza e conservação e apoio administrativo (Assistentes Técnico-Administrativos)

### 5.1.3. Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a idade

Quadro 66 – Perfil Etário da EMGEA - 2012

Comissionados por Faixa Etária	Próprios			Cedidos			Total		
	Qtde	%	MI	Qtde	%	MI (*)	Qtde	%	MI (*)
Acima de 50 anos	25	35,70	57,20	24	53,37	52,78	49	45,79	55,29
Acima de 45 e abaixo de 50 anos	7	10,00	47,14	9	46,77	48,25	16	14,95	43,96
Acima de 40 e abaixo de 45 anos	4	4,29	42,00	2	43,50	44,33	5	4,67	42,75
Acima de 35 e abaixo de 40 anos	8	11,43	37,25	2	38,00	38	10	9,35	37,63
Acima de 30 e abaixo de 35 anos	19	27,14	32,89	-	-	-	19	17,76	31,89
Acima de 25 e abaixo de 30 anos	7	11,43	28,75	-	-	-	8	7,48	28,75
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100</b>	<b>40,70</b>	<b>37</b>	<b>100</b>	<b>45,41</b>	<b>107</b>	<b>100</b>	<b>40,54</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: MI = Média de Idade

#### 5.1.3.1. Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a escolaridade

Quadro 67 – Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Lotação em 31.12.2012

*Em quantidades*

Tipologias do Cargo Regime do Ocupante do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>Diretoria</b>	-	-	-	-	-	1	4	-	-
<b>Cargos Comissionadas</b>	-	-	-	-	3	69	24	2	-
Estatutários requisitados	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Não Estatutários requisitados	-	-	-	-	-	15	10	1	-
Comissionados sem vínculo	-	-	-	-	3	53	12	1	-
Sem Cargo Comissionado	-	-	-	-	-	2	2	-	-
<b>Postos de Serviços Terceirizados</b>	-	-	3	2	28	27	2	-	-

**LEGENDA - Nível de Escolaridade:**  
1 - Analfabeto; 2- Alfabetizado sem cursos regulares; 3- Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnicos; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado.

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Obs.: Acrescentada a informação de escolaridade do pessoal cedido sem função comissionada, uma vez que estes também fazem parte do Quadro de Pessoal aprovado pelo Ministério da Fazenda.

#### 5.1.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da EMGEA

Quadro 68 – Despesas com Pessoal

*Valores em R\$ 1,00*

Natureza	2010	2011	2012	Variação % 2010/2011	Variação % 2011/2012
Salário e Gratificações	6.239.908,55	9.132.745,38	9.344.159,84	46,36	2,31%
Honorários - Diretoria e Conselheiros	956.852,37	1.105.485,50	1.269.658,97	15,53	14,85%
Provisões – Férias e 13o. Salário	1.581.343,18	1.835.935,35	1.658.247,42	16,10	(9,68%)
Encargos Sociais	2.709.256,71	2.986.079,49	2.762.541,28	10,22	(7,49%)
Salário Maternidade - Lei	6.374,26	13.303,63	8.585,54	108,71	(35,46%)
Assistência Médica e Social	124.093,29	272.831,03	164.940,81	119,86	(39,54%)
Segurança e Medicina do Trabalho	22.883,84	16.283,84	17.519,25	(28,84)	7,59%
Diárias de Viagens	425.845,22	465.282,50	479.306,19	9,26	3,01%
Passagens Aéreas	271.221,37	290.146,85	308.238,82	6,98	6,24%

Natureza	2010	2011	2012	Variação % 2010/2011	Variação % 2011/2012
Auxílio-Alimentação	338.058,63	366.765,37	431.602,22	8,49	15,72%
Mudanças e Ajuda de Custo	12.890,23	-	10.488,19	-	Nulo
Auxílio-Moradia	21.600,00	3.115,00	-	(85,58)	(100%)
Rescisões Contratuais*	34.008,83	315.769,80	266.327,83	828,49	(15,66%)
Treinamento (Geral + TI)	274.092,65	377.438,65	426.605,35	37,70	13,02%
<b>Totais</b>	<b>13.018.429,1</b>	<b>17.181.182,3</b>	<b>17.148.221,71</b>	<b>31,98</b>	<b>(0,19%)</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

\*Incluídas as multas rescisórias

O comportamento da composição e dos custos com Recursos Humanos ocupantes de Cargo comissionado está representado nos quadros a seguir.

**Quadro 69 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Requisitado - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2010, 2011 e 2012**

Valores em R\$ 1,00

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2010	2	197.855,79	539.077,21	<b>736.933,00</b>
2011	3	221.387,77	465.562,67	<b>686.950,44</b>
2012	3	252.245,41	514.423,38	<b>766.668,79</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação:

(\*) Não estão incluídos os custos previdenciários e com o FGTS

**Quadro 70 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Requisitado - Regime da CLT - Função Comissionada - 2010, 2011 e 2012**

Valores em R\$ 1,00

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2010	32	1.641.786,74	9.959.643,99	<b>11.601.430,73</b>
2011	22	1.835.243,90	9.302.980,34	<b>11.138.224,24</b>
2012	29	1.996.629,70	8.020.648,12	<b>10.017.277,82</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação:

(\*) Não estão incluídos os custos previdenciários e com o FGTS.

**Quadro 71 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado - 2012**

Ano	Quantidade	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2012	04	113.693,00	113.693,00

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: Acrescentada essa nova composição, haja vista a despesa que é realizada com o pessoal cedido sem cargo comissionado.

**5.1.5. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos**

A EMGEA utiliza-se dos seguintes indicadores para o gerenciamento dos Recursos Humanos.

Índice de Rotatividade do Pessoal (Turnover\*) - Em 2012, apurou-se a taxa de 12,50%, considerando-se a mobilidade do quadro, decorrente de desligamentos e contratações para preencher cargos de livre provimento.

Observação: (\*) Apuração = (Número de demissões (14) + Número de admissões) (12) / 2 x 100 / Número de empregados ativos no último dia do ano anterior (104).

Demandas Trabalhistas - A EMGEA figura no polo passivo em uma única demanda trabalhista impetrada por ex-comissionada que pleiteia, entre outras questões, a sua reintegração ao quadro de funções comissionadas. O processo encontra-se em fase de recurso por parte da impetrante já que, no julgamento de 1ª instância, a EMGEA logrou êxito na defesa de todas as questões demandadas. O processo não transitou em julgado e se encontra dentro do prazo para que a



Empresa apresente suas contra-razões ao recurso impetrado pela reclamante, devendo ser encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais – Em 2012 houve 2 acidentes de trabalho e nenhuma doença ocupacional.

Educação Continuada - A Educação Continuada na EMGEA ocorre de várias formas e a todos os instantes, por meio de reuniões, instruções, trocas de experiências entre colaboradores e as capacitações contidas no Programa de Desenvolvimento de Competências, que inclui treinamentos presenciais com profissionais externos – abertos e fechados, além de capacitações com profissionais internos no ambiente de trabalho.

Satisfação e Motivação - Com a implantação do PQVT, a EMGEA se inseriu no contexto das empresas que instituíram uma política de qualidade de vida no trabalho segundo as concepções individual (ser biopsicossocial) e estratégica, procurando viabilizar as variáveis relativas à Saúde Integral e aos resultados organizacionais, em um esforço integrado de gestão.

Disciplina - No tocante à disciplina, a EMGEA, em seu Regulamento de Pessoal estabelece os deveres, proibições, responsabilidades e penalidades cabíveis.

Desempenho Funcional - Atualmente o desempenho funcional é avaliado pelo gestor da unidade em que atua o colaborador.

Níveis Salariais – Os valores dos cargos comissionados são estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, após a manifestação do DEST, dentro da política salarial definida pelo Governo Federal.

#### **5.1.6. Análise Crítica da Gestão dos Recursos Humanos**

A EMGEA consciente da sua responsabilidade de orientar as ações dos colaboradores no intuito de se construir uma organização eficaz, que consiga atingir suas metas e seus objetivos, disponibiliza condições necessárias para o desenvolvimento de competências, o que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, habilidades, e que agregue valor econômico e social à organização e ao indivíduo.

As atividades de capacitação no decorrer do exercício foram realizadas com base no PDC 2011/2012, e complementadas com os treinamentos ministrados pelo PDD, no âmbito do PAEX, da FDC.

A definição de participação dos colaboradores no PDC 2012 foi realizada por meio de consenso entre os gestores e suas equipes de trabalho, considerando o nível de prontidão e aptidão dos seus colaboradores e em acordo com a natureza e a responsabilidade da função desempenhada, assegurando a maior relação custo/benefício possível, tanto para o colaborador quanto para a empresa.

Foram realizados 71 eventos de capacitação, sendo: 62 nas competências Técnicas Específicas, incluídos os 4 cursos de especialização autorizados, com a participação de 248 colaboradores; 6 eventos nas competências Técnicas Gerais com a participação de 132 colaboradores; e 3 eventos nas competências de Suporte com a participação de 161 colaboradores.

No total de eventos realizados estão incluídas 4 apresentações das atividades das áreas (SUCOI, COJUR, SUFIN e SUTEC), as quais fazem parte das ações do Planejamento Estratégico da EMGEA, especialmente a “Disseminação do Conhecimento” prevista nos Objetivos Estratégicos para 2012, com a participação de 141 colaboradores, totalizando 541 participações, o que representa que cada colaborador da EMGEA participou aproximadamente de 7 eventos no ano de 2012.

Além disso, visando maximizar os resultados do PDC foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de efetuar revisão, inventário e mapeamento das lacunas das Competências Individuais dos colaboradores da EMGEA, porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração do Plano de Capacitação de Competências para o ano de 2013.

Com a finalidade de proporcionar o bem-estar dos colaboradores no ambiente de trabalho o PQVT realizou no exercício pesquisa que permitiu avaliar o grau de satisfação dos colaboradores com o seu ambiente de trabalho, dando-lhes, ainda, a oportunidade de apresentar sugestões.

O resultado da pesquisa foi utilizado como parâmetro e balizador para diversas iniciativas, como as ações específicas da CE, da CCSS e da CIPA.

## 5.2. Contratos de Terceirização de Área-Fim

### 5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

A EMGEA não terceiriza mão de obra para a área-fim. No entanto, ao amparo da Lei nº 8.666/1993, realiza procedimentos licitatórios para a aquisição de bens e serviços necessários a seu pleno funcionamento, incluindo serviços de apoio administrativo para as atividades-meio.

Assim, para a realização dos trabalhos de vigilância, limpeza, conservação e apoio administrativo (atividades-meio), a EMGEA contrata empresa especializada. O comportamento da composição e dos custos com postos de serviços terceirizados está representado no quadro a seguir.

**Quadro 72 – Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados**

Descrição	Valores em R\$ 1,00					
	2010		2011		2012	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Vigilância/Limpeza	16	419.049,18	16	468.335,60	16	485.544,24
Apoio Administrativo	38	2.112.918,85	41	2.630.276,83	41	2.855.547,38
Outras Atividades	5	151.676,64	5	169.935,52	5	176.672,76
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>2.683.644,67</b>	<b>62</b>	<b>3.268.547,95</b>	<b>62</b>	<b>3.517.764,38</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

## 6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 6.1. Gestão da Tecnologia da Informação

O quadro a seguir mostra avaliação da Área de TI da Empresa.

**Quadro 73 – Gestão da Tecnologia da Informação da EMGEA**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
4	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
4	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
4	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
4	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
4	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
4	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
3	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
4	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.

4	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
4	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
4	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
4	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
4	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
	Outra(s). <span style="float: right;">Qual(is)?</span>
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
3	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
4	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
3	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
2	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
4	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
3	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
3	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.

	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
	<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009):</b> (assinale apenas uma das opções abaixo)
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
	1. O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação foi instituído na EMGEA em julho de 2012 e trabalha, desde lá, auxiliando na priorização das demandas encaminhadas para a área de tecnologia da EMGEA.
	2. Foram aprovadas e publicadas em 2012 a Política e a Norma para Gestão de Processos de Negócios da EMGEA. Desde então, a Empresa trabalha na definição de sua Arquitetura de processos de negócios.

Fonte: Informações Gerenciais da SUTEC

## 7. GESTÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 7.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 74 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - 2012

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil polibromados, éteres defenil-polibromados em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>). O acondicionamento deverá ser em embalagem que utilize materiais recicláveis.</li> </ul> </li> </ul>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A EMGEA tem considerado a Certificação de Compatibilidade com a Norma IEC 60950 – INMETRO, Norma NBR 10152 (emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas).</li> </ul> </li> </ul>		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desde 2002, a EMGEA ocupa a atual sede que, na época de sua reforma, contemplou a compra de produtos capazes de permitir menor consumo de energia e água e, desde então, a EMGEA tem mantido suas instalações com os mencionados produtos.</li> </ul> </li> </ul>		X			
6. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desde 2010, a EMGEA somente utiliza papel reciclado para o desenvolvimento de seus trabalhos vinculados à papelaria da Empresa – cartões de visita, envelopes, papel ofício, pastas para processos.</li> </ul> </li> </ul>					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na Unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A EMGEA desenvolveu campanhas internas de conscientização por meio da distribuição de <i>folders</i>, comunicados e a realização de palestras para os colaboradores da Empresa.</li> </ul> </li> </ul>				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul> <p>A EMGEA, constantemente preocupada com a responsabilidade socioambiental, instituiu em 2007 a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, criada nos moldes do Decreto nº 5.940/2006, cujo objetivo é incentivar o consumo responsável dos insumos e recursos materiais na Empresa.</p> <p>A CCSS também implantou e supervisiona a coleta seletiva dos resíduos recicláveis gerados na EMGEA, e a sua destinação para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis legalmente habilitadas para essa finalidade.</p> <p>Além disso, a CCSS promove campanhas de conscientização e educação ambiental junto aos colaboradores da EMGEA, como o concurso fotográfico com o tema “Natureza do Cerrado”, cujo objetivo era despertar nos colaboradores um olhar para um dos mais importantes biomas brasileiro e estimular a interação humana com a natureza, sensibilizando para o exercício da vida cotidiana com a responsabilidade ambiental.</p> <p>No exercício de 2012 foram entregues à cooperativa selecionada 1.860 Kg de material reciclável como papel, material plástico, vidro e metal, contribuindo para a gestão ambiental sustentável e a inclusão social de famílias de cooperados do Distrito Federal.</p>					X
<p><b>Considerações Gerais:</b> O questionário foi respondido pelos Gestores das áreas de Pessoas e Logística, Tecnologia da Informação e representantes da Comissão para Coleta Seletiva Solidária da EMGEA. A consolidação das respostas foi efetuada mediante consenso.</p>					
<p><b>LEGENDA</b> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 7.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A EMGEA não aderiu a programas de gestão ligados à temática de sustentabilidade. No entanto, instituiu e mantém, desde 2007, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, cujos objetivos e atividades desenvolvidas encontram-se mencionados no item 13 do Quadro 74 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - 2012, deste Relatório.

Em 2012 foram recolhidos e entregues à cooperativa selecionadas 1.860 Kg de material reciclável.

Os recursos consumidos são detalhados no quadro adiante.

**Quadro 75 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

*Valores em R\$ 1,00*

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (*)	423	956	495	42.955,92	39.297,79	17.567,76
Energia Elétrica (**)	673.120	683.280	581.360	270.060,72	271.764,16	217.810,48
Água (***)	4.042,50	2.409,40	1.593,20	21.818,03	29.995,22	47.652,59
<b>Totais</b>				<b>334.834,67</b>	<b>341.687,17</b>	<b>283.030,83</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Obs:

(\*) Em quantidades de resmas, mensuradas por meio *software* de gerenciamento no último triênio.

(\*\*) Em kwh, mensurados pelo consumo real da EMGEA.

(\*\*\*) Em m<sup>3</sup>, mensurados de acordo com o consumo estimado, pelo percentual de 70% da parcela que cabe a esta EMGEA no rateio condominial.

## 8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 8.1. Deliberações do TCU e da CGU atendidas no exercício

#### 8.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Foi encaminhado a esta Empresa, por meio do Ofício nº 382/2012-TCU/SECEX-2, de 22.5.2012, o Acórdão nº 1152/2012 – TCU, de 16.5.2012, vinculado ao Processo nº 016.786/2011-4, relativo à Auditoria realizada na EMGEA sobre a gestão dos créditos com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, cujas determinações transcrevemos a seguir:

*“9.1. determinar à Empresa Gestora de Ativos que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote providências, em relação ao contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, em 8/9/2006, para a prestação de serviços de administração, contabilização e jurídicos, de créditos imobiliários e comerciais e de débitos detidos pela empresa, com vistas a:*

*9.1.1. incluir previsão de penalidades cabíveis e de multas por descumprimento de obrigações, conforme previsto no inciso VII do artigo 55 da Lei 8.666/1993;*

*9.1.2. prever sistemática de fiscalização do cumprimento pela Caixa do disposto no item XVIII da cláusula segunda do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/1993;*

*9.1.3. regularizar o estoque de pedidos de baixa de hipoteca pendentes de análise por período superior a 60 (sessenta) dias”*

As informações sobre as providências adotadas foram encaminhadas ao TCU por meio do Ofício nº 1109/2012 – PRESI, de 13.11.2012.

Cabe informar, que o Processo TCU nº 016.786/2011-4 foi encerrado e aberto o de nº 027.263/2012-6 para monitoramento do cumprimento quanto às determinações contidas no referido acórdão.

### 8.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve recomendação por parte do TCU no exercício de 2012 e não há qualquer pendência de atendimento junto àquela Corte de Contas.

### 8.1.3. Recomendações da CGU Atendidas no Exercício

Não houve recomendação por parte da CGU no exercício de 2012 e não há pendência de atendimento junto àquele Órgão de Controle Interno.

### 8.1.4. Recomendações da CGU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve recomendação por parte da CGU no exercício de 2012 e não há pendência de atendimento junto àquele Órgão de Controle Interno.

## 8.2. Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna

As inconformidades e recomendações formuladas pela Auditoria Interna constam dos relatórios de auditoria e são controladas pela Auditoria Interna por meio de Plano de Ação no Sistema de Auditoria. As ações e providências são cadastradas pelas Unidades responsáveis pelos processos auditados e acompanhadas e avaliadas pela Auditoria Interna até a implementação das melhorias recomendadas ou correção das falhas apontadas.

Os resultados dos trabalhos realizados pela Unidade são disponibilizados/enviados às áreas da Empresa envolvidas no processo auditado, à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, e à Secretaria Federal de Controle Interno.

## 8.3. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/1993

### 8.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/1993

A EMGEA, em cumprimento à Lei nº 8.730/1993, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens e rendas para os ocupantes de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, efetuou o controle de entrega das declarações de imposto de renda - exercício 2012/ano base 2011 de seus colaboradores, por meio do recolhimento do Formulário de Declarações de Bens e Rendas, em envelopes lacrados contendo as respectivas declarações, e do Formulário de Autorização de Acesso Exclusivamente aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, arquivados na Gerência de Gestão de Pessoas. Todos os colaboradores entregaram a declaração no prazo definido em regulamento.

## 9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 9.1. Principais destaques

Merecem destaque as rubricas a seguir apresentadas.

Quadro 76- Destaques dos Itens Patrimoniais e de Resultado

Descrição	R\$ milhões		
	2011	2012	Varição
Ativo Total	20.143,61	18.641,33	-7,46%
Patrimônio Líquido	9.057,99	9.254,66	2,17%
Resultado do Exercício	405,70	257,93	-36,43%
Aplicações Financeiras	1.151,12	682,85	-40,68%
Créditos com o FCVS	10.492,07	10.849,25	3,40%
Operações de Crédito Imobiliário	4.573,46	3.681,86	-19,55%
Cessão de Créditos União	1.819,86	1.333,25	-26,74%
Descontos Concedidos	2.227,09	1.102,98	-50,47%
Passivos Financeiros	10.667,56	8.968,89	-15,92%

Fonte: Demonstrações Contábeis - SUCOR



A EMGEA encerrou o exercício com Ativo Total de R\$ 18.641,33 milhões, destacando-se R\$ 10.849,25 milhões relativos ao saldo de créditos a receber do FCVS, R\$ 3.681,85 milhões em operações de crédito imobiliário e R\$ 1.333,25 milhões em recebíveis por cessão de créditos da União, líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Comparando-se os exercícios de 2012 e 2011, observa-se redução de 7,46% no Ativo Total, ocasionada principalmente pela liquidação antecipada e reestruturação de dívidas das operações de crédito imobiliário, decorrente das medidas de incentivo implementadas pela Empresa no sentido de reduzir a inadimplência e promover a retomada do fluxo de pagamentos.

Quanto ao Passivo, observa-se queda de 15,33% no total, ocasionada, sobretudo, pela redução de 15,92% do Passivo Financeiro representado pelas dívidas de longo prazo perante o FGTS.

O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 9.254,66 milhões, com acréscimo de 2,17% em relação ao ano anterior, em decorrência do lucro líquido apurado no exercício.

O Capital Social da EMGEA, com base na autorização do Sr. Ministro da Fazenda, contida em Despacho de 11.12.2012, foi reduzido mediante a absorção dos prejuízos acumulados até 31.12.2011, no montante de R\$ 10,95 bilhões. Dessa forma o Capital Social da Empresa passou de R\$ 20,01 bilhões para R\$ 9,06 bilhões no final do exercício de 2012.

O lucro líquido de R\$ 257,93 milhões apurado no exercício foi distribuído conforme Proposta de Destinação do Lucro de 2012, aprovada pelo Conselho de Administração em 18.3.2013, de acordo com o Estatuto Social da Empresa e a Lei nº 6.404/1976, e divulgado com mais detalhes nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

O lucro líquido decorreu notadamente, das receitas provenientes:

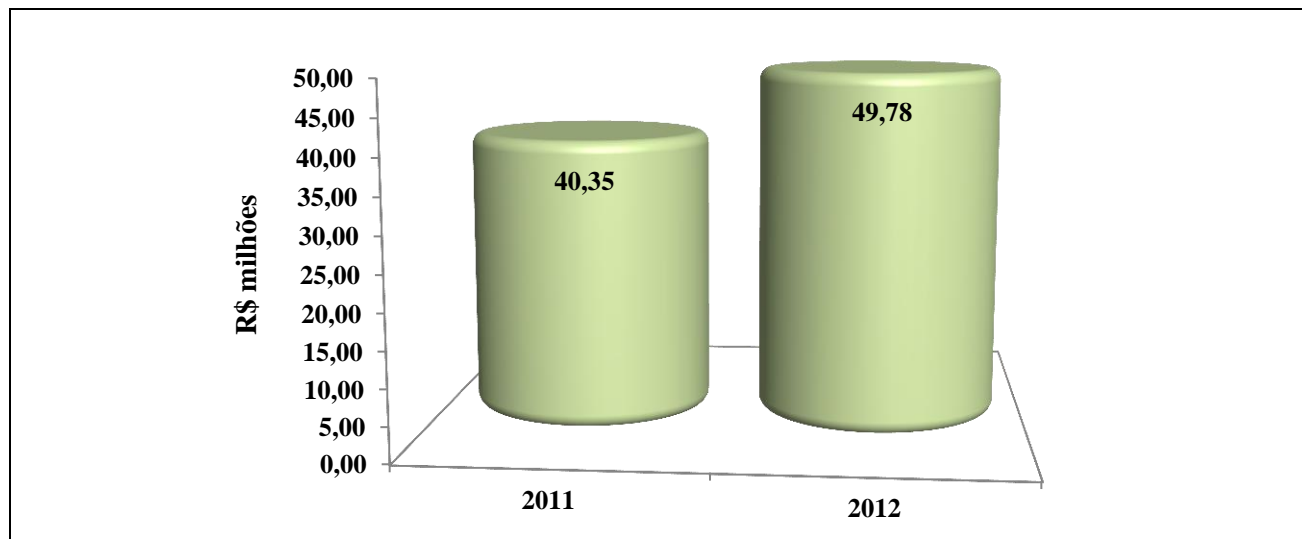
- da recuperação dos ativos resultante das medidas de incentivo implantadas pela Empresa;
- da variação cambial sobre os saldos dos recebíveis da Itaipu Binacional e da União decorrente da desvalorização do real frente ao dólar (US\$); e
- das aplicações financeiras, decorrentes da disponibilidade da Empresa no exercício.

Com ênfase na transparência e nas melhores práticas de governança corporativa, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, adequadas às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

## **9.2. Gestão Tributária**

No que se refere à contribuição financeira para a sociedade, foi recolhido em 2012 à União, estados, Distrito Federal e municípios, a título de impostos e contribuições, o montante de R\$ 49,78 milhões o que representa um aumento de 23,37% em relação ao ano anterior, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 15 – Impostos e Contribuições - 2011 e 2012



Fonte: Informações Gerenciais - SUCOR

A EMGEA possui créditos tributários perante a Receita Federal do Brasil - RFB, originários de recolhimentos de tributos, efetuados a maior em exercícios anteriores.

Na posição de 31.12.2012 esses créditos alcançavam o montante de R\$ 1.589,16 milhões, deduzida a respectiva provisão para perdas.

Os créditos tributários são corrigidos mensalmente pela Taxa Selic e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

No exercício de 2012 foram encaminhadas à RFB Declarações de Compensação no montante de R\$ 32,52 milhões, evitando o desembolso de recursos financeiros para a Empresa.

A Administração da Empresa mantém gestões permanentes perante a RFB com vistas à restituição dos créditos tributários e, no ano de 2012, recebeu o valor de R\$ 13,17 milhões relativos à restituição de parte desses créditos.

A EMGEA, em continuidade ao processo de adequação de suas escriturações contábeis e fiscais ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022/2007, realizou as especificações do novo modelo contábil, com a implantação a partir de 2.1.2012 das informações contábeis analíticas por contrato, na periodicidade diária, que propiciará o estabelecimento de uma base única de dados, disponível para todos os segmentos da Empresa.

O SPED, entre outras premissas, visa a padronização, a racionalização e a melhoria da qualidade da informação, a modernização da sistemática de entrega de obrigações acessórias pelos contribuintes às administrações tributárias, e estabelece escrituração contábil e fiscal em forma eletrônica com validade jurídica e certificado digital.

### **9.3. Composição acionária**

#### **9.3.1. Composição acionária do Capital Social como investida**

O Capital Social da EMGEA é de R\$ 9,06 bilhões, totalmente integralizado pela União.

#### **9.3.2. Composição acionária da EMGEA como investidora**

A EMGEA não detém participação no capital de outras empresas.

## II. CONTEÚDO ESPECÍFICO

### 10. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Nos termos do Decreto nº 6.555/2008, a EMGEA é integrante do SICOM e apresentou o seguinte demonstrativo no exercício de 2012.

#### Quadro 77 – Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda - 2012

<i>Valores em R\$ 1,00</i>	
Ações	Valor
<b>Publicidade</b>	
Legal	59.088,19
Mercadológica	-
Institucional	-
Utilidade Pública	-
<b>Patrocínio</b>	
Contrato Administrativo nº 4/2012, de 23.4.2012 Contratada: Associação dos Servidores da Justiça Federal do Estado do Tocantins – ASSEJUF – TO CNPJ/MF: 86.878.543/0001-21 Evento: VIII Jornada Jurídica da Justiça Federal do Estado do Tocantins	13.000,00
Contrato Administrativo nº 12/2012, de 20.9.2012 Contratada: Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE CNPJ/MF: 13.971.668/0001-28 Evento: II Jornada de Direito Constitucional da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região	75.000,00
Contrato Administrativo nº 15/2012, de 21.11.2012 Contratada: Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE CNPJ/MF: 13.971.668/0001-28 Evento: III Jornada de Direito Processual Civil da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região	68.000,00
Contrato Administrativo nº 16/2012, de 5.12.2012 Contratada: Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal – ADVOCEF CNPJ/MF: 37.174.109/0001-55 Evento: Primeiro Encontro Técnico dos Advogados da Caixa Econômica Federal	50.000,00
<b>Total</b>	<b>265.088,19</b>

Fonte: Relatórios Gerenciais da ASSES, ASCOM e SUPEL

No exercício de 2012, a EMGEA não firmou contrato com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

### III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

<b>Balancos Patrimoniais</b>			
<i>Em 31 de dezembro de 2012 e 2011</i>			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.774.110</b>	<b>4.056.786</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>571.226</b>	<b>855.230</b>
Disponibilidades	4	571.226	855.230
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>111.620</b>	<b>295.897</b>
Títulos públicos federais	5	111.620	295.897
<b>Recebíveis de mutuários</b>		<b>1.228.674</b>	<b>2.086.056</b>
Operações de crédito imobiliário	6.a	1.228.674	2.086.056
<b>Outros recebíveis</b>		<b>862.590</b>	<b>819.603</b>
Recebíveis por cessão de créditos	7	672.472	608.976
Créditos adquiridos	8	60.187	62.974
Outros créditos a receber	9	129.931	147.653
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda</b>		<b>259.768</b>	<b>292.869</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	259.768	292.869
<b>Não circulante</b>		<b>15.607.454</b>	<b>15.793.964</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>15.604.749</b>	<b>15.791.511</b>
<b>Recebíveis de mutuários</b>		<b>2.453.184</b>	<b>2.487.406</b>
Operações de crédito imobiliário	6.a	2.453.184	2.487.406
<b>Outros recebíveis</b>		<b>11.562.404</b>	<b>11.752.288</b>
Créditos vinculados – SFH	11	10.849.257	10.492.074
Recebíveis por cessão de créditos	7	660.783	1.210.893
Outros créditos a receber	12	52.364	49.321
<b>Tributos a recuperar</b>		<b>1.589.161</b>	<b>1.551.817</b>
Impostos e contribuições a recuperar	13	1.589.161	1.551.817
<b>Imobilizado</b>		<b>2.705</b>	<b>2.453</b>
Imobilizado de uso	14	2.705	2.453
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.641.332</b>	<b>20.143.619</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Balancos Patrimoniais***Em 31 de dezembro de 2012 e 2011**(Em milhares de Reais)*

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.523.515</b>	<b>2.455.505</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>2.115.299</b>	<b>2.047.880</b>
Financiamentos	15	2.115.299	2.047.880
<b>Outras obrigações</b>		<b>408.216</b>	<b>407.625</b>
Obrigações com pessoal	16	2.871	2.376
Obrigações com fornecedores	17	19.188	20.914
Obrigações tributárias	18	2.065	1.465
Dividendos a pagar	24.c	61.259	-
Obrigações por repasses	19	31.004	27.597
Obrigações com mutuários	20	176.730	250.055
Provisão para riscos cíveis	21	20.384	16.124
Demais obrigações	22	94.715	89.094
<b>Obrigações relacionadas a ativos mantidos para venda</b>		<b>9.560</b>	<b>10.433</b>
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	23	9.560	10.433
<b>Não circulante</b>		<b>6.853.590</b>	<b>8.619.688</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>6.853.590</b>	<b>8.619.688</b>
Financiamentos	15	6.853.590	8.619.688
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>9.254.667</b>	<b>9.057.993</b>
Capital social	24.a	9.057.993	20.010.219
Prejuízos acumulados		-	(10.952.226)
Reservas de lucros:	24.b		
Reserva legal		12.897	
Reserva para retenção de lucros		183.777	
<b>Total do Passivo</b>		<b>18.641.332</b>	<b>20.143.619</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações de Resultados***Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**(Em milhares de Reais)*

<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receitas com juros e similares	25.a	1.638.393	2.612.088
Despesas com juros similares	25.b	(638.575)	(843.495)
<b>Resultado líquido com juros e similares</b>		<b>999.818</b>	<b>1.768.593</b>
<b>Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros</b>		<b>(797.130)</b>	<b>(1.660.480)</b>
Provisões (reversões) líquidas	25.c	379.789	693.644
Descontos concedidos	25.c	(1.102.977)	(2.227.096)
Perdas em operações de adjudicações e arrematação		(73.942)	(127.028)
Outras receitas (despesas) operacionais	25.d	(49.457)	(40.528)
<b>Resultado Intermediário</b>		<b>153.230</b>	<b>67.585</b>
<b>Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros</b>		<b>184.975</b>	<b>410.134</b>
Provisões (reversões) com outros ativos financeiros	25.e	(4.608)	69.192
Variações cambiais (líquidas)	25.e	167.103	241.097
Outras receitas (despesas)	25.e	22.480	99.845
Despesas com provisões para riscos cíveis	21	(4.260)	(4.332)
Receitas com tributos a recuperar	25.f	61.349	112.284
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	25.g	26.910	5.722
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(229.903)</b>	<b>(243.475)</b>
Despesas com pessoal	25.h	(14.615)	(13.600)
Outras despesas administrativas	25.h	(215.288)	(229.875)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>192.301</b>	<b>347.918</b>
Outras Receitas Financeiras	25.i	71.680	62.790
Outras Despesas Financeiras	25.i	(6.048)	(5.001)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>257.933</b>	<b>405.707</b>
Imposto de renda e contribuição social	26.a	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>257.933</b>	<b>405.707</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**Demonstrações de Resultados Abrangentes***Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**(Em milhares de Reais)*

---

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro Líquido do Exercício	257.933	405.707
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>257.933</b>	<b>405.707</b>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido***Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**(Em milhares de Reais)*

EVENTOS	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Retenção de		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>20.010.219</b>	-	-	<b>(11.357.933)</b>	<b>8.652.286</b>
Lucro líquido do exercício					405.707	405.707
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>20.010.219</b>	-	-	<b>(10.952.226)</b>	<b>9.057.993</b>
Redução do capital social	24.a	(10.952.226)			10.952.226	-
Lucro líquido do exercício					257.933	257.933
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	24.b		12.897		(12.897)	-
Reserva para Retenção de Lucros	24.b			183.777	(183.777)	-
Dividendos declarados	24.c				(61.259)	(61.259)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>9.057.993</b>	<b>12.897</b>	<b>183.777</b>	-	<b>9.254.667</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstrações dos Fluxos de Caixa***Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**(Em milhares de Reais)*

<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>1.502.313</b>	<b>2.597.646</b>
Lucro (prejuízo) líquido antes dos impostos e contribuições		257.933	405.707
Depreciação e amortização	14	742	704
Resultado na baixa de ativos imobilizados	14	(210)	(8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	(823.380)	(976.738)
Provisão para perdas	9 à 13	446.136	296.320
Provisão para riscos cíveis	21	4.260	4.332
Descontos concedidos	25.c	1.102.977	2.227.096
Despesas financeiras sobre financiamentos	25.b	638.575	842.988
Resultado nas variações cambiais não realizadas	25.e	(111.207)	(115.427)
Resultado da inflação norte americana na cessão de créditos	25.e	(13.513)	(87.328)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) redução dos títulos públicos federais		184.277	(255.149)
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário		612.007	(62.686)
(Aumento) redução dos recebíveis por cessão de créditos		611.334	418.823
(Aumento) redução de créditos adquiridos		2.787	(2.345)
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos		41.030	44.407
(Aumento) redução de créditos vinculados – SFH		(800.773)	264.313
(Aumento) redução de outros créditos a receber		12.359	167.414
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar		(45.499)	(77.013)
Aumento (redução) de obrigações com pessoal		495	435
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores		(1.726)	(1.715)
Aumento (redução) de obrigações tributárias		600	115
Aumento (redução) de obrigações por repasse		3.407	4.751
Aumento (redução) de obrigações com mutuários		(73.325)	(46.526)
Aumento (redução) de demais obrigações		5.621	4.842
Aumento (redução) em passivos relacionados a ativos		(872)	(6.346)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>2.054.035</b>	<b>3.050.966</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado		(996)	(835)
Alienação de imobilizado		212	9
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(784)</b>	<b>(826)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de financiamentos		(1.721.944)	(1.619.663)
Juros pagos por financiamentos		(615.311)	(712.154)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>(2.337.255)</b>	<b>(2.331.817)</b>
<b>Varição líquida do caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(284.004)</b>	<b>718.323</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>			
No início do exercício		855.230	136.907
No fim do exercício		571.226	855.230
<b>Aumento / (Redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(284.004)</b>	<b>718.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

#### 1. Contexto operacional

---

##### a) *Introdução*

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 03 de março de 2010 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70070-902.

##### b) *Informações sobre a constituição e forma de atuação*

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

---

### **a) Base de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que visam adequar as normas contábeis aplicadas no Brasil às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

A aprovação e autorização para conclusão e publicação destas demonstrações contábeis foram concedidas pela Administração por meio da Diretoria Executiva em 4 de abril de 2013 e pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2013.

### **b) Continuidade**

A Administração avaliou a viabilidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que a EMGEA possui recursos financeiros para dar continuidade a suas atividades em um cenário projetado contemplando no mínimo o prazo de 1 (um) ano. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando diante dos objetivos para a qual foi constituída conforme mencionado na Nota nº 1. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

### **c) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, principalmente, dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos não circulantes mantidos para venda, conforme critérios descritos nas Notas 3.c e 3.h, respectivamente.

### **d) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da EMGEA. As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **e) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Os ajustes originários das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os itens patrimoniais mais relevantes sujeitos a essas estimativas são os seguintes:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 3.c);

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3.e);
- Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 3.f);
- Provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar (Nota 3.k);
- Provisão para desvalorização dos ativos não circulantes mantidos para venda, quando o valor contábil dos bens excede o valor justo (Nota 3.h);
- Provisão para riscos cíveis (Nota 3.j).

### **3. Principais práticas contábeis**

---

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a) Reconhecimento de receitas e despesas**

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da EMGEA, a saber:

Receita líquida de juros e de atualização monetária – As receitas e as despesas de juros e atualização monetária decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros e atualização monetária, são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, observando-se as condições previstas nos itens “3.c” e “3.e” abaixo. Vide detalhamento na Nota 25.

Receita de taxas e comissões – Refere-se às taxas e comissões para cobertura de riscos de crédito e administração de contratos, relativas às operações de créditos imobiliário, reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, e às rendas de encargos moratórios por atraso, considerando os aspectos mencionados na Nota 25.a.

#### **b) Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional nas datas dos balanços (Nota 7).

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos monetários são reconhecidos no resultado do exercício (Nota 25.e).

#### **c) Instrumentos financeiros não derivativos ativos e passivos**

##### *i. Ativos financeiros não derivativos*

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A EMGEA classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Na data das demonstrações contábeis somente as categorias a seguir possuíam ativos financeiros registrados para as quais detalhamos o critério de mensuração:

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a EMGEA gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado incluem principalmente o caixa e os equivalentes de caixa (Notas 3.d e 4) e os Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5).

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os recebíveis de mutuários do sistema financeiro de habitação (Notas 3.e e 6), créditos vinculados ao SFH (Notas 3.f e 11), recebíveis por cessão de créditos (Notas 3.g e 7) e outros créditos (Notas 9 e 12).

- ii. Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (“impairment”)*

Em cada data de balanço, a EMGEA avalia o saldo contábil líquido dos ativos financeiros com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o saldo contábil líquido ao valor recuperável.

Nas notas a seguir estão sendo destacados os aspectos detalhados do reconhecimento e mensuração da redução ao valor recuperável para cada grupo de ativos financeiros não derivativos relevantes, quando aplicável.

- iii. Passivos financeiros não derivativos*

A EMGEA classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos incluem principalmente os financiamentos (Nota 15), obrigações com mutuários (Nota 20), fornecedores (Nota 17) e outras contas a pagar (Nota 22).

- iv. Baixa de ativos e passivos financeiros*

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

v. *Instrumentos financeiros derivativos*

Referem-se a operações realizadas no mercado futuro de derivativos registradas na rubrica Títulos e Valores Mobiliários pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Nota 5).

d) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que são usados pela Empresa para atender a compromissos de curto prazo (Nota 4).

e) *Recebíveis de mutuários e redução ao valor recuperável*

Recebíveis de mutuários incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, relativos a operações de créditos imobiliários realizadas originalmente pela CAIXA e cedidas à EMGEA.

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas efetivas de juros de acordo com a fluência dos prazos contratuais das operações e deduzida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. A partir desse momento, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento do mutuário.

i. *Redução ao valor recuperável dos recebíveis de mutuários (“impairment”)*

• **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada de acordo com o provável valor de realização dos créditos. A Administração revisa periodicamente sua carteira de operações de crédito imobiliário a mutuários e outros recebíveis, para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações. Nas análises, entre outros aspectos, são considerados agrupamentos de operações com características de riscos semelhantes, qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

Ao avaliar o valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas dos valores de perdas incorridos, probabilidade de inadimplência e prazo de recuperação, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas. Também são consideradas as influências econômicas que possam afetar a carteira de créditos.

Adicionalmente, são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos de operações de crédito imobiliário, de responsabilidades de mutuários pessoas físicas firmados com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e de pessoas jurídicas. Para os recebíveis de mutuários que atingem a faixa acima de 360 dias de atraso, é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa do total do valor contábil, com exceção da parcela do saldo que possui cobertura de responsabilidade do FCVS.

A Administração monitora periodicamente os contratos individualmente para detectar as perdas específicas. Os resultados dessas análises, com base principalmente no comportamento histórico das operações, são utilizados como indicadores para avaliar e permitir que a Administração verifique se as provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As reversões subsequentes de provisão, por recuperação ou liquidação da dívida, são apresentadas na demonstração de resultado e creditadas na rubrica Provisões (reversões) líquidas do grupo Ganhos (Perdas) com Ativos Financeiros.

A apuração das estimativas com a redução ao valor recuperável de financiamentos a mutuários é divulgada com mais detalhes nas Notas 6.c e 6.d.

- **Perdas decorrentes de execução de garantias**

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.

Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Perdas em operações de adjudicações e arrematação.

- **Perdas decorrentes de reestruturação (renegociação) de contratos**

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos originais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em “perdas com ativos financeiros”.

A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito no item anterior.

- **Perdas decorrentes por incentivo a liquidações antecipadas**

A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em “perdas com ativos financeiros”.

- ii. *Baixa*

Os ativos e as correspondentes provisões são baixados quando há remota probabilidade de recuperação.

A recuperação de valores previamente baixados é reconhecida na demonstração de resultados em “outras receitas operacionais”.

***f) Créditos vinculados – SFH e redução ao valor recuperável***

Créditos vinculados ao SFH se referem aos valores residuais de contratos habitacionais encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União.

***i. Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)***

A gestão de créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) objetiva tornar líquido e certo o valor devido pela Empresa, para permitir que a União possa saldá-lo com títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional. A realização desses créditos compreende as etapas de habilitação, validação e novação dos créditos, conforme a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 e legislações sucedâneas.

A Administração da EMGEA implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Dessa forma a provisão para créditos com o FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, considerando-se o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. A apuração das estimativas relacionadas ao valor de FCVS a receber é divulgada com mais detalhes na Nota 11.

***g) Recebíveis por cessão de créditos***

Recebíveis por cessão de créditos se referem aos créditos em moeda estrangeira (US\$) junto a Itaipu Binacional, transferidos pela União à EMGEA com a finalidade de aumento do capital social. Referidos créditos são atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação do fator de inflação, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União. Os recursos se destinam ao pagamento do fluxo mensal de prestações do passivo da EMGEA para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os saldos são convertidos em R\$ pelo valor de realização nas datas dos balanços e não há inadimplência desses recebíveis e nenhum outro indicador de imparidade (Nota 7).

***h) Ativos não circulantes mantidos para a venda***

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria e o seu valor líquido de venda é mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vender o bem.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em “Provisões para desvalorizações” na demonstração consolidada do resultado.



Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas provisões.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em “Lucro na alienação de bens não de uso”, quando positiva, e em “Prejuízo na alienação de imóveis”, quando negativa.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 10).

#### ***i) Ativo imobilizado***

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 14).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, máquinas e equipamentos	10 anos
Sistemas de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

#### ***i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### ***j) Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço quando existe uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base nas melhores estimativas disponíveis.

#### ***i. Provisão para riscos cíveis***

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Uma provisão deve ser reconhecida quando:
  - a. A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
  - b. Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
  - c. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A apuração das provisões relacionadas a passivos contingentes é divulgada na Nota 21.

#### ***k) Impostos e contribuições correntes e diferidos***

##### *i. Tributos correntes*

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados na demonstração de resultados incluídos nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem (Nota 25).

##### *ii. Tributos diferidos*

A EMGEA não registra nenhum ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças intertemporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social em razão da ausência de perspectivas tributárias futuras de realização desses valores.

##### *iii. Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no exercício corrente foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão vem sendo ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização, o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos à taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/95 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a compensar estão divulgados na Nota 13.

#### ***l) Outros ativos e passivos***

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pró-rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

#### **4. Caixa e equivalentes de caixa**

---

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	748	654
Operações Compromissadas – BB (i)	3.790	31.203
Operações Compromissadas – CAIXA (ii)	14.334	-
Fundo BB Extramercado (iii)	552.354	823.373
<b>Total</b>	<b>571.226</b>	<b>855.230</b>

i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 Fundo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A.

ii) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela CAIXA Econômica Federal.

iii) Refere-se ao valor das cotas referentes ao Fundo BB Extramercado com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média anual bruta foi de aproximadamente 9,17% em 2012 (11,4% em 2011).

## 5. Títulos e valores mobiliários

Apresentamos abaixo as informações referentes à carteira de títulos e valores mobiliários mantidos por meio de fundo de investimento exclusivo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como a sua forma de classificação:

### i. Em 31 de dezembro de 2012:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de	Valor de	Ganhos / (perdas)	Faixas de
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	46.248	46.261	13	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	26.554	26.589	35	7 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN) - garantia	-	152	-	01.04.2013
Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F)	14.260	14.260	-	até 06 meses
<b>Total</b>	<b>87.062</b>	<b>87.262</b>	<b>48</b>	

O Fundo operou no mercado de derivativos até o limite das posições detidas a vista, com o objetivo de adequar a carteira à política de investimento, cujas operações no mercado futuro estavam distribuídas em 31 de dezembro de 2012 conforme quadro a seguir:

Futuros	Ativo	Passivo	Valor de referência	Faixas de vencimento
DI 1 (i)	1	-	5.222	7 a 12 Meses
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>5.222</b>	

(i) As operações de mercado futuro foram registradas pelo fundo na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa S.A e apresentaram um resultado líquido de R\$ (259) no período.

BB Extramercado Exclusivo 31 Fundo de Investimento Renda Fixa:

Vencimento (em dias)

Descrição	Custo	Valor de	Até 365	Acima de
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	18.512	18.899	6.734	12.165
Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F)	5.065	5.459	-	5.459
<b>Total</b>	<b>23.577</b>	<b>24.358</b>	<b>6.734</b>	<b>17.624</b>

### ii. Em 31 de dezembro de 2011:

BB Extramercado Exclusivo 31 Fundo de Investimento Renda Fixa:

Vencimento (em dias)

Descrição	Custo	Valor de	Até 365	Acima de 365
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	295.870	295.897	10.789	285.108
<b>Total</b>	<b>295.870</b>	<b>295.897</b>	<b>10.789</b>	<b>285.108</b>

O Fundo não operou no mercado de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. No exercício de 2011, o resultado das operações de instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 8.236.

## 6. Recebíveis de mutuários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

### a) Composição da carteira de crédito imobiliário

Descrição	31.12.2012		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo devedor (i)	1.912.889	4.035.890	5.948.779
Valores a receber (ii)	11.986.454	-	11.986.454
Rendas a apropriar (nota 3e)	(5.755.470)	(194.351)	(5.949.821)
Diferencial de juros (iii)	(187.216)	(92.670)	(279.886)
Fundo de equalização (iv)	(618.279)	-	(618.279)
Outros valores (v)	(45.841)	5.504	(40.337)
<b>Subtotal</b>	<b>7.292.537</b>	<b>3.754.373</b>	<b>11.046.910</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.063.863)	(1.301.189)	(7.365.052)
<b>Total</b>	<b>1.228.674</b>	<b>2.453.184</b>	<b>3.681.858</b>

Descrição	31.12.2011		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo devedor (i)	3.314.302	4.082.281	7.396.583
Valores a receber (ii)	12.247.854	-	12.247.854
Rendas a apropriar (nota 3e)	(6.006.656)	-	(6.006.656)
Diferencial de juros (iii)	(141.178)	(168.208)	(309.386)
Fundo de equalização (iv)	(581.354)	-	(581.354)
Outros valores (v)	10.020	4.832	14.852
<b>Subtotal</b>	<b>8.842.988</b>	<b>3.918.905</b>	<b>12.761.893</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.756.932)	(1.431.499)	(8.188.431)
<b>Total</b>	<b>2.086.056</b>	<b>2.487.406</b>	<b>4.573.462</b>

i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.

ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.

iii) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

iv) O Fundo de Equalização corresponde ao valor de uma reserva transferida pela CAIXA, na época da constituição da EMGEA, para a cobertura dos descontos quando concedidos para contratos amparados em legislação específica, cuja origem de recursos se refere a repasses do FGTS. A regra de utilização desse Fundo estabelece que 50% dos prejuízos gerados nas operações de crédito oriundas de empreendimentos com condições especiais definidas pelo Voto CAIXA nº 25/97 serão amortizados até o limite do saldo do Fundo, e o restante será amortizado pelo detentor do crédito.

v) Outros valores incluem os saldos de vendas parceladas de imóveis e valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

**b) Distribuição por tipo de financiamento**

A composição do saldo é a seguinte:

*i. Em 31 de dezembro de 2012:*

<b>Descrição</b>	<b>Com cobertura do</b>	<b>Sem cobertura do</b>	<b>Total</b>
Pessoa física	1.333.061	6.988.012	8.321.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(571.474)</u>	<u>(4.616.924)</u>	<u>(5.188.398)</u>
<b>Total pessoa física</b>	<b>761.587</b>	<b>2.371.088</b>	<b>3.132.675</b>
Pessoa jurídica - Setor privado	-	3.208.444	3.208.444
Pessoa jurídica - Setor público	-	176.009	176.009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.175.904)	(2.175.904)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa- Fundo de equalização	-	(750)	(750)
	-	<u>(618.279)</u>	<u>(618.279)</u>
<b>Total pessoa jurídica</b>	-	<b>589.520</b>	<b>589.520</b>
Outros valores	-	(40.337)	(40.337)
<b>Total</b>	<b>761.587</b>	<b>2.920.271</b>	<b>3.681.858</b>

*ii. Em 31 de dezembro de 2011:*

<b>Descrição</b>	<b>Com cobertura do FCVS</b>	<b>Sem cobertura do FCVS</b>	<b>Total</b>
Pessoa física	1.596.011	8.265.984	9.861.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(663.562)</u>	<u>(5.094.237)</u>	<u>(5.757.799)</u>
<b>Total pessoa física</b>	<b>932.449</b>	<b>3.171.747</b>	<b>4.104.196</b>
Pessoa jurídica - Setor privado	-	3.202.617	3.202.617
Pessoa jurídica - Setor público	-	263.783	263.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor privado	-	(2.428.731)	(2.428.731)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa- Setor público	-	(1.901)	(1.901)
Fundo de equalização	-	<u>(581.354)</u>	<u>(581.354)</u>
<b>Total pessoa jurídica</b>	-	<b>454.414</b>	<b>454.414</b>
Outros valores	-	14.852	14.852
<b>Total</b>	<b>932.449</b>	<b>3.641.013</b>	<b>4.573.462</b>

**c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A composição por vencimento e perfil da carteira está demonstrada abaixo:

*i. Em 31 de dezembro de 2012:*

<b>Faixa de Atraso</b>	<b>Saldo devedor</b>	<b>Valor da provisão</b>
<b>Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica</b>		
De 0 a 60 dias	2.661.675	469.679
De 61 a 180 dias	295.683	78.329
De 181 a 360 dias	190.665	113.097
Acima de 360 dias	6.494.189	6.273.135
<b>Setor Público</b>		
De 0 a 60 dias	175.105	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	96	-
Acima de 360 dias	751	751
<b>Depósito em juízo</b>	<b>1.228.746</b>	<b>430.061</b>
<b>Total</b>	<b>11.046.910</b>	<b>7.365.052</b>

*ii. Em 31 de dezembro de 2011:*

<b>Faixa de Atraso</b>	<b>Saldo devedor</b>	<b>Valor da provisão</b>
<b>Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica</b>		
De 0 a 60 dias	3.481.940	523.805
De 61 a 180 dias	363.131	114.874
De 181 a 360 dias	316.611	192.518

Acima de 360 dias	6.872.865	6.843.086
<b>Setor Público</b>		
De 0 a 60 dias	261.754	-
De 61 a 180 dias	25	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	2.004	1.901
<b>Depósito em juízo</b>	<b>1.463.563</b>	<b>512.247</b>
<b>Total</b>	<b>12.761.893</b>	<b>8.188.431</b>

**d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

No exercício, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Saldo inicial	(8.188.431)	(9.165.169)
Reversão de provisões	1.627.515	2.146.661
Reforço de provisões	(804.136)	(1.169.923)
Movimentação líquida nas provisões	823.379	976.738
<b>Saldo final</b>	<b>(7.365.052)</b>	<b>(8.188.431)</b>

**7. Recebíveis por cessão de créditos**

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Valores a receber:		
Itaipu Binacional (i)	573.899	525.267
União (ii)	98.573	83.709
<b>Total do circulante</b>	<b>672.472</b>	<b>608.976</b>
Valores a receber:		
Itaipu Binacional (i)	563.924	1.044.447
União (ii)	96.859	166.446
<b>Total do não circulante</b>	<b>660.783</b>	<b>1.210.893</b>
<b>Saldo total a receber de Itaipu Binacional</b>	<b>1.137.823</b>	<b>1.569.714</b>
<b>Saldo total a receber da União</b>	<b>195.432</b>	<b>250.155</b>
<b>Saldo total</b>	<b>1.333.255</b>	<b>1.819.869</b>

(i) Referem-se a créditos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos da América - US\$) da Itaipu Binacional que foram repassados pela União à EMGEA em 31 de maio de 2005, com a finalidade de aumento de capital social. O fluxo de recebíveis está previsto para os meses de setembro a dezembro de cada ano, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF firmado entre a União e a EMGEA.

No exercício, foi apropriada variação cambial positiva no montante líquido de R\$ 167.103 (variação positiva de R\$ 241.097 em 2011).

(ii) Os referidos créditos são atualizados pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América e convertidos em moeda nacional na data do balanço, sendo que os valores resultantes da aplicação desse fator, a partir de 1º de janeiro de 2008, com saldo de R\$ 195.432 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 250.155 em 2011), são de obrigação da União para com a EMGEA, e são liquidados até agosto de cada ano, conforme disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos.

No exercício, foi apropriada variação daquele fator no montante líquido positivo de R\$ 13.514 (R\$ 87.328 positivo em 2011).

Não há inadimplência desses créditos na data das demonstrações contábeis.

Os valores classificados no “Realizável a longo prazo” têm a seguinte distribuição:

<b>Vencimento</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
2013		610.754
2014	660.783	600.139
<b>Total</b>	<b>660.783</b>	<b>1.210.893</b>

**8. Créditos adquiridos**

Referem-se aos créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição *pro solvendo*, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. No exercício de 2012 foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 1.820 (R\$ 2.345 em 2011).

A composição do saldo é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	60.187	62.974
<b>Total</b>	<b>60.187</b>	<b>62.974</b>

(i) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, com vencimento em dezembro de 2013, conforme Quinto Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em janeiro de 2012.

## **9. Outros créditos a receber – Circulante**

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Outros créditos a receber - circulante</b>	<b>184.735</b>	<b>205.775</b>
Movimentação financeira - CAIXA (i)	60.160	67.711
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	47.699	51.433
Débitos em novações de créditos FCVS (iii)	30.170	29.110
Títulos CVS (iv)	17.949	32.716
Débitos remanescentes (v)	11.876	11.832
Valores a apropriar (vi)	9.416	8.554
Indenizações de sinistros a receber (vii)	6.057	2.828
FGTS a receber (viii)	842	1.330
Outros recebíveis (ix)	289	261
Bloqueios judiciais (x)	277	-
<b>Provisões para perdas – circulante</b>	<b>(54.804)</b>	<b>(58.122)</b>
Provisão para perdas no desembolso com execução judicial e extrajudicial	(42.929)	(46.290)
Provisão para perdas débitos remanescentes	(11.875)	(11.832)
<b>Líquido de outros créditos a receber - circulante</b>	<b>129.931</b>	<b>147.653</b>

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.

(iv) Títulos CVS recebidos nas 10ª (Décima) Assunção de Dívida com o FGTS e da negociação com a Economisa.

(v) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(vi) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vii) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(viii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.

(ix) Referem-se, principalmente, à remuneração de seguros a receber decorrente da estipulação da apólice dos contratos de crédito imobiliário.

(x) Referem-se basicamente a valores bloqueados nas disponibilidades da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de financiamentos imobiliários.

## **10. Ativos não circulantes mantidos para venda**

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	316.181	357.211
Provisão para desvalorização	(56.413)	(64.342)
<b>Total</b>	<b>259.768</b>	<b>292.869</b>

A movimentação ocorrida nos exercícios foram as seguintes:

*i. Em 2012:*

<b>Descrição</b>	<b>Bens não de uso</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	357.211
Adições	61.090
Alienações	(102.120)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>316.181</b>

*ii. Em 2011:*

<b>Descrição</b>	<b>Bens não de uso</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	401.618
Adições	88.907
Alienações	(133.314)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>357.211</b>

Estes ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, débitos *propter rem* vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam na necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei 8.666/93.

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

## **11. Créditos vinculados – SFH**

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 14.719.292 (R\$ 13.918.520 em 2011), e provisões de R\$ 3.870.035 (R\$ 3.426.446 em 2011), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A composição do saldo é a seguinte:



Situação dos contratos	31.12.2012		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.312.714	(271.344)	1.041.370
Habilitados e não homologados (ii)	504.823	(135.717)	369.106
Habilitados e homologados (iii)	12.901.755	(3.462.974)	9.438.781
<b>Saldo</b>	<b>14.719.292</b>	<b>(3.870.035)</b>	<b>10.849.257</b>

Situação dos contratos	31.12.2011		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.618.503	(412.923)	1.205.580
Habilitados e não homologados (ii)	463.350	(141.119)	322.231
Habilitados e homologados (iii)	11.836.667	(2.872.404)	8.964.263
<b>Saldo</b>	<b>13.918.520</b>	<b>(3.426.446)</b>	<b>10.492.074</b>

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Em 2012, foram celebrados contratos de novação no valor de R\$ 77.468, sendo R\$ 44.451 em títulos CVS e o restante, no valor de R\$ 33.017, em espécie.

A EMGEA, com base na autorização prevista na MP nº 2.196/2001, de 24 de agosto de 2001, vem realizando permutas dos títulos CVS adquiridos nas novações e negociações, pelo seu valor de face, com o Tesouro Nacional, por outros títulos públicos federais, de maior liquidez. No exercício de 2012 foi efetuada permuta no valor de R\$ 94.613 (R\$ 917.717 em 2011), integralizado ao patrimônio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI.

## 12. Outros créditos a receber – Não circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
<b>Outros créditos a receber - não circulante</b>	<b>335.132</b>	<b>326.453</b>
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (i)	166.351	165.508
Créditos a Receber da União - retenção indevida de IR (ii)	149.587	144.595
Depósitos Judiciais (iii.)	15.116	12.916
PLD - Seguro de Crédito (iv)	4.078	3.434
<b>Provisões para perdas - não circulante</b>	<b>(282.768)</b>	<b>(277.132)</b>
Provisão de créditos a receber da UNIÃO - retenção indevida de IR (v)	(149.587)	(144.595)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes -	(129.103)	(129.103)
Provisão de PLD - seguro de crédito	(4.078)	(3.434)
<b>Líquido de outros créditos a receber - não circulante</b>	<b>52.364</b>	<b>49.321</b>

(i) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(ii) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(iii) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrente de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.

(iv) Perda líquida definitiva – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(v) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 149.587 (R\$ 144.595 em 31 de dezembro de 2011), tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como “possível”.

(vi) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

### 13. Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos dos impostos e das contribuições pagos a maior em exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício apresentam crédito de R\$ 1.715.669 (R\$ 1.670.169 em 2011) que estão deduzidos da provisão no valor de R\$ 126.508 (R\$ 118.352 em 2011), demonstrados a seguir:

Tributos	Saldo em	Acréscimos	Juros	Créditos	Créditos	Saldo em
IRPJ	1.221.562	17.141	51.659	(13.082)	(32.515)	1.244.765
CSLL	445.281	4.534	17.714	-	-	467.529
COFINS	3.213	-	130	-	-	3.343
PASEP	108	-	5	(86)	-	27
IRRF - FOGAG	5	-	-	-	-	5
<b>Total dos créditos</b>	<b>1.670.169</b>	<b>21.675</b>	<b>69.508</b>	<b>(13.168)</b>	<b>(32.515)</b>	<b>1.715.669</b>
Provisão para perdas	(118.352)	(8.156)	-	-	-	(126.508)
<b>Crédito Líquido</b>	<b>1.551.817</b>	<b>13.519</b>	<b>69.508</b>	<b>(13.168)</b>	<b>(32.515)</b>	<b>1.589.161</b>

Para todos os créditos tributários, a Administração encaminhou também Pedidos de Restituição à Receita Federal do Brasil - RFB, que ainda estão pendentes de manifestação daquele Órgão.

A Administração tem expectativa de realização dos créditos tributários nos próximos exercícios, mediante a sua restituição ou compensações com pagamentos de tributos futuros.

Em 2012 foram restituídos pela RFB créditos tributários no valor de R\$ 13.168 referentes a tributos recolhidos a maior de PASEP, no valor de R\$ 86, relativo ao exercício de 2004 e IRRF, no valor de R\$ 13.082, relativo ao exercício de 2009.

### 14. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

*i. Em 31 de dezembro de 2012:*

Bens	Saldo líquido em	Movimentação			Saldo líquido em	Custo em 31.12.2012	Depreciação acumulada
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e	860	200	-	(183)	877	2.268	(1.391)
Sistemas de	1.583	796	(212)	(339)	1.828	5.484	(3.656)
Benfeitorias em	10	-	-	(10)	-	503	(503)
<b>Total</b>	<b>2.453</b>	<b>996</b>	<b>(212)</b>	<b>(532)</b>	<b>2.705</b>	<b>8.255</b>	<b>(5.550)</b>

*ii. Em 31 de dezembro de 2011:*

Bens	Saldo líquido em	Movimentação			Saldo líquido em	Custo em 31.12.2011	Depreciação acumulada
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e	924	130	-	(194)	860	2.068	(1.208)
Sistemas de	1.379	705	(9)	(492)	1.583	4.900	(3.317)
Benfeitorias em	20	-	-	(10)	10	504	(494)
<b>Total</b>	<b>2.323</b>	<b>835</b>	<b>(9)</b>	<b>(696)</b>	<b>2.453</b>	<b>7.472</b>	<b>(5.019)</b>

## 15. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.12.2012	31.12.2011	Vencimento	Encargos
FGTS	8.956.797	10.651.857	2017	TR + juros de 6,234% a.a.
FDS	12.092	15.711	2019	TR + juros de 0,5% a.a.
<b>Total</b>	<b>8.968.889</b>	<b>10.667.568</b>		
Circulante	2.115.299	2.047.880		
Não circulante	6.853.590	8.619.688		

O saldo dos financiamentos classificados no “Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos” tem o seguinte vencimento:

Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
2013		1.946.333
2014	2.082.093	1.977.395
2015	2.079.919	1.975.314
2016	2.078.367	1.973.828
Após 2016	613.211	746.818
<b>Total</b>	<b>6.853.590</b>	<b>8.619.688</b>

Os Contratos mantidos com o FGTS e FDS não contêm condições restritivas financeiras.

## 16. Obrigações com pessoal

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Férias a pagar	1.091	1.103
Salários a pagar	752	606
Participação no lucro - Administradores	353	-
INSS a recolher	486	452
FGTS a recolher	189	215
<b>Total</b>	<b>2.871</b>	<b>2.376</b>

## 17. Obrigações com fornecedores

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
CAIXA – prestação de serviços (i)	16.378	18.495
Pessoal requisitado de terceiros	2.010	1.623
Fornecedores (ii)	800	796
<b>Total</b>	<b>19.188</b>	<b>20.914</b>

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração e de escrituração contábil dos contratos de financiamentos imobiliários, conforme contrato de prestação de serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA.

(ii) Referem-se, principalmente, a contas a pagar relativas aos treinamentos, bens de informática, telefone e outras.

## 18. Obrigações tributárias

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
COFINS	860	724
IRRF	414	319

PASEP	187	157
Impostos e contribuições retidos na fonte	599	259
ISS	5	6
<b>Total</b>	<b>2.065</b>	<b>1.465</b>

## 19. Obrigações por repasses

A composição do saldo é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Valores a ressarcir (i)	18.548	13.921
Seguros a pagar	12.256	13.407
FCVS a pagar	156	216
Subsídios contratos do FGTS - Resolução CC FGTS 289/1998 (ii)	44	53
<b>Total</b>	<b>31.004</b>	<b>27.597</b>

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Tratam-se de valores a serem restituídos ao FGTS relativo ao subsídio concedido aos mutuários detentores de financiamentos habitacionais contratados na forma da resolução CC FGTS 289/1998, em função desses contratos terem sido liquidados antecipadamente, amortizados extraordinariamente ou transferidos.

## 20. Obrigações com mutuários

A composição dessa rubrica se refere basicamente aos valores referentes a prestações recebidas a maior ou oriundos dos pagamentos antecipados e às pendências de arrecadação credoras:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Pendências de arrecadação e cadastro (i)	86.502	114.432
Diferença de prestações pagas a maior	70.915	72.697
Valores a apropriar (i)	16.427	14.232
FGTS-SFH - quotas utilizadas na prestação	2.828	2.952
Créditos pendentes (ii)	58	45.742
<b>Total</b>	<b>176.730</b>	<b>250.055</b>

(i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9.

(ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Em 2012 ocorreu reclassificação do saldo dos contratos de pessoa jurídica setor privado para conta retificadora do ativo.

## 21. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

### a) Contingências cíveis – Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 20.384 (R\$ 16.124 em 2011), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

Em 2012:

<b>Descrição</b>	<b>Ações cíveis</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.124
Adições	8.680
Reversões	(4.420)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>20.384</b>

Em 2011:

<b>Descrição</b>	<b>Ações cíveis</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.791
Adições	8.745
Reversões	(4.412)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>16.124</b>

#### ***b) Contingências – Risco possível***

Não há outras contingências classificadas como de risco possível.

## **22. Demais obrigações**

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Ajuste de cessão CAIXA/EMGEA (i)	94.715	89.094
<b>Total</b>	<b>94.715</b>	<b>89.094</b>

(i) Refere-se aos valores de pendências originárias dos Contratos de Cessão celebrados entre a CAIXA, a EMGEA e a União, aguardando ajuste entre as Instituições. Os valores são atualizados com base na Taxa Referencial (TR) e na taxa de juros de 6% a.a, conforme acordado entre as partes.

## **23. Passivos relacionados a ativos mantidos para venda**

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Desembolso com Imóveis não de uso	8.596	9.244
Tarifa de administração de imóveis não de uso	964	1.189

<b>Total</b>	<b>9.560</b>	<b>10.433</b>
--------------	--------------	---------------

## 24. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

De acordo com o despacho do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, datado de 11 de dezembro de 2012, foi autorizada a redução do Capital Social da EMGEA, mediante a absorção de prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 10.952.226, conforme discriminado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Capital Social</b>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>20.010.219</b>
Absorção dos prejuízos acumulados	(10.952.226)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>9.057.993</b>

Dessa forma, o Capital Social da EMGEA, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

### b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal e reserva de retenção de lucros:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>196.674</b>
Reserva legal	12.897
Reserva de retenção de lucros	183.777

A reserva legal, no valor de R\$ 12.897, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2012.

A reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 183.777, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do exercício para a reserva legal e dividendo mínimo obrigatório (vide Nota 24.c), e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos conforme Proposta de Orçamento de Capital destinados à aquisição de novos créditos junto a instituições financeiras federais, aprovado pela Administração por meio do VOTO CA nº 02/2013. Estes investimentos terão por objetivo a diversificação da atual carteira de créditos da Empresa de forma a maximizar a rentabilidade de suas operações.

### c) Dividendos

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da EMGEA, de no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

Em 18 de março de 2013, conforme deliberação do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2012 no valor de R\$ 61.259, fundamentada na destinação do resultado aprovada pelo VOTO CA nº 03/2013, de 08 de março de 2013.

#### Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2012:

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>257.933</b>
Reserva legal 5%	(12.897)
<b>Base para cálculo do dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>245.036</b>
Dividendo mínimo obrigatório 25%	(61.259)

## 25. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados

### a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos valores de juros e demais receitas acumulados no exercício, calculados pelo método dos juros efetivos, sobre o saldo devedor das operações de crédito imobiliário e créditos com o FCVS:

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (i)	562.438	1.161.230
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (ii)	642.755	651.851
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (i)	80.513	312.571
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (ii)	38.939	146.562
Receitas de taxas e comissões e encargos moratórios (iii)	315.800	342.212
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(2.052)	(2.338)
<b>Totais</b>	<b>1.638.393</b>	<b>2.612.088</b>

(i) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,75% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, e de 10,01% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).

(ii) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(iii) Referem-se às taxas para cobertura de riscos de crédito e administração dos contratos, relativas às operações de créditos imobiliários, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso.

#### ***b) Despesas com juros e similares***

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos encargos de juros acumulados no exercício, calculados pelo método de taxa efetiva de juros, e demais despesas apropriadas sobre o saldo devedor dos passivos financeiros com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Atualmente, esses saldos são corrigidos com base na TR e juros de até 6,234% ao ano.

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Despesas com juros	(609.093)	(706.738)
Despesas com atualização monetária	(29.482)	(136.718)
Despesas com taxas e comissões	-	(39)
<b>Totais</b>	<b>(638.575)</b>	<b>(843.495)</b>

#### ***c) Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros***

Os ganhos e as perdas com ativos financeiros incluem os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas, bem como os descontos concedidos nas operações de reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas e prejuízos apurados nas operações de arrematação e adjudicação de imóveis.

##### *i. Provisões (reversões) líquidas*

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Resultado da provisão para créditos de liquidação	823.378	976.739
Provisão para perdas na novação de dívidas com o FCVS	(443.589)	(283.095)
<b>Totais</b>	<b>379.789</b>	<b>693.644</b>

##### *ii. Descontos concedidos*

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contratos com cobertura do FCVS	(39.346)	(53.107)
Contratos sem cobertura do FCVS	(917.558)	(1.380.364)
<b>Total pessoa física</b>	<b>(956.904)</b>	<b>(1.433.471)</b>
Pessoa jurídica	(146.073)	(793.625)
<b>Total dos descontos</b>	<b>(1.102.977)</b>	<b>(2.227.096)</b>

**d) Outras receitas (despesas) operacionais**

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>29.637</b>	<b>42.513</b>
Receitas com renegociação de carteiras - agentes cedentes (i)	-	3.598
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	13.251	13.128
Recuperação de despesas - mutuários em execução	5.627	6.775
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários	1.360	2.255
Recuperação de créditos comerciais	1.029	2.189
Créditos adquiridos - agentes cedentes	-	8.394
Recebimento em espécie - novações FCVS	123	6.284
Receitas de financiamentos de vendas parceladas de imóveis	8.997	1.267
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP e COFINS	(750)	(1.377)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(79.094)</b>	<b>(83.041)</b>
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de equalização	(37.640)	(45.139)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(22.599)	(20.172)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(18.727)	(17.006)
Despesas com manutenção de créditos imobiliários	(128)	(724)
<b>Total de outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(49.457)</b>	<b>(40.528)</b>

(i) Valores adquiridos de Agentes Cedentes decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras imobiliárias.

**e) Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros**

**i. Provisão para perdas com outros ativos financeiros**

Inclui os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas:

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(4.992)	(6.746)
Provisão (reversão) para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira – CAIXA	(2.289)	929
Provisão - perda líquida definitiva	(644)	(1.047)
Provisão para débitos remanescentes em operação de arrematação imóveis	(44)	5.933
Provisão (reversão) para perdas nos desembolsos com execução	3.361	3.987
Provisão (reversão) para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	-	(29.162)
Provisão (reversão) para perdas – créditos devolvidos Agentes	-	95.298
<b>Totais</b>	<b>(4.608)</b>	<b>69.192</b>

**ii. Variações cambiais (líquidas)**

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos e as perdas nas conversões do saldo dos itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, relativas aos recebíveis por cessão de créditos de responsabilidade de Itaipu Binacional e da União.

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ganhos com variações cambiais	395.252	592.202
Perdas com variações cambiais	(228.149)	(351.105)
<b>Total</b>	<b>167.103</b>	<b>241.097</b>

**iii. Outras receitas (despesas) operacionais**

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ganhos - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	21.891	87.328
Perdas - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	(8.377)	-
Resultado - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América (i)	13.514	87.328
Valores a receber – Entes da Federação	1.820	2.345
Valores a receber – IR Itaipu	4.992	6.746



Valores a receber – FCVS	937	1.959
Remuneração por intermediação de seguro habitacional	1.419	1.710
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(202)	(243)
<b>Total</b>	<b>22.480</b>	<b>99.845</b>

(i) Refere-se ao resultado da aplicação do fator de atualização, com base na inflação dos Estados Unidos da América, sobre o saldo dos recebíveis da Itaipu Binacional, relativos à cessão de créditos da União.

**f) Receitas com tributos a recuperar**

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar, bem como as reversões de provisão apropriadas no exercício.

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Provisão (reversão) de provisão sobre impostos a recuperar	(8.156)	18.725
Juros compensatórios sobre impostos a recuperar	69.505	93.559
<b>Total</b>	<b>61.349</b>	<b>112.284</b>

**g) Resultado líquido com ativos mantidos para venda**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro na alienação de imóveis não de uso	66.063	62.060
Despesas com laudo de avaliação	(2.598)	(2.298)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(4.555)	(8.231)
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(12.584)	(11.776)
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(21.234)	(23.376)
Provisão para desvalorização de imóveis não de uso	7.929	(4.916)
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(6.111)	(5.741)
<b>Total</b>	<b>26.910</b>	<b>5.722</b>

**h) Despesas administrativas**

A composição da rubrica “Despesas administrativas” está demonstrada a seguir:

*i. Despesas com pessoal*

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Salários e gratificações	(7.454)	(7.017)
Encargos sociais - INSS / FGTS	(2.984)	(2.980)
Férias e 13º salário	(1.668)	(1.836)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(1.081)	(852)
Auxílio alimentação	(422)	(366)
Treinamento de pessoal	(427)	(375)
Participação no lucro - Administradores	(353)	-
Assistência médica e social	(160)	(123)
Rescisões contratuais	(56)	(48)
Mudanças com ajuda de custo e auxílio moradia	(10)	(3)
<b>Total</b>	<b>(14.615)</b>	<b>(13.600)</b>

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

*ii. Outras despesas administrativas*

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Tarifa de prestação de serviços - CAIXA (i)	(194.751)	(210.147)
Reembolso aos órgãos de origem – pessoal requisitado	(11.785)	(11.122)
Serviços de terceiros (ii)	(4.809)	(4.931)
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(1.044)	(875)
Depreciação	(742)	(704)
Despesas gerais (associação de classe, representação e outros)	(616)	(603)
Utilidades e serviços	(552)	(558)
Diárias de viagens	(348)	(475)
Passagens aéreas e rodoviárias	(303)	(294)
Reembolso e hospedagem	(123)	(9)
Propaganda, publicidade e divulgação	(247)	(174)
Material de consumo	(46)	(43)
Segurança e medicina no trabalho	(20)	(19)
Taxas e contribuições locais	(7)	(7)
Créditos de impostos sobre aluguel e energia - PASEP/COFINS	105	86
<b>Total</b>	<b>(215.288)</b>	<b>(229.875)</b>

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA pela prestação de serviços de administração e contabilização das operações cedidas à EMGEA, conforme Contrato de Prestação de Serviços, firmado com aquela Instituição.

(ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, consultoria tributária, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

### *i) Resultado financeiro*

#### *i. Outras Receitas financeiras*

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	60.197	55.531
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	9.217	6.904
Receitas sobre levantamentos de depósitos judiciais -	577	898
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e valores mobiliários	1.689	1.234
IOF - Imposto sobre operação financeira	-	(1.777)
<b>Total</b>	<b>71.680</b>	<b>62.790</b>

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

#### *ii. Outras Despesas financeiras*

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (i)	(6.034)	(4.957)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (ii)	(10)	(37)
Tarifas bancárias	(4)	(7)
<b>Total</b>	<b>(6.048)</b>	<b>(5.001)</b>

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(ii) Referem-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

## **26. Ativos e passivos fiscais**

### *a) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social*

Em razão da apuração do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2011 e 2012.

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>257.933</b>	<b>257.933</b>	<b>405.707</b>	<b>405.707</b>
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(64.483)	(23.214)	(101.427)	(36.514)

<b>Efeitos tributários das adições e exclusões</b>	<b>105.671</b>	<b>38.042</b>	<b>264.311</b>	<b>95.152</b>
- Provisão (reversão) para PCLD	206.938	74.498	245.697	88.451
- Provisão (reversão) perdas Novação FCVS	(100.496)	(36.179)	(75.314)	(27.113)
- Provisão (reversão) débitos remanescentes	(11)	(4)	1.483	534
- Provisão (reversão) desvalorização imóveis	1.982	713	(1.229)	(442)
- Provisão (reversão) pendências de repasses	(987)	(355)	(7.883)	(2.838)
- Provisão (reversão) perdas outros créditos	(3.287)	(1.183)	26.868	9.672
- Provisão (reversão) rendas a apropriar	2.688	968	77.019	27.727
- Provisão (reversão) para causas	(1.065)	(383)	(1.083)	(390)
- Despesas indedutíveis	(91)	(33)	(1.247)	(449)
<b>Efeito tributário compensação prejuízos</b>	-	-	-	-
Efeito tributário do prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	-
Ajuste do adicional (10% de R\$ 240.000,00)	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	-
<b>Receita/(Despesa) total de IRPJ e CSLL</b>	<b>41.188</b>	<b>14.828</b>	<b>162.884</b>	<b>58.638</b>

**b) Ativo fiscal diferido não ativado**

<b>Diferenças temporárias</b>	<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo em 31.12.2012</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.828.912	227	283.831	1.545.308
Provisão para perdas na novação do FCVS	1.104.254	136.674	-	1.240.928
Provisão para débitos remanescentes	114.942	18.059	18.044	114.957
Provisão para pendências de repasses	34.956	1.342	1.487	34.811
Provisão para desvalorização de imóveis	20.017	-	2.696	17.321
Provisão para perdas na alienação de imóveis	2.693	-	-	2.693
Provisão para causas contingenciais	5.482	1.618	170	6.930
Provisão para perdas de créditos tributários	86.593	4.470	-	91.063
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>3.197.849</b>	<b>162.390</b>	<b>306.228</b>	<b>3.054.011</b>
Prejuízo fiscal / base negativa	1.066.452	56.016	-	1.122.468
<b>Créditos tributários não ativados</b>	<b>4.264.301</b>	<b>218.406</b>	<b>306.228</b>	<b>4.176.479</b>
Imposto de renda	3.135.515	160.593	225.167	3.070.940
Contribuição social	1.128.786	57.813	81.061	1.105.539

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos passados.

**27. Remuneração a colaboradores**

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Em R\$1,00</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Comissionados</b>		
Maior remuneração	17.586,02	16.359,09
Menor remuneração	4.249,73	3.953,24
Remuneração média	8.776,54	7.126,26
<b>Dirigentes</b>		
Presidente	34.333,18	24.541,34
Diretoria:		
Maior remuneração	32.698,26	21.595,63
Menor remuneração	29.964,96	21.595,63
Remuneração média	31.385,27	21.595,63

<b>Conselheiros</b>		
Conselho Fiscal	3.138,53	2.218,47
Conselho de Administração	3.138,53	2.218,47

## 28. Partes relacionadas

### a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

### b) Operações com Administradores

Descrição	2012	2011
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	967	775
Conselho de Administração	190	128
Conselho Fiscal	113	78
<b>Total</b>	<b>1.270</b>	<b>981</b>

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina (2012 e 2011).

### c) Transações com partes relacionadas

#### i. Entidade/Operações

Entidades/operações	2012		2011	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
<b>Secretaria do Tesouro Nacional</b>				
Itaipu binacional (i)	1.137.823	167.103	1.569.715	241.097
União (i)	195.433	13.514	250.154	87.327
Dividendos a pagar (ii)	(61.259)	-	-	-
<b>Fundos e Programas</b>				
FCVS (iii)	10.849.257	238.105	10.492.074	515.317
FGTS (iv)	(8.956.796)	(638.462)	(10.651.857)	(843.087)
FAHBRE (iv)	-	-	-	(75)
FDS (iv)	(12.092)	(112)	(15.711)	(295)
<b>Caixa Econômica Federal (v)</b>				
Conta corrente	393	(3)	375	(6)
Valores a receber	60.160	9.217	67.710	6.903
Prestação de serviços	(17.342)	(207.335)	(19.684)	(221.923)
Valores a pagar	(27.144)	(6.034)	(23.165)	(4.957)
Aplicações financeiras (vi)	101.595	3.662	-	-
<b>Banco do Brasil S/A</b>				
Depósito à vista	355	-	279	(1.777)
Aplicações financeiras (vi)	682.226	56.535	1.150.473	55.531

(i) Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF, firmado entre a União e a EMGEA, por meio do qual foram transferidos à EMGEA créditos em moeda estrangeira (USD\$), atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América.

(ii) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios, calculado no percentual de 25%, consoante Art. 16 do Estatuto Social.

(iii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR).

(iv) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e instituições financeiras credoras do Fundo de Apoio à Produção de Habitações de Baixa Renda (FAHBRE). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,234% ao ano (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS). No exercício de 2011 foi efetuada a liquidação da dívida perante o FAHBRE.

(v) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de

Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(vi) A EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM) e da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

#### *d) Empregados cedidos de órgãos externos*

<b>Órgão de origem</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa Econômica Federal - CAIXA	9.754	7.659
Banco do Brasil - BB	1.239	2.714
Controladoria Geral da União - CGU	290	314
Secretaria Tesouro Nacional - STN	292	284
Ministério do Planejamento Orçamento - MPO	106	90
Previdência Social - INSS	104	61
<b>Total</b>	<b>11.785</b>	<b>11.122</b>

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem, conforme evidenciado na Nota 25.e.

## **29. Gerenciamento de Riscos**

A EMGEA está exposta aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e sua Administração adota política conservadora no processo de gerenciamento destes riscos.

A gestão dos riscos, inerentes ao exercício de suas atividades, visa contribuir para o adequado equilíbrio entre a sua exposição e o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

#### *a) Risco de Crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os montantes dos ativos sujeitos ao risco de crédito e respectivas exposições encontram-se detalhados nas Notas 4 a 8, 11 e 13, e sintetizados no quadro a seguir:

<b>ATIVO</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	571.226
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	111.620
Créditos Imobiliários (Nota 6)	3.681.858
Recebíveis de Cessão de Créditos (Nota 7)	1.333.255
Créditos Adquiridos (Nota 8)	60.187
Créditos FCVS (Nota 11)	10.849.257
Crédito Tributário (Nota 13)	1.589.161
<b>TOTAL</b>	<b>18.196.564</b>

Conforme mencionado na Nota 1.b, a EMGEA, quando de sua constituição, tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Com isso, a definição do risco de crédito na concessão desses créditos foi operacionalizada pela instituição originária, a CAIXA, de acordo com a sua política institucional.

Na EMGEA, a mensuração e classificação do risco de crédito dos recebíveis de mutuários e devedores decorrentes das operações de créditos imobiliários e demais operações de crédito são efetuados de acordo com o provável valor de realização dos créditos baseados nas estimativas dos impactos das medidas negociais implementadas pela Empresa para sua recuperação. Adicionalmente, são considerados os dias de atrasos para atribuição dos níveis de provisão sobre o

valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos. O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso da provisão para perda por recuperabilidade e o montante é reconhecido no resultado, demonstrado na rubrica “perdas com ativos financeiros”. Esse montante provisionado nas demonstrações contábeis, de acordo com a avaliação da Administração que leva em conta principalmente o histórico da efetividade das perdas de crédito, é suficiente para fazer face ao potencial de risco contido na carteira atualmente registrada nas demonstrações contábeis (Vide Nota 3.e).

Não houve aquisições ou incorporações de outras carteiras de crédito além daquelas já mencionadas.

Com relação aos ativos financeiros mantidos como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, para mitigar o risco de crédito, a EMGEA mantém tais recursos no Banco do Brasil e CAIXA e em fundos de investimento, administrados por tais instituições, cujas carteiras são lastreadas por títulos públicos federais.

#### **b) Risco de Mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado do instrumento financeiro e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Os montantes, as taxas médias de juros e respectivos indexadores dos ativos e passivos da EMGEA estão sintetizados no quadro a seguir:

<b>Balanco Patrimonial 2012</b>					
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
Disponibilidades	682.846	IRFM-1	Financiamentos (FGTS)	8.968.889	TR+6,2%
Créditos	3.681.858	TR+9,0% a.a.	Outros Passivos	417.776	TR+6% a.a.
Créditos FCVS	10.849.257	TR+4,7% a.a.	Patrimônio Líquido	9.254.667	-
Recebíveis por	1.333.255	Variação			
Créditos Adquiridos	60.187	TR+4,7% a.a.			
Crédito Tributário	1.589.161	Selic			
Outros Ativos	444.768	-			
<b>TOTAL</b>	<b>18.641.332</b>		<b>TOTAL</b>	<b>18.641.332</b>	

#### **i. Risco de Taxa de Juros**

A mensuração das perdas ou ganhos decorrentes da exposição ao risco de taxas de juros das aplicações financeiras da EMGEA é realizada pelas instituições financeiras que administram os fundos de investimento e os resultados registrados diariamente em suas cotas, conforme as normas estabelecidas para esta modalidade de ativo.

O método adotado para a mensuração e o controle do risco de mercado dos fundos de investimento é o modelo estatístico Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*) que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 (um) dia e nível de confiança de 95%.

Os montantes das aplicações financeiras em fundos de investimento e respectivas perdas máximas esperadas, na posição de 31.12.2012, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

<b>Disponibilidades - Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento</b>			
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>VaR (Value at Risk)</b>	<b>Perda máxima esperada em 1 dia</b>
BB Extramercado FAE	552.435	0,0221%	122
BB Fundo Exclusivo 31	28.068	0,1206%	33
CAIXA RF Extramercado Exclusivo XXI	101.595	0,0091%	9
<b>TOTAL</b>	<b>682.098</b>	<b>-</b>	<b>164</b>

Os principais ativos e passivos da Empresa expostos ao risco de taxa de juros estão representados pelas carteiras de operações de créditos imobiliários (Notas 3.e e 6), recebíveis por cessão de créditos (Notas 3.g e 7), créditos a receber do FCVS (Notas 3.f e 11), e os passivos financeiros (Nota 15), sujeitos a flutuações dos indexadores aos quais estão vinculados, descritos nas respectivas Notas.

Os montantes de operações ativas e passivas com exposição à Taxa Referencial de Juros (TR) são, respectivamente, R\$ 14.591.302 e R\$ 9.386.665, cujas taxas médias de juros rendem 5,8% e 6,2% ao ano. Assim, considerando que pelo saldo líquido apresentado no balanço da EMGEA em 31.12.2012 a diferença entre estas operações foi majoritária em R\$ 5.204.637 aos ativos e que a Taxa Referencial de Juros (TR) se encontra em 0% (zero por cento) desde setembro de 2012, consideramos que a análise de sensibilidade para mensuração do risco de mercado, quanto à variação deste indexador, não é representativa, afetando, se houver aumento nesse índice, positivamente o resultado e o patrimônio líquido da EMGEA.

#### *ii. Risco Cambial*

O risco de mercado proveniente dos créditos em dólar dos Estados Unidos da América (US\$), devidos pela Itaipu Binacional e pela União, tem seu resultado reconhecido e registrado mensalmente nos balancetes da Empresa.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição ao risco de moeda estrangeira é demonstrado a seguir:

<b>Devedor</b>	<b>2012</b>			<b>2011</b>		
	<b>R\$ mil</b>	<b>USD\$</b>	<b>Taxa de</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>USD\$ mil</b>	<b>Taxa de</b>
Itaipu Binacional	1.137.823	556.801	2,0435	1.569.714	836.824	1,8758
União	195.432	95.636	2,0435	250.155	133.358	1,8758
<b>Exposição Total</b>	<b>1.333.255</b>	<b>652.437</b>		<b>1.819.869</b>	<b>970.182</b>	

No exercício houve redução de 32,75% do valor de exposição a este risco, expresso em dólar dos Estados Unidos da América, em decorrência dos pagamentos efetuados pelos devedores no período.

Na análise de sensibilidade com base no saldo total dos créditos em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2012, que representou US\$ 652.437 mil e R\$ 1.333.256 mil, indica que para cada 1% de variação cambial entre estas moedas haveria um impacto de R\$ 13.333 mil no resultado e no patrimônio líquido da EMGEA, sem considerar os efeitos tributários.

#### *c) Risco de Liquidez*

O risco de liquidez está associado a eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

O acompanhamento e a gestão diária, pela Unidade Financeira, do fluxo de caixa que é projetado anualmente, permitem a tomada de ações preventivas pela Administração da EMGEA para a mitigação desta modalidade de risco.

O risco da liquidez da Empresa também é acompanhado pela União (Acionista Controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

O fluxo das principais obrigações da EMGEA, em 31 de dezembro de 2012, por período de vencimento está sintetizado no quadro a seguir:

<b>Passivo</b>	
<b>Período de vencimento (dias)</b>	<b>Principal</b>
0 a 30	269.911
31 a 60	173.508
61 a 90	173.508
91 a 180	581.995
181 a 270	520.524
271 a 360	813.629
361 a 720	2.082.093
721 a 1.080	2.079.919
1.081 a 1.440	2.078.367
acima de 1.440	613.211
<b>Total do Passivo</b>	<b>9.386.665</b>

#### ***d) Risco Operacional***

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

No exercício foi implementada a Matriz de Riscos Operacionais, elaborada pela Unidade de Controles Internos em conjunto com as Unidades Gestoras dos processos e linhas de negócio, mecanismo destinado à mensuração e ao aprimoramento da gestão dos riscos operacionais incorridos pela EMGEA.

Os riscos operacionais são gerenciados conforme quatro categorias de estratégias — evitar, transferir, aceitar e tratar —, cuja escolha se dá pela Administração em razão do nível de exposição aos riscos.

As Unidades Gestoras da EMGEA são as maiores fontes de informação para a identificação e a avaliação do risco operacional.

A EMGEA mantém planos de contingência na Unidade de Tecnologia e, nas demais Unidades, rotinas para mitigar a exposição a esta modalidade de risco.

Com vistas ao aprimoramento dos controles internos na Empresa e a mitigação dos riscos operacionais, foram implementados no exercício novos padrões para a confecção e publicação dos manuais de normativos e nova rotina para o monitoramento do ambiente regulatório.

A Empresa também dispõe de uma Unidade de Auditoria Interna para avaliar o cumprimento das normas e parâmetros operacionais de suas atividades.

Josemir Manguiera Assis

Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado

Diretor

Eduardo Pereira

Diretor



Euclides Renato Deponti  
Diretor

Eugen Smarandescu Filho  
Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva  
Superintendente-Executiva  
Téc. Cont.CRC MG 076097/0-2 S DF

#### IV. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos  
Diretores e ao Conselho de Administração da  
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

##### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

##### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

### ***Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)***

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, e ainda não homologados, totalizam o montante líquido de R\$ 1.410.476 mil, e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos acordados na regulamentação definida pelo FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, registrado no montante líquido de R\$ 9.438.781 mil em 31 de dezembro de 2012, está condicionada ao processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### ***Impostos e contribuições a recuperar***

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a EMGEA registra em seu ativo valores referentes a impostos e contribuições a recuperar, cuja realização está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros e depende do deferimento, por parte da Receita Federal, do pedido de restituição ou de compensação. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais pode variar da atual estimativa da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Brasília, 26 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2

Alexandre Dias Fernandes  
Contador CRC DF-012460/O-2

## V. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no art. 13, incisos II e III, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010, e no exercício de suas atribuições legais, examinou, nesta data, os seguintes documentos emitidos pela EMGEA:

- Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
- Proposta de Orçamento de Capital relativa ao exercício de 2012;
- Proposta de Distribuição de Dividendo relativa ao exercício de 2012.

2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações apresentadas no relatório dos Auditores Independentes - KPMG, que não apresentou ressalva, entendem que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação das referidas propostas.

Brasília, 26 de abril de 2013.

Vanessa Silva de Almeida  
Presidenta

Kátia Aparecida Zanetti de Lima  
Conselheira

Leopoldo Araújo Rodrigues  
Conselheiro

## **VI. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no art. 6º, Inciso V, Alínea “a”, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122 de 3.3.2010, após ter examinado as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e considerando o Relatório da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da EMGEA, da Destinação do Lucro Líquido no exercício, da Distribuição de Dividendos e do Relatório da Administração.

Brasília, 26 de abril de 2013.

Sérgio Eugênio de Rísios Bath  
Presidente

Ana Paula Lima Vieira  
Conselheira

Rita de Cássia Vandanezi Munck  
Conselheira

Maricy Valletta  
Conselheira

Josemir Mangueira Assis  
Conselheiro